

cescontexto

Caminhos

Ruas

Estrada

Trajetos

Atalhos

Organização

Carlos Fortuna (coord.)

Carolina Anselmo

Cláudia Pato de Carvalho

Paulo Providência

Nº 24

Julho, 2019

Debates

www.ces.uc.pt/cescontexto



Propriedade e Edição/Property and Edition

Centro de Estudos Sociais/Centre for Social Studies

Laboratório Associado/Associate Laboratory

Universidade de Coimbra/University of Coimbra

www.ces.uc.pt

Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087

3000-995 Coimbra - Portugal

E-mail: cescontexto@ces.uc.pt

Tel: +351 239 855573 Fax: +351 239 855589

Comissão Editorial/Editorial Board

Coordenação/Coordination: Ana Raquel Matos e Antonieta Reis

Leite

ISSN 2182-908X

Índice

<i>Carlos Fortuna, Carolina Anselmo, Cláudia Pato de Carvalho e Paulo Providência</i> No Olho da Rua	3
<i>Carlos Fortuna</i> Serendipidade Caminhante: O elogio do andar	5
<i>Marluci Menezes</i> Caminhar como contributo metodológico do cocriar a cidade	12
<i>Carolina Anselmo</i> Errar a oriente: Uma investigação por vir	20
<i>João Luís J. Fernandes</i> A rua como território turístico: Algumas considerações	31
<i>Paulo Nunes</i> A festa vai para a rua! Cidade, cultura, festivais e cosmopolitismo urbano	39
<i>Ana Raquel Matos</i> Entre paredes: A estética da rua	44
<i>Cláudia Pato de Carvalho</i> As sofias da Sofia: Mapeamento cultural e participação comunitária	55
<i>Fernando Fontes</i> Cidadania das pessoas com deficiência em Portugal: Obstáculos e desafios da rua	62
<i>Luísa Trindade</i> Alta e quem? O património invisível da Sofia	70

No Olho da Rua

Reúnem-se neste volume da *CesContexto* os escritos correspondentes às intervenções das diferentes sessões da **CRETA**, como decidimos designar o encontro integrante da 21ª Semana Cultural da Universidade de Coimbra, sob o signo dos caminhos.

O acrónimo **CRETA** sintetiza a ideia original de debater os Caminhos que a Semana Cultural elegeu como temático. Depressa nos deparámos com as Ruas por onde se pode caminhar, exceção feita às situações em que estas se convertem em velozes Estradas e tornam anacrónico andar. No seu uso, todos se podem converter em Trajetos que ligam lugares e pessoas entre si. Alguns não são mais que verdadeiros Atalhos, passagens expeditas que escapam aos registos formais e tornam expeditos os acessos.

CRETA é esse emaranhado urbano de percursos, histórias e culturas que nos propomos discutir. À semelhança da ilha grega do Mediterrâneo oriental, também esta **CRETA** é cenário de relatos e mitos fantásticos. De aventuras, disputas e revelações. Umas mais efémeras e inesperadas do que outras. Todas, no entanto, constituintes de biografias, de passados e de expectativas de vidas diversas.

As vidas diversas da **CRETA** que aqui tratamos são feitas fora de casa. Todas elas. Inscrevem o seu sentido, ou a ausência de sentido, nesse lugar primordial que é a rua. É no “olho da rua” que tudo acontece à vista de toda agente. É aí que a rua é o lugar onde se ensaiam os “métodos” do caminhar urbano e nos dispomos a conhecer o insólito da cidade. É dessa metodologia que tratam os textos de Carlos Fortuna sobre a serendipidade caminhante e a descoberta ocasional da cidade, de Marlucci Menezes que toma a caminhada como ato de resistência e cocriação, ou de Carolina Anselmo que anuncia uma fecunda errância partilhada, capaz de se *des-orientar* a caminho de Marvila.

Mas o “olho da rua” é também a rua que expõe as mil metamorfoses da modernidade urbana, incluindo as ruas “vendidas” como *beaten tracks* a turistas que as apropriam com o seu estilo peculiar. O texto de João Luís Fernandes torna claro como a rua turística é uma das últimas e mais bem conseguidas modalidades de promoção urbana. A estética desta rua turística prolonga-se na cultura não festivaleira dos festivais urbanos de hoje, que procura pôr as cidades no mapa e conferir-lhes densidade. Paulo Nunes trata disso mesmo e sugere que nessa moda urbana reside, em embrião, a coesão social e a pluriculturalidade dos lugares. A rua, assim tratada, multiplica-se e só se deixa conjugar no plural. A estética dos festivais complexifica-se quando aceitamos o convite de Ana Raquel Matos e visitamos, com ela, para melhor as decifrar, as paredes de Coimbra, tornadas criativos lugares enunciativos, também plurais, que se expressam em linguagens inusitadas de patrimónios, tradições e contestações. Assim, num lento mas atento percurso, eis que a rua passa a ser as ruas de todas as cidades e suas linguagens. Cláudia Pato de Carvalho entrega-se, com precisão, a essa conjugação da cidade no plural quando olha para a coimbrã Rua da Sofia e sobre o que ela pode revelar de partilha e coesão identitárias. Quantas são na verdade as sofias da Rua da Sofia? Fernando Fontes não foge à questão e é muito convincente a sustentar que a rua plural, por ser de toda a gente e para toda a gente, não será nunca a da cidadania desejada se insistir em bloquear acessos com o seu rol imenso de incúrias, obstáculos e preconceitos. Há gente a ficar de fora, grita com veemência o seu texto. E regressamos assim ao futuro deste **CRETA**. Como se podem afinal conjugar as sofias desta Rua da Sofia? Com conhecimento e informação, declara perentória Luísa Trindade no lúcido texto com que encerramos a **CRETA**. Conhecimento e informação que têm estado a ser desbaratados, juntamos nós, por entre a confusão que reina sobre o que é o património de uma cidade. O de Coimbra, certamente, e aquele que a cidade empresta à Humanidade.

Feita de vários percursos, esta **CRETA** juntou e fez dialogar leituras diversas dos caminhos e das ruas das cidades de hoje. Juntou sociólogos, antropólogos, arquitetos, urbanistas e utentes das cidades para ajudar a decifrar o que nos dizem os meandros das andanças cidadinas. Coimbra, cuja Universidade patrocinou a Semana Cultural em que a CRETA se inseriu, presume-se presente em todas as intervenções, mesmo que não expressamente. Afinal a cidade estava mesmo ali, a todo o tempo, com a sua inevitável Rua da Sofia aos nossos pés.

É com os pés que se faz o caminhar pelos caminhos, ruas, estradas, trajetos e atalhos. É com os pés e no “olho da rua” que se fazem e se percebem as cidades e as culturas urbanas.

Carlos Fortuna
Carolina Anselmo
Cláudia Pato de Carvalho
Paulo Providência

Serendipidade Caminhante: O elogio do andar

Carlos Fortuna, Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
cjfortuna@gmail.com

Resumo: Retoma-se neste texto o tema da caminhada urbana que suscitou diversas incursões entre reflexões da cidade moderna. A perspetiva adotada é a da caminhada como método de descoberta e de relações e acontecimentos urdidos informalmente nos territórios da cidade. Sem guião prévio, a caminhada urbana partilha a virtude sociológica que, há meio século, Robert Merton assinalou ser típica do seu fluir espontâneo da pesquisa em ciências sociais. A serendipidade mertoniana surge retratada, então, como *serendipidade caminhante*, que, sob a égide da surpresa e do inesperado, revela espaços e detalhes impensados da cidade. Como se argumentará, o potencial desta *serendipidade caminhante* reside em aceder ao avesso das cidades, incluindo a ritmos outros que não os do moderno aceleracionismo cultural que apaga os passados e faz apressar os futuros coletivos.

Palavras-Chave: caminhada urbana, serendipidade, *survey walks*, aceleracionismo.

Abertura

Nas cidades de hoje não existe um corte claro entre o começo e o fim dos acontecimentos ou mesmo até dos percursos que nela têm lugar. Tudo pode acontecer a qualquer momento e em qualquer lugar (*Anytime / Anywhere*, como diria Mr. Travis, representado por Robert De Niro no célebre *Taxi Driver* de Martin Scorsese, de 1976. A curiosa frase de Mr. Travis parece ir ao encontro da não menos célebre narrativa de *The Man of the Crowd* de Alan Poe que constitui uma descrição de como a vida na cidade não tem principio, nem meio nem fim, pois começa sempre num qualquer lugar e num tempo indeterminado, envolvendo hesitações e percursos sinuosos, marchas à frente e a trás, contrariando tudo o que possamos pensar da sequência geométrica do espaço urbano.

Escutemos Simmel, a propósito da cidade de Veneza.

Em Veneza todas as pessoas andam como se estivessem a travessar um palco: nos seus zelosos afazeres, com que nada fazem, ou nos seus devaneios vazios, surgem constantemente a dobrar uma esquina para desaparecerem de imediato numa outra e têm nisso sempre alguma coisa de atores, que à direita e à esquerda da cena não são nada, a representação só acontece ali e não tem qualquer motivação na realidade do antes, nem qualquer consequência na realidade do depois (Simmel, 2010: 44)

O curioso texto *Suite Venitienne* de Sophie Calle (1988) e os comentários produzidos por Jean Baudrillard (1988) constituem formas singulares de registar as incongruências e hesitações das caminhadas na cidade. A semelhança da perseguição de Veneza com o *Homem da Multidão*, reside no facto de em ambas as situações se assistir a uma espécie de “dança invisível”, como lhe chamaria Jean Baudrillard, por extensão da “floresta” de signos e aparições (espaciais) totalmente libertas de significados, que tornam a cidade, por isso, difícil de decifrar. A cidade labiríntica que é Veneza, em que os caminhantes estão sempre a

regressar ao mesmo lugar, do mesmo modo que as cidades excessivas, a perder de vista, que são as megalópoles do Sul global de hoje, para serem decifradas como um texto, requerem o domínio de descritores da sua linguagem hieroglífica que só eles permitem ler aquilo que nela permanece escondido.¹

Num registo semelhante, essa decifração é aquilo a que Jane Jacobs se entrega quando valoriza a rua e os *sidewalks* de Greenwich Village, que acomoda em si o *street ballet*, como gostava de se referir à performance que os transeuntes da sua Hudson Street se encarregam de fazer a toda a hora, emprestando à cidade e aos seus residentes uma estética singular e um inestimável sentido de segurança ontológica (Jacobs, 2000).

A interpretação destes gestos permite a Jacobs assumir-se como tradutora da cidade e mesmo dar sentido à rua e aos seus significados. Pesem embora as críticas que sofreu, como as do seu contemporâneo Marshall Berman (Berman, 1989), Jacobs vai ao encontro do que Sigmunt Kracauer julga ser necessário para decifrar as ruas de Berlim que, para ele, segundo David Frisby, só se deixam entender por quem conheça os códigos em que são escritas as suas fortuitas e transitórias criações (Kracauer, 1964, *apud* Frisby, 1985, p.136). outras palavras, só conhecendo a linguagem dos códigos espaciais que a rua coloca à nossa frente – pessoas e tecnologias – é que se pode aspirar a conhecer a realidade social e urbana. De contrário, como afirma Alan Poe, de novo no seu Homem da Multidão, a cidade *não se deixa ler*.

O desenrolar das situações imprevistas faz recordar a novela de Jon McGregor –*If nobody speaks of remarkable things* –, cujo enredo decorre numa rua em que os residentes se encontram/cruzam regularmente e, apesar disso, continuam a ser estranhos uns para os outros (McGregor, 2017). Trata-se de um ato cujo significado é fundamentalmente individual, mesmo que o seu relevo se projete num plano sociológico mais alargado.

A desocialização e atomização dos sujeitos agregados em coletivos sociais está na base do que considero ser a não-cidade resultante da absoluta ausência de sinoiquismo e interação social dos urbanitas. Todavia, a retórica filosófica otimista continua a falar da “comunidade”, mesmo que essa comunidade possa testemunhar apenas a falência da interação urbana que Alphonso Lingis faz equivaler à singularidade das comunidades forjadas entre pessoas que nada têm de comum entre si e que, portanto, no limite, remete para o confronto com o fracasso social e histórico dos lugares, senão mesmo com o desaparecimento físico das pessoas (Lingis, 1994).

Les Back, em *The art of listening*, torna claro como saber escutar é uma prática metodológica que torna claro como o caminhar urbano pode adquirir um sentido de descoberta, mesmo sem que se torne explícita qualquer interação direta entre transeuntes. Caminhar não sendo apenas olhar, é também escutar e sentir, em cada lugar, quem e como se vive na cidade. e como se faz uso dela.

É nesta “escuta” da cidade que se desenrolam as biografias e as memórias urbanas das pessoas e dos lugares. Por isso, andar na cidade é um ato de criatividade e imaginação sociológica capaz de incentivar trajetos e reescrever histórias plurais de vidas vividas que complexificam e pluralizam o passado e projetam futuros de urbanidades impensadas. A “escuta” social das ruas e cidades constitui um instrumento de planeamento e compreensão da realidade urbana que Marlucci Menezes e Carolina Anselmo tornam claro nesta coletânea.

¹ Ao longo da presente coletânea, e em várias ocasiões, os leitores encontrarão diversas abordagens que são demonstrações práticas desta revelação do não-imediatamente visível que, no limite, tende a ser ignorado ou mesmo considerado “não-existência” (Santos, 2006, p. 107). Uma outra expressão crítica de invisibilização da cidade é a causada pela absoluta sujeição à lógica da mercadoria (Sarlo, 2009).

Andar e Escutar a Cidade

A virtude da caminhada e da “escuta” como dispositivos para melhor se entender a cidade e desenhar o seu futuro não é uma estratégia nova. Poderíamos, na verdade, recuar até aos tempos em que o urbanista escocês Patrick Geddes (1854-1932), pôs em prática os seus *survey walks* em algumas pequenas cidades da Índia entre os anos de 1914 e 1924 (Meller, 1991; Ferraro, 1998). Eram uma espécie de laboratórios práticos sobre o uso dos espaços que não tendo sido nunca objeto de estudos prévios eram tão-só experiências “recontadas” pela prática diária dos seus utentes de todos os dias. A técnica dos *survey walks* foi recentemente reelaborada e renomeada de etnográficos *walk-alongs*, mas conserva a mesma “novidade” estratégica da caminhada-narrativa coletiva que ensina aristotelicamente, se assim se pode dizer, a revelar os sinais práticos do que deve ser o planeamento socialmente ajustado às respostas sociais dos espaços urbanos e dos seus usos (Holgersson, 2014). “*Survey before plan*” foi o princípio que Patrick Geddes assumiu como pré-requisito do mapeamento das necessidades e aspirações sociais dos residentes dos lugares em vias de redesenvolvimento. Geddes mostra como os interlocutores com quem caminhava, olhava, escutava e trocava impressões regularmente, se constituíam em autênticos planeadores participantes dos rearranjos espaciais a implementar na cidade, embora sem a enfática designação que recobre hoje o chamado planeamento *bottom-up* (Ferraro, 1998: 83; Stalley, 1972).

Quer os designemos por *survey walks* por *walk-alongs*, o certo é que a inegável relevância metodológica destes estrategemas de “escuta” urbana não fazem, por si, o espaço público das cidades. Mas contribuem para a sua re-imaginação. Em *City Publics*, Sophie Watson, critica Ash Amin e Nigel Thrift, autores de *Cities: Re-Imagining the urban*, por, no seu entender, considerarem como espaços públicos apenas os lugares e trajetos tomados por caminhantes em trânsito, de passagem de um lugar para outro destino específico, estabelecendo um limitado ou, por ventura, mesmo nenhum contacto com estranhos ou com a natureza em redor (Watson, 2006). Tal significa reconhecer valor e significado apenas ao espaço público mais visível e imediato, ou aquele que foi objeto privilegiado de moderno planeamento formal. Para Sophie Watson, o facto de os espaços não-planeados sofrerem alterações contínuas e espontâneas nos seus usos e significados torna-os indiferenciados e mesmo marginais, portanto, pouco dignos da ação formal de planeamento. Em favor da sua inclusão na reflexão política de feição urbana, a autora reclama pela atribuição de um sentido particular aqueloutros espaços públicos onde o encontro inesperado entre estranhos pode ocorrer, levando ao surgimento de possíveis “outras” narrativas e marcas de interação urbana. Na informalidade desse encontro efémero e banal e surge a surpresa da vida urbana e do que nela não está previsto, ou se quisermos daquilo que não foi planeado acontecer.

O valor criativo desta surpresa urbana é realçado por Kevin Lynch que, ao escrever nos anos 1960 sobre a virtude cultural contida nos espaços informais e não planeados, não hesita afirmar que a grande parte da aprendizagem urbana de hoje resulta precisamente da estranheza causada pelo que acontece espontaneamente na cidade. Também Richard Sennett sustenta que é este encontro com o imprevisto e o desconhecido e não com aquilo que já se conhece que os cidadãos crescem e amadurecem politicamente, porquanto encontram ali o que lhes permite disputar os fundamentos do seu quotidiano longamente estabelecido (Sennett, 1978: 295). É como se existisse um “currículo informal” de urbanidade, cuja mensagem não se ensina, mas apenas se aprender pela exposição dos sujeitos ao fluir espontâneo do caminhar por ruas, vielas e atalhos incomuns das nossas cidades (Fortuna, 2019).

Para Lynch, a surpresa dos espaços da cidade acontece sobretudo quando “não temos nada que fazer”, como nas situações em que estamos à espera de alguém ou quando

simplesmente decidimos “dar uma volta”, ver montras ou “apanhar ar” (Lynch e Carr, 1995: 188 e 189). Se estas forem realmente as situações que mais probabilidades têm de ensinar a informalidade da cidade e o que nesta mais contribui para a sua decifração, então o *flâneur* e a *flâneuse* seriam os personagens mais informados e mais conhecedores dos meandros da urbanidade e das suas espacialidades. Entregues ao fluir constante da cidade e às suas *passagiatas* educativas, eles retiram delas enorme satisfação (Minton, 2009: 198-199) e, para recorrer a Baudelaire, ampliam o seu conhecimento, ensinamento que, aliás, foi experienciado por dadaístas (com visitas a lugares redundantes e decadentes), surrealistas seguidores de André Breton (em busca de espaços vazios) e situacionistas (praticantes da pedagogia da *dérive* de Guy Debord) (Fortuna, 2018).

A *flânerie* potencia a revelação de espaços e ambientes inusitados. São, para todos os efeitos, espaços novos, ou de sentido renovado, que remetem para a possibilidade própria da *liminaridade espacial* que, por sua vez, dá sentido a uma variedade enorme de modos de uso e apropriação de atividades ritualísticas de todo o género, incluindo brincadeiras, cerimoniais, encontros e negociações diversas (Stevens, 2007). Correspondem, portanto, à redescoberta e refundação de lugares urbanos em virtude das atividades e usos flexíveis, ou dos “contra-usos”, como diria Proença Leite (2004), que propiciam, com frequência em manifesto contraste com o estabelecido, o previsto e o planeado. Estes “novos” espaços são justamente a concretização da liberdade de reutilizar a cidade como exercício de livre descoberta e busca da surpresa (Rivlin, 2007: 39), que o “método” da *serendipidade caminhante* sugere.

O “método” da serendipidade caminhante

“Método”, diz Careri seguindo Paola Bernstein Jacques, tem origem grega (*methòdos*: *metà* = depois ou através, mais *hòdos* = via, caminho), e significa “depois do caminho”. Assim, *caminhar* é o método sensível da abertura e procura ou atribuição de sentido aos acidentes de percurso, às mudanças de rumo, à possibilidade de tropeçar e errar no percurso urbano (Careri, 2017, pp. 104-5). Representa uma oportunidade singular para estabelecer contato com o Outro e captar a “sabedoria” dos membros dos transeuntes que percorrem a cidade, sejam ou não praticantes efetivos da *flânerie*.

Esse método é o que adotam os praticantes das ciências sociais quando, quais detetives inseridos numa qualquer *Suite Venitienne* da investigação científica, sempre em busca do seu “objeto” relapso, deixam a sua pesquisa fluir livremente ao sabor da sucessão imprevista dos acontecimentos e dos dados recolhidos. A serendipidade impõe-se, vinda do ambiente exterior, sobre a agenda do/a investigador/a e não o inverso, sem que se possa retirar daí que todos desejemos descobrir o mundo inesperado da moderna urbanidade. Muitos permanecem reféns de metodologias positivistas e “objetivistas” que expurgam à partida a aventura e a imprevisibilidade da investigação, acabando, no fim, por revelar ou aperfeiçoar aquilo que já se conhece.

Exatamente como a apresentou o sociólogo Robert Merton, a serendipidade é “a mais comum experiência de observação de dados não previstos, anómalos e estratégicos” (Merton, 1968: 157) que, nessa condição de dados não elaborados e “selvagens” acabam por “iluminar” o percurso e constituir uma oportunidade para o desenvolvimento de uma nova teoria ou visão do mundo ou para o aprofundamento de outras já existentes. Este sentido do acaso da pesquisa mertoniana rompe com uma observação delimitada pelo contexto social ou pelo aparelho teórico e conceptual original da versão positivista da investigação científica. Aplicada à caminhada urbana, é como se o “método” da serendipidade pudesse oferecer um sentido alternativo à realidade urbana e fornecesse uma consciência prática aos espaços e

ações que reorientam o olhar coletivo sobre essa realidade e conduzem à sua ressignificação, quer dos seus conteúdos práticos quer simbólicos (*Fortuna e Ferreira, sobre Fátima*).

Por outras palavras, em contexto urbano, a *serendipidade caminhante* é sinónimo de refundação e descoberta de novos lugares em que podem ocorrer as *com-vivências* inusitadas entre os sujeitos, as suas biografias situadas e as histórias críticas dos lugares (Hebbert, 2005: 592). A *serendipidade caminhante* põe à mostra, entre outras coisas, como é complexa a tarefa de procurar mapear a cidade. Simplesmente porque não é possível, nem desejável, planear a informalidade do quotidiano e o que esta revela sobre a criatividade e a democraticidade do viver urbano.

A *serendipidade caminhante* é, no entanto e por tudo isso, o primeiro passo da revelação etnográfica dos lugares. O/a etnólogo/a do viver urbano afirma-se por ser, antes de mais, um/a caminhante atento/a que regista tanto o que é público e visível como aquilo que não está à vista e precisa ser “escavado” para se conhecerem as profundezas, senão mesmo as subterraneidades, da cidade. Para todos/as – caminhanes e etnólogos/as – os desafios e dificuldades são imensos. Para o/a pedestre, a cidade mostra a sua estranheza até ao ponto de tornar anacrónico o lento caminhar de quem nela se insinua a contramão da padronizada rapidez automobilizada. Para os etnólogos, a cidade desconfia da curiosidade que eles próprios demonstram ter pelas biografias e retratos íntimos de pessoas e lugares.

Caminhar e parar são modos de penetrar lentamente o interior das cidades, onde se forjam criativas aproximações e interações sociais. Mas as coisas estão a mudar, devagar também elas, pela iniciativa e a insistência tenaz de alguns “fazedores” progressistas de cidade. O campo das ciclovias e da pedonalização de ruas comerciais nos centros das cidades é talvez o que tem obtido mais alargados consensos urbanísticos e políticos, quanto ao rearranjo “ambiental” dos espaços urbanos.

Assim, a *High Line Park* novaiorquina é certamente uma das grandes exceções à impiedosa marginalização do pedestre e do seu ritmo lento. Elizabeth Diller, arquiteta responsável pela nova passagem elevada para pedestres da baixa de Manhattan, que reconverteu um trajeto ferroviário desativado, em que, todavia, os ciclistas não são permitidos, elogia as qualidades do projeto afirmando que

[...] lá não se pode fazer muita coisa, exceto sentar e andar [...] Dali, as pessoas veem coisas não oficiais, que não era suposto verem. Chaminés, lados de edificios, parques de estacionamento, aquilo que não é o postal típico de Nova Iorque. São segredos, às vezes parece que é o subconsciente de Nova Iorque que está lá (Diller, 2018: 6).

A virtude social da lenta caminhada urbana reside em permitir aos sujeitos surpreenderem o outro lado do social urbano que a velocidade desconhece. A *serendipidade caminhante* mostra a cidade do avesso e permite ver as “coisas não oficiais” que, como garante a arquiteta, não era suposto serem vistas.

O desafio é enorme... igual à “comoção do moderno” e o choque que a novidade e a “surpresa do urbano” provocavam nos parisienses contemporâneos de Baudelaire. A novidade e a surpresa da cidade de hoje captam-se melhor se os sujeitos modernos souberem colocar-se no outro lado do aceleracionismo cultural e contrariar a lógica que impõe passados inconclusos e desfechos rápidos sobre o presente vivido. A *serendipidade caminhante* insiste na natural lentidão da evolução humana e resiste à rapidez descontrolada do fluir urbano. A “comoção” e a “novidade” urbanas de outrora continuam disponíveis se soubermos, enfim, percorrer a cidade com os pés e respeitar a cadência da mobilidade humana que são os garantidores do acesso ao “outro lado” dos insuspeitos *caminhos, ruas, estradas, trajetos e atalhos*, no fundo ao “outro lado” desta CRETA em torno da qual nos reunimos, procurando

descobrir e dar sentido ao planeamento da cidade ou à sua ausência que, a um tempo, tanto revelam como ocultam o seu presente.

Boas caminhadas!

Referências bibliográficas

Back, Les (2007), *The art of listening*. Londres: Nova Iorque, Bloomsbury.

Baudrillard, Jean (1988), *Please follow me*. Seattle: Bay Press. [Tradução de Dany Barash e Danny Hartfield].

Berman, Marshall (1989), *Tudo o que é sólido se dissolve no ar*. Lisboa: Edições 70.

Calle, Sophie (1988), *Suite Vénitienne*. Seattle: Bay Press. Tradução de Dany Barash e Danny Hartfield.

Careri, Francesco (2017), *Caminhar e Parar*. São Paulo: Gustavo Gili.

Diller, Elizabeth (2018), “Contra o statu quo em arquitectura”. Entrevista a Isabel Salema. *Ípsilon*. Lisboa, 9 de março, pp. 4-9.

Ferraro, Giovanni (1998), *Rieducazione alla speranza. Patrick Geddes planner in India, 1914-1924*. Milão: Jaka Book.

Fortuna, Carlos (1999), “Estradas e Santuários. Percorso socioreligioso dos peregrinos caminhantes a Fátima”, in Fortuna, Carlos, *Identidades, Percursos, Paisagens Culturais*. Oeiras: Celta, pp. 73-90.

Fortuna, Carlos (2018), “Caminhar urbano e vivências imprevistas”, *Revista Brasileira de Sociologia*, 6, 13, 136-154,

Fortuna, Carlos (2019), “O curriculum informal das cidades educadoras”. Conferência ao 8º Congresso Nacional das Cidades Educadoras. Lagoa, Algarve.

Frisby, David (1985), *Fragments of Modernity: Theories on modernity in the works of Simmel, Krakauer and Benjamin*. Cambridge: Polity Press.

Hebbert, Michael (2005), “The Streets as Locus of Collective Memory”, *Environment and Planning D: Society and Space*, 23, 581-596.

Holgersson, Helena (2014), “Challenging the hegemonic gaze on foot. Walk-alongs as a useful method in gentrification reserach”, In Shortell Timothy e Brown, Evrick (orgs.), *Walking in the European City. Quotidian mobility and urban ethnography*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 207-224.

Jacobs, Jane (2000) [1961], *The death and life of great American cities*. Londres: Pimlico.

Leite, Rogerio P. (2004), *Contra-usos da cidade. Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: UNICAMP e Aracajú, UFS.

- Lingis, Alphonso (1994), *The community of those who have nothing in common*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press.
- Lynch, Kevin; Carr, Stephen (1995), “Grounds for Utopia”, In Banerjee, Tridib e Southworth, Michael (orgs.), *City Sense and City design: Writings and Projects of Kevin Lynch*. Cambridge: The MIT Press, pp. 789-810.
- McGregor, Jon (2017), *If nobody speaks of remarkable things*. Londres: 4th Estate.
- Meller, Helen (1991), *Patrick Geddes: Social evolutionist and city planner*. Londres: Routledge.
- Merton, Robert (1968) [1957], *Social Theory and Social Structure*. Nova Iorque: The Free Press.
- Minton, Anna (2009), *Ground Control. Fear and happiness in the twenty-first century city*. Londres: Penguin Books.
- Quentin Stevens (2007): “Betwixt and Between. Building Thresholds, Liminality and Public Space”, In Franck, Karen A. e Stevens, Quentin (orgs.), *Loose Space. Possibility and Diversity in Urban Life*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 73- 92.
- Rivlin, Leanne G. (2007), “Found Spaces. Freedom of Choice in Public Life”, In Franck, Karen A. e Stevens, Quentin (orgs.), *Loose Space. Possibility and Diversity in Urban Life*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 38-53.
- Sennett, Richard (1978), *The Fall of the Public Man. On the Social Psychology of Capitalism*. Nova Iorque: Vintage Books.
- Simmel, Georg (2010), *A cidade e a estética*. Organização e Introdução de Carlos Fortuna. Tradução de António Sousa Ribeiro. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Stalley, Marshall (org.) (1972), *Patrick Geddes: Spokesman for Man and the Environment*. New Brunswick (NJ): Rutgers University Press.
- Watson, Sophie (2006), *City Publics. The (dis)enchantments of urban encounters*. Londres: Routledge.

Caminhar como contributo metodológico do cocriar cidade

Marluci Menezes, LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil
marluci@lnec.pt

Resumo: A reflexão discute e propõe uma abordagem do ato de caminhar como método integrado e interdisciplinar para captar a experiência territorial das pessoas e, no campo do urbanismo, perspetivar a cidade. Atenta aos amplos benefícios do uso caminhado da cidade, às virtualidades do incrementar espaços caminháveis, ao caminhar como ato de resistência e assimilação estético-sensorial da cidade, o objetivo aqui é, todavia, abordar o caminhar como recurso metodológico de apreensão compreensiva, cocriativa e mais responsiva da cidade. A acuidade do caminhar advém aqui, por um lado, de um percurso etnográfico de investigação que, por outro lado, tem colaborado para insinuar sobre o interesse de uma maior ingerência didático-pedagógico que, em defesa de que se caminhe mais antes de intervir na cidade, assuma efetivamente o caminhar como um potencial método cocriativo do captar e fazer o espaço urbano.

Palavras-chave: urbanismo, perspetiva etnográfica, caminhar, recurso metodológico, cocriação.

1. Preparando a partida

Caminhar é um recurso desde sempre utilizado no quadro de estudos urbanos, onde as perspetivas de cunho etnográfico merecem destaque. Não se constituindo uma novidade em si própria no quadro da pesquisa urbana, do meu ponto de vista, a novidade expressa-se no incremento – e em crescendo – com que a prática do caminhar tem merecido atenção. Pois, muito embora o uso caminhado do terreno urbano de pesquisa possa ser considerado um recurso recorrente, manifestava-se mais timidamente, tendo a sua referência e reflexão sido, muitas vezes, dissimulada ou mesmo ofuscada enquanto artifício metodológico de apreensão, criação e conhecimento. Todavia, a par da incidência da crítica ao desadequado fazer urbanístico às necessidades sociais verificar-se com algum paralelismo à crescente reivindicação, concretização e mesmo sucesso de cidades mais caminháveis (Gaete, 2016; Ghel, 2017; Middleton, 2018), pouco a pouco, observa-se um diversificado e crescente aumento de uma produção teórica dedicada ao tema do caminhar. Onde, sem a pretensão de esgotar a referência aos trabalhos, chama a atenção a recém assunção do caminhar em reflexões de cunho filosófico, sociológico, psicológico e de saúde pública, geográfico e urbanístico (ex.: Thoreau; 1998; Solnit, 2000; Amato, 2004; Gros, 2009; Le Breton, 2011; Coverley, 2015; Lorenzo Sáinz-Calleja, 2016; Gomes, 2016; Bereinstein Jacques, 2008; Fortuna, 2018). No seguimento, o crescente e mais evidenciado assumir do caminhar como ferramenta metodológica nos estudos do ambiente social, paisagístico e urbano (ex.: Nuvolati, 2006, 2013, 2018; Teixeira Lopes, 2007; Ingold e Vergunst, 2008; Bridger, 2010; Toniol, 2011; Pellicer Cardona *et al.*, 2012; Beisl Ramos e Menezes, 2013; Pierce e Lawhon, 2015; Brown e Shortell, 2014 e 2016) e no campo do fazer urbanístico (ex.: Rocha Lima,

2013; Careri, 2013, 2013a, 2017; Menezes e Mateus, 2015, 2017; Schultz, 2016; Bernal e Campa, 2016; Bates, Rhys-Taylor, 2017).

A prática caminhada da cidade é, a par do seu importante papel locomotivo, uma boa e significativa oportunidade para deambular, conhecer, relacionar, sentir, experienciar e, com certeza, bom para pensar e ter novas ideias. Caminhar é um ato cultural, político e de expressão artística amplamente válido por filósofos, escritores, artistas e cientistas nos seus percursos reflexivos e criativos (Lorenzo Sáinz-Calleja, 2016; Shultz, 2016). Ao caminhar a experiência espacial das pessoas é particularizada a partir das nomeações realizadas, das narrativas e recordações improvisadas e inventivas da cidade, contribuindo para o evadir aos constrangimentos e às imposições colocadas pelo planeamento urbano (Certeau, 1990). Caminhar é um ato facilitador do captar a heterogeneidade do espaço urbano, enquanto desenvolvimento de diversificadas atividades, entretanto justapostas a múltiplos e diferenciados usos e significados, espaços e temporalidades. O andante no decorrer da caminhada, mais do que um simples espectador das situações ocasionadas, transforma-se em parte da criação de “heteroglossias”, provocando modos dominantes de regulação e representação do espaço (Edensor, 1998). E que, face ao “aceleracionismo cultural” da cidade e do desajustado urbanismo que se lhe associou (Fortuna, 2018), constitui-se como um ato de micro-resistência (Berenstein Jacques, 2008), desafiador de modos predominantes e mais velozes de locomoção, apreensão e compreensão ligeira do urbano, onde a lentidão do passo do caminhante colabora para a criação de conexões imersivas nos territórios da cidade.

Caminhar é uma forma de experienciar as microgeografias quotidianas de apropriação e uso da cidade, revelando corpos, práticas e relações, mas também necessidades, nem sempre refletidos nos projetos, planos e desenho urbano. Enquanto errância, o ato de caminhar é inspirador, subjetivo e particular, operando como um instrumento da experiência urbana, potencialmente disponível para qualquer pessoa. Caminhar constitui-se numa ferramenta inversa aos métodos mais convencionais da disciplina urbanística, tantas vezes expressos através de perspetivas de cima e de fora (Bereinstein Jacques, 2008). Um ato que pode ser um método experimental para captar o espaço e a sua paisagem (Shultz, 2016) e que, não sendo um ato analítico, infere improvisação (Solnit, 2000). O ato de caminhar é, portanto, um instrumento que coopera para elaboração de fontes e que, face a proximidade proporcionada aos contextos socio-espaciais, aproxima-se de um processo co-criativo de geração e partilha de ideias.

2. Testemunho de um percurso

Como possibilidade de ingestão e imersão sensorial, caminhar *na* e *pela* cidade, trata de uma tática de *apreensão aproximativa* do espaço urbano. Uma adaptação terminológica que realizo a partir de Michel de Certeau (1990) e Eduardo Rocha Lima (2013). Onde, para Michel de Certeau, o ato de caminhar viabiliza uma “apreensão tátil” do espaço da cidade, relacionando-se com o sistema urbano, tal como o ato de enunciar liga-se à língua ou aos enunciados proferidos (*speech act*), assim o interesse pelos enunciados pedestres. Eduardo Rocha Lima, por seu lado, recupera a noção de “apreensão tátil” como perspetiva e propõe uma adequação à de “aproximação tátil”, designadamente no âmbito do ir ao encontro dos contextos para captar suas racionalidades sociais, espaciais e culturais – provavelmente também das suas contra-racionalidades ou racionalidades alternativas. Caminhar é, assim, uma tática com respetiva e interessante possibilidade de repercussão no acercamento – e mesmo adentramento – dos contextos urbanos que se constituem como terreno de pesquisa.

Como tática de apreensão aproximativa de territórios de estudo, caminhar tem sido, no meu percurso de investigação, um recurso para chegar-me a formas socioculturais e

simbólicas de uso, apropriação, representação e imaginação da cidade, auxiliando na criação de fontes para a compreensão dos processos de continuidade e transformação urbana. Como ritual iniciático em terreno de pesquisa, costumo realizar o caminhar através de longas e repetidas digressões silenciosas, sem muitos contatos verbais, apenas registrando através de notas, desenhos, marcações cartográficas e de fotografias, as impressões visuais, olfativas e auditivas que se vão colocando no percurso de acercamento de pessoas, práticas e relações socio-espaciais. Como rotina de pesquisa, a lentidão do meu passo na qualidade de pesquisadora-caminhante, propicia a conquista de uma apreensão do cotidiano num tempo dilatado, sem pressa e onde as microgeografias de uso e apropriação do espaço desenham expressões e experiências que, de algum modo, são vincadas em registros e comentadas em trocas faladas com as pessoas que fazem parte do percurso caminhado. Enquadrando momentos de pausa, aqueles em que o deixar-se estar, sentar e realizar uma observação cuidada, trocas e registros variados e continuados, o caminhar *no* e *pelo* território de estudo constitui-se um eficaz modo de penetração, conquista de proximidade e entrada *no* e *com* o território de estudo e que, no meu caso em particular, em muito se tem realizado na rua e espaços congêneres – praças, largos, à soleira da porta, escadarias... Caminhar tem, assim, se estabelecido como um sagaz recurso metodológico de imersão lenta num dado tempo e espaço do viver social urbano. O que, por outro lado, tem-me permitido constatar que, ao caminhar, é facilitada a interação com o mundo social, não necessariamente como sujeito, mas de algum modo fazendo parte dele.

Neste percurso investigativo das coisas do urbano, nomeadamente no quadro de estudos mais vocacionados para a investigação-ação, dei-me conta de que determinadas necessidades e mesmo desejos sociais não satisfeitos, certas faltas, incoerências, inconsistências, inflexibilidades, descontinuidades e decisões desadequadas, permitiam insinuar que as deliberações concretizadas nem sempre se realizaram numa perspetiva de proximidade. O que, confirmando muito do já escrito pela literatura a respeito, não minimizava a sensação de que os agentes destas escolhas implementadas e concretizadas, pouco ‘caminharam’ pelo seu terreno de intervenção. Diria, inclusive, que este pouco se colocaria no ‘antes’ do planear e decidir, bem como no ‘depois’ do decidido e realizado, enfim, no já experienciado pelas pessoas, o que pelo menos permitiria uma avaliação retrospectiva e que, *a priori*, poderia vir a contribuir para aprimorar futuras tomadas de decisão e execução.

Claro é, nem todas as incongruências de plano e desenho devem ser imputadas aos técnico-especialistas envolvidos, pois o sistema de encomendas e tomada de decisão é muito mais complexo. Ao que, retendo-me somente ao campo da disciplina urbanística, a questão que comecei a colocar-me era: sendo o ato de caminhar um potente recurso para explorar a cidade e, mais em específico, perceber as dinâmicas, as singularidades associadas às ambiências urbanas, as necessidades e potencialidades de territórios particulares e que, como observa Henrik Schultz constituem “um tesouro de inspiração” (Schultz, 2016) para quem desenha e planeia a cidade, por que não se caminha mais antes de planear?

Na sequência deste questionamento realizei, em conjunto com um urbanista, uma primeira exposição a respeito do tema do caminhar e do planeamento (Menezes e Mateus, 2015). Mas, o que gostava de brevemente relatar acerca desta exposição é que, no decorrer do debate, os colegas da assistência passaram a questionar-me e a discutir acerca da importância de cidades mais caminháveis e que, não estando em causa, julgo que a contenda urbana e urbanística não trata, nem deve somente tratar de assegurar caminhabilidade, bem como da minha parte teria de ser mais convincente, pelo que, o tema do caminhar deu lugar a um outro documento (Menezes e Mateus, 2017). E, no seguimento, a questão inicial transformou-se em outras que julgo um pouco mais assertivas. Enfim, assumindo que o caminhar como prática urbana contribui para o questionar dos desajustes urbanísticos e o apreender as

microgeografias quotidianas dos corpos, práticas e relações socio-espaciais, tantas e tantas vezes excluídos dos planos, projetos e desenhos da cidade, seus equipamentos e amenidades, comecei a questionar-me sobre: em que o caminhar mais antes do intervir na cidade pode contribuir para uma intervenção qualificada de áreas urbanas desajustadas, descontínuas e sedentas de um urbanismo potenciador de urbanidade e mais adequado às necessidades das pessoas? Por que o caminhar não é efetivamente mais assumido no ensinar metodologia no interdisciplinar campo do urbanismo e dos estudos do urbano? Por que o caminhar não é introduzido como um método inspirador de uma nova pedagogia urbanística?

3. Possibilidades de caminhar

No campo do urbanismo, a relação estabelecida entre o ato de caminhar como ação facilitadora da compreensão do urbano e modo de fazer o espaço foi particularmente enfatizada por Michel de Certeau (1990). Para Francesco Careri (2013), a prática do caminhar é um ato cognitivo e com aptidão para proporcionar transformações físico-simbólicas de cunho ambiental e humano. Pelo que, para este autor, mais do que somente uma perspectiva estético-geométrica, a cidade deveria ser captada como experiência estética. O que proporcionaria uma melhor compreensão da geografia errática e supostamente caótica das periferias contemporâneas, facilitando a apreensão do complexo sistema de espaços públicos que, aparentemente, expressam-se sem “soluções de continuidade”. E que, por outro lado, ao invés de ir-se ao encontro de espaços, colaboraria para descobrir espacialidades, entretanto indiciadoras de novas, outras e diferentes formas das pessoas viverem, trabalharem e locomoverem-se.

O ato de caminhar é, segundo Eduardo Rocha Lima (2013: 203), importante para a pesquisa no campo do urbanismo por viabilizar a “busca da dimensão sensorial e subjetiva da existência urbana, a qual é constantemente escamoteada pelos processos urbanísticos que remodelam a forma cidadina”. Para este autor, caminhar pela cidade apresenta-se como uma “proposta de apreensão do espaço urbano que é encarada (...) como método e fonte de informações para a reflexão crítica”, o que permitiria ao urbanista investigar “as questões a serem exploradas pelo seu fazer criativo” (Lima, 2013: 203). Mais assertivo, Henrik Schultz (2016: 136-137) ao propor o caminhar “em volta do problema ao invés de deixar-se sentar numa mesa (...) extrapolando”, perspectiva este ato como um método experimental, explicitando-o. Para o autor, uma prática continuada e duradoura do caminhar infere tensão, ritmo e percepção intensiva, desta forma ligando três modos (que funcionam como diretrizes) – de descoberta, de fluxo e reflexivo – presentes neste método experimental. Onde, o modo de descoberta, colabora para o engajamento dos pesquisadores no espaço (elaboração de uma percepção); o modo de fluxo estimula a intuição; e o modo reflexivo funciona como suporte de apoio e organização de ideias.

Caminhar colabora para estar-se mais perto e dentro dos contextos de estudo (Magnani, 2002), permitindo estabelecer uma ligação com o ato etnográfico do olhar, ouvir e escrever, conforme descritos por Roberto Cardoso de Oliveira (2006) acerca do trabalho do antropólogo. O qual, numa perspectiva mais ampla, se poderia ainda associar ao escrever, o desenhar, o fotografar, o mapear ...

Obviamente, não se trata aqui do ensinar a ‘caminhar’, nem tão pouco de sobrepor esta potencial ferramenta metodológica à outras, igualmente importantes, mas antes fazer uso do caminhar de modo associado a um conjunto de instrumentos, técnicas e perspectivas, de entre as quais, creio que a abordagem etnográfica é particularmente interessante para uma pesquisa urbana que apoie um fazer urbanístico mais cocriativo e próximo das pessoas e seus territórios, suas necessidades e desejos.

4. Dado o ponto de partida: saia do ‘conforto’ e entre na cidade...

Para finalizar, ousou introduzir uma referência não indicada ao longo do argumentado nesta reflexão, por ter considerado particularmente interessante para ir-se para o espaço público aberto e caminhar como método. Portanto, em Nova Iorque um psicoterapeuta de nome Clay Cockrell, ao que parece, decidiu realizar as suas sessões ao ar livre com recurso ao método do caminhar. O referido método é descrito a partir de três exercícios, designadamente: “Nº 1: ir deixando, progressivamente, o antidepressivo. Nº 2: caminhar a todo pulmão. Nº 3: sair a caminhar sem celular. Se estiver com ele, deixe-o no modo silencioso, e resista à vontade de olhar”.¹

Em conclusão, julgo que temos de estar atentos ao otimista elogio do caminhar a partir de um “pedestre heroico” (Edensor, 1998), nomeadamente porque as pessoas são afetadas ou constringidas pelo ambiente percorrido a pé, e lidam com as suas próprias condições de vida e visões do mundo. O que, de um outro ponto de vista, permite considerar que o ato de caminhar não necessariamente é uma forma pacífica de evasão, podendo inferir conflito. Todavia, creio que a caminhada viabiliza a criação de um enunciado, uma narrativa do urbano, onde a estrutura de deslocamento e as perceções proporcionadas podem ser tomadas como um método de abordagem aproximativa da cidade a ser curricularmente mais potenciado com perspetiva didático-pedagógica do captar o urbano e do aprender a planear.

Agradecimentos

Este artigo deriva de interesses inscritos no Projeto Europeu “C3PLACES – Using ICT for Cocreation of Inclusive Public Places - European Union’s Horizon 2020, Research and Innovation Programme”, under grant agreement n.º 693443 (www.c3places.eu).

Na pessoa do Professor Carlos Fortuna, agradece-se à Universidade de Coimbra e ao Centro de Estudos Sociais - CES pela oportunidade de realização deste trabalho.

Referências bibliográficas

Amato, J. (2004), *On Foot. A History of Walking*. New York/London: New York University Press.

Bates, C.; Rhys-Taylor, A. (orgs.) (2017), *Walking through Social Research*. Abingdon: Routledge.

Beisl Ramos, Tânia R.; Menezes, M. (2013), “Por onde caminha o moderno: registos topológicos e uso do espaço público no bairro de Alvalade em Lisboa”, in Beisl Ramos, T., *Arquitetura, Urbanismo e Design: Metodologias e Métodos de Investigação*. Lisboa: Caleidoscópio, pp. 125-137.

Berenstein Jacques, P. (2008), “Corpografias urbanas”, *Arquitextos*, 093.07, 08, fevereiro de 2008. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165>.

¹ Ver: <https://www.archdaily.com.br/br/872507/elogia-da-caminhada-por-bjork>

Bernal, M. P.; Campa, E. M. (2016), “Espacio itinerante: La intermitencia espácio-temporal del conocimiento”, *Atas do congresso Internacional Architectonics*. Network: Mente, Território y Sociedad. Universitat Politècnica de Catalunya. Disponível em: <https://pa.upc.edu/ca/Varis/altres/arqs/congresos/congreso-internacional-architectonics-network-mente-territorio-y-sociedad/full-pappers-comunicaciones-completas>.

Bridger, A. J. (2010), “Walking as a ‘Radicalized’ Critical Psychological Method? A Review of Academic, Artistic and Activist Contributions to the Study of Social Environments”, *Social and Personality Psychology Compass*, 4 (2), 131-139. DOI: 10.1111/j.1751-9004.2009.00243.x

Brown, E.; Shortell T. (orgs.) (2014), *Walking in the European City: Quotidian Mobility and Urban Ethnography*. London/New York. Routledge

Brown, E.; Shortell T. (orgs.) (2016), *Walking in Cities: Quotidian Mobility as Urban Theory, Method, and Practice*. Temple University Press: Philadelphia.

Cardoso de Oliveira, R. (2006), *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Paralelo 15.

Careri, F. (2013), “Transurbância + Walkscapes ten years later”, *Redobra*, 235-247. Consultado a 15 de julho de 2019, disponível em http://www.redobra.ufba.br/wpcontent/uploads/2013/06/revista_redobra11_virtual.pdf

Careri, F. (2013a), *Walkscapes. El andar como práctica estética*. Barcelona: Gustavo Gili, Sl.

Careri, F. (2017), *Caminhar e parar*. São Paulo: Gustavo Gili.

Coverley, M. (2015), *A arte de caminhar: O escritor como caminhante*. São Paulo: Martins Fontes.

De Certeau, M. (1990), *L'invention du quotient* [tome 1]. *Artes de faire*. Paris: Gallimard.

Edensor, T. (1998), “The culture of the Indian street”, in Fyfe, Nicholas R. (org.), *Images of the Street – Planning, Identity and Control in Public Space*. London: Routledge, pp. 205-221.

Fortuna, C. (2018), “Caminhar urbano e vivências imprevistas”, *Revista Brasileira de Sociologia*, 6 (13), 136-154. DOI: 10.20336/rbs.262.

Gaete, C. M. (2016), “O poder econômico e social das cidades caminháveis”. Archdaily, 29 de agosto de 2016. Consultado a 15 de julho de 2019, disponível em <https://www.archdaily.com.br/br/794058/o-poder-economico-e-social-das-cidades-caminháveis>

Ghel, J. (2017), *A vida entre edifícios*. Lisboa: Tigre de Papel.

Gomes, M. J. M. (2016), “A cidade caminhada: a ambiência experienciada em duas visitas guiadas no centro histórico de Lisboa”. (Tese de doutoramento). FCSH-UNL/ISCTE-IUL: Lisboa.

Gros, F. (2014), *Andar. Una filosofia*. Madrid: Taurus.

Ingold, T.; Vergunst, J. L. (2008), *Ways of Walking: Ethnography and Practice on Foot*. Hampshire, Burlington: Ashgate.

Le Breton, David (2011), *Elogio del caminar*. Madrid: Siruela.

Lorenzo Sáinz-Calleja, J. L. (2016), “Caminos del arte. Una aproximación a la influencia de la literatura en el arte caminante”, *URBS. Revista de Estudios Urbanos y Ciencias Sociales*, 6(1), 143-153. Consultada a 15 de julho de 2019, disponível em: http://www2.ual.es/urbs/index.php/urbs/article/view/Lorenzo_saiz_calleja.

Magnani, José G. C. (2002), “De perto e de dentro: Notas para uma etnografia urbana”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17 (49), 11-29.

Menezes, M.; Mateus, J. D. (2015), “Por uma cultura do caminhar antes de planear as áreas suburbanas: (re)pensando as práticas de planeamento e intervenção”, in Marques, C. A. (org.), *Planeamento Cultural Urbano em Áreas Metropolitanas*. Lisboa: Caleidoscópio, pp. 241-251.

Menezes, M.; Mateus, J. D. (2017), “Walking as tactile method in urban planning and design”, in Smaniotta Costa, C. e Ioannidis, K. (orgs.). *The making of the mediated public space. Essays on emerging urban phenomena*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófona, pp. 65-74. Consultado a 15 de julho de 2019, disponível em: <http://www.ceied.ulusofona.pt/en/serie-culture-and-territory/>.

Middleton, J. (2018), “The socialities of everyday urban walking and the «right to the city»”, *Urban Studies*, 55 (2), 296-315. DOI: 10.1177/0042098016649325.

Nuvolati, G. (2018), “Passeggiare e perdersi con gli occhi del flâneur”, in Nuvolati, G. e Bigatti, G. (org.), *Raccontare un quartiere. Luoghi, volti e memorie della Bicocca*. Milano: Scalpendi, pp. 12-17.

Nuvolati, G. (2013), *L'interpretazione dei luoghi. Flanerie come esperienza di vita*. Firenze: Firenze University Press.

Nuvolati, G. (2006), *Lo sguardo vagabondo. Il flâneur e la città da Baudelaire ai postmoderni*. Bologna: Il Mulino.

Pellicer Cardona, I.; Rojas Arredondo, J. e Vivas i Elias, P. (2012), “La deriva: una técnica de investigación psicosocial acorde con la ciudad contemporánea”, *Boletín de Antropología.*, 27, 44, 144-163. Consultado a 15 de julho de 2019, disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=55726909008>.

Pierce, J.; Lawhon, M. (2015), “Walking as Method: Toward Methodological Forthrightness and Comparability in Urban Geographical Research”, *The Professional Geographer*, 67 (4), 655-662, DOI: 10.1080/00330124.2015.1059401.

Rocha Lima, E. (2013), “A cidade caminhada... O espaço narrado”, *Redobra*, 11, 202-211 Consultado a 15 de julho de 2019, disponível em: http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2013/06/revista_redobra11_virtual.pdf.

Schultz, H. (2016), “Exploring and designing dynamic site through experimental walking”, *Proceedings Beyond ISM: The landscape of landscape urbanism*, 19-21 of October. Alnarp, Sweden, pp. 134-141.

Solnit, R. (2001), *Wanderlust: A history of walking*. New York: Viking.

Teixeira Lopes, J. (2007), “Andante, andante: tempo para andar e descobrir o espaço público”, *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 17, 69-80.

Thoreau, H. D. (1998), *Caminar*. Segovia: Ardora.

Toniol, R. (2011), “A caminhada como produtora de sentidos: uma etnografia das experiências de «caminhadas na natureza» no âmbito de uma política pública”, *Revista Transporte y Territorio*, 5, 29-47. Consultado a 15 de julho de 2019, disponível em: www.rtt.filo.uba.ar/RTT00503029.pdf.

Errar a oriente: Uma investigação por vir

Carolina Anselmo, Doutoranda do Programa em Sociologia: Cidades e Culturas Urbanas da Faculdade de Economia/Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
ccanselmo@gmail.com

Resumo: Este texto é um relato sobre como o caminhar na cidade contribuiu para o processo de construção das problemáticas específicas da minha investigação de doutoramento. Expõe como as errâncias me permitiram acessar camadas e coexistências urbanas que precisam ser consideradas para que seja possível uma cidade com maior abertura política, diversidade étnica e cultural. Ao olhar e caminhar para o Oriente de Lisboa, depois de ter estado em alguns miradouros da cidade e buscando informações em textos, filmes e mapas, cheguei a Marvila, lugar cheio de vestígios e memórias que disputam espaço, hoje, com as novas dinâmicas que serão alvo dos meus estudos.

Palavras-chave: caminhar/errância, invisibilidades urbanas, microterritórios, Marvila.

O texto que aqui se inicia é um relato. Um relato do caminhar e do caminho para a construção da minha tese de doutoramento em Cidades e Culturas Urbanas. Para melhor compreensão desse percurso, começo por dizer sobre minha formação em arquitetura e urbanismo. Foi na minha licenciatura que aprendi a trabalhar com plantas, cortes, alçados como representação bidimensional dos espaços. É através desse recurso que conseguimos ter uma visão ampla e uma leitura dos limites geográficos das áreas que planejamos e para as quais propomos intervenções.

Entretanto, a cidade não é aquilo que se vê do Pão de Açúcar,¹ como escreveu Ruben Fonseca (1994), nem o que se via do alto dos 110 andares do World Trade Center em Nova Iorque, como coloca De Certeau (1994). Não é tampouco, a cidade vista de cima por um planejamento hegemônico. A cidade não é só aquilo que de concreto está diante dos nossos olhos, é também aquilo que não se dá a ver com facilidade. Aquilo que para ser apreendido exige de nós uma velocidade lenta, uma presença calma, atenta e disposta ao encontro. Tal questão se evidenciou para mim durante a licenciatura quando trabalhei em uma favela durante alguns anos e percebi o descompasso do que se planejava e a realidade que eu encontrava no lugar.

Desde então, tenho uma inquietação que me leva a buscar um urbanismo mais sensível, que possa ir por outros caminhos urbanos e humanos. Me interessa pela cidade feita para as pessoas, como fala Gehl (2014), e também por aquela feita pelas pessoas no cotidiano, que também já interessou muitos outros autores (De Certeau, 1994; Lefebvre, 1991; Pais 2002, etc). E essas cidades são tantas... Para qual delas olhar? Ou para quantas delas olhar?

¹ O autor usa tal expressão no conto “O caso F. A.” (Fonseca, 1994).

Benjamin já dizia, em meados do século XX, que apenas na aparência a cidade é homogênea (Benjamin, 2006: 127). Sabemos que a cidade é plural, multifacetada e que há diferentes maneiras de a olhar. Surge então outra pergunta: como olhar? Afinal, o ato de ver é eletivo. Vemos o que desejamos ver, como já escreveu Berger (2016: 8). Mas também vemos aquilo que conseguimos ver, que nossos códigos e referências conseguem ler e significar. Há por trás de qualquer circunstância que se apresente diante de nossos olhos, um jogo de poder, onde visibilidades e invisibilidades podem ser fabricadas. O urbanismo e o planejamento urbano participam ativamente nesse jogo e são frequentemente criticados por isso. Ainda tratam, na grande maioria das vezes, a cidade como um espaço sem rugosidades, ignorando as vivências e particularidades, propondo ordenações de acordo com modelos muitas vezes ditados por forças globais. Mas é inevitável perceber a discrepância entre esta cidade concebida e a cidade vivida (Lefebvre, 2013), o que traz à tona a aspiração de muitos teóricos, gestores e agentes de que a cidade projetada conduza a cidade desejada, buscando aberturas políticas, diversidade étnica e cultural (Sennett, 2018).

Consciente de tais inquietações, me vi diante do desafio de definir as problemáticas específicas da minha tese. Começaram as inúmeras dúvidas naturais do início de um processo investigativo. Talvez mais intensos para quem decide trabalhar em contexto desconhecido ou pouco conhecido como é o meu caso: brasileira estudando a realidade urbana portuguesa. Foram muitas conversas, leituras e pesquisas sem saber bem para onde ir, qual recorte fazer, o que problematizar. Um processo difícil e desorientante.

Até que decidi parar e olhar para outras coisas. Precisava aliviar a cabeça como se, de repente, fosse possível parar meu pensamento, como sugere o título do filme de Jorge Pelicano². Filme este que, por acaso, teve como cenário um hospital psiquiátrico. E aqui, sem querer, mas querendo, faço uma alusão dramática a ansiedade quase doentia que me assolava naquele momento. E sim, parei de pensar na tese e comecei a ver filmes.

Também fui caminhar “contra o vento, sem lenço e documento”, como canta meu contrarrâneo Caetano Veloso³ (também parei para ouvir músicas). Me lembrei de ter escutado Robert Pechman,⁴ historiador brasileiro que se interessa pela questão urbana, dizer que é preciso passear para ampliar visão sobre a cidade. Antes dele, muitos outros se atentaram para o potencial que o caminhar oferece para apreensão e problematização dos espaços. Seja através da flânerie de Baudelaire, Hessel ou Benjamin, das deambulações por lugares banais dos surrealistas e dadaístas Aragon, Breton, Picabia ou das derivas situacionistas de Debord. Todavia, não foram só os artistas ou literários que se interessaram pelo caminhar. Urbanistas, geógrafos, psicólogos, filósofos, sociólogos como Careri (2017), Speck (2012), Coverley (2006), Gleber (1999) também desenvolveram reflexões sobre o tema. Confesso que dentre todas essas nomeações e particularidades dos diferentes modos de caminhar, o termo errância me chamou atenção. Conforme coloca Paola Jacques, errar tanto remete ao sentido da deriva quanto do equívoco (Jacques, 2012: 30). E no momento de dúvidas e construção de uma pesquisa, me parece importante está aberta ao erro e as reconfigurações possíveis a partir dele. Fui então passear e errar em Lisboa.

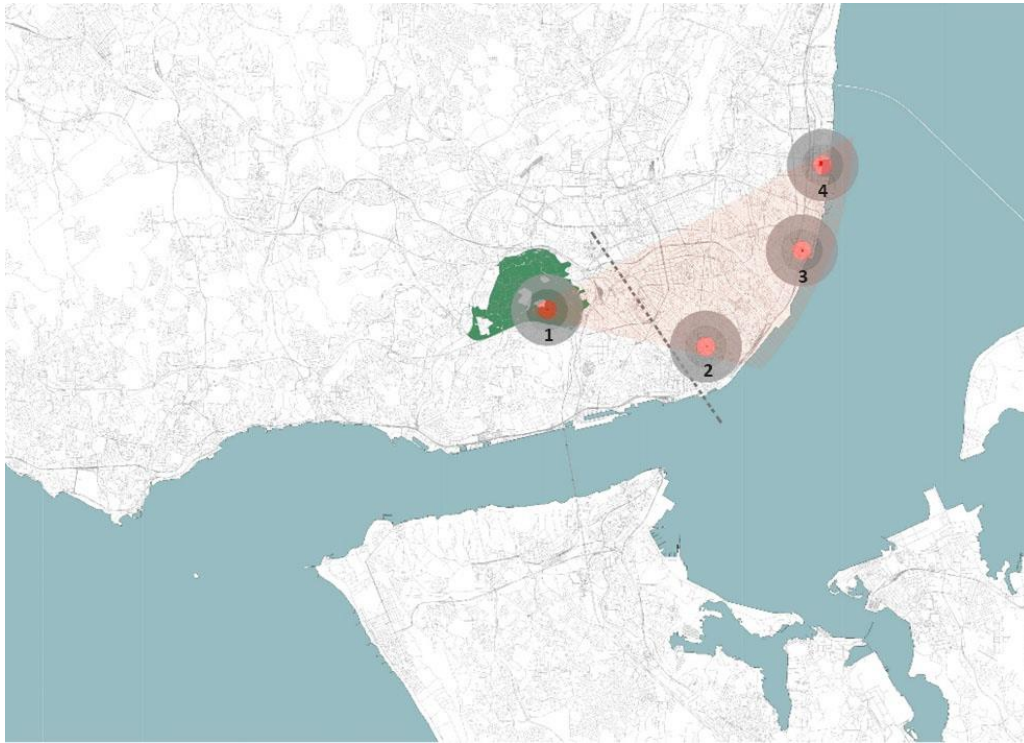
Escolhi Lisboa por ser uma cidade que pouco conhecia, embora fosse familiar aos meus olhos que já haviam visto suas imagens em fotos, filmes, relatos, jornais, textos acadêmicos. Mas, era ainda, uma cidade pouco conhecida pelo meu corpo visitante que poucas vezes

² Título do filme que estreou em 2015 é *Pára-me de repente o pensamento*.

³ Canção composta por Caetano Veloso em 1967, intitulada *Alegria, Alegria*.

⁴ Sua fala foi proferida em 2017 na Universidade Federal da Bahia em um encontro sobre Narrativas Urbanas.

havia percorrido seus espaços. Sem saber bem para onde ir, decidi ver a cidade a partir de seus miradouros, afinal não nego minha formação: gosto de ver cidade de cima!



**Imagem 1 - Mapa Lisboa com destaque para Miradouro Panorâmico de Monsanto (1), Miradouro Senhora do Monte (2), Marvila Ribeirinha (3) e Parque das Nações (4).
Fonte: Arquivo pessoal.**

Fui ao Panorâmico de Monsanto, miradouro oficial mais alto de Lisboa, de onde temos uma visão privilegiada sobre todas as direções. De lá parece possível uma apreensão total da cidade, permitida pela alta posição de privilégio. Vemos uma cidade bonita e podemos identificar o rio, as pontes, o aqueduto e alguns dos edifícios mais imponentes. Não vemos detalhes ou particularidades. A visão que prevalece é da cidade monumental que se destaca em meio a uma massa homogênea que, quando vista de perto, não se apresenta tão uniforme e harmoniosa. Uma visão próxima da que constrói a cidade oficial/nominal inventada e planejada (Herculano, 1982, *apud* Santos, 2011: 28).

Ao invés de olhar para a paisagem, em busca de uma leitura geral da cidade, dirigi o olhar para o lado e encontrei outras dinâmicas: pessoas a passear com o cão, em descanso de um passeio ou corrida no parque, em ensaios fotográficos, grafitando, usando drogas. Me atentei para as mensagens e imagens gravadas nas paredes que dizem sobre outros tempos de Lisboa, reivindicam posicionamentos, lembram de presenças ausentes, ou ausências presentes.⁵

⁵ Destaco aqui os painéis e azulejo que representam a cidade e aqueles feitos por Querubim e Manuela Madureira para decorar o antigo restaurante que funcionou ali. Também ressalto as palavras de manifesto político +/- futuro, +/- dignidade, +/-revolução e o rosto esculpido por Vhills de Marielle Franco (deputada brasileira assassinada cruelmente), dentre tantas outras inscrições que podemos encontrar naquele lugar.



Imagem 2, 3 e 4 - Miradouro Panorâmico de Monsanto.
Fonte: Arquivo pessoal.

Já em outro miradouro, o Senhora do Monte, me deparei com muitos observadores que buscavam uma vista panorâmica da cidade, mas que também desfrutavam de outros usos e apropriações: escutar a música de um instrumento de sopro que estava a ser tocado por um senhor, beber uma limonada artesanal vendida em uma carrinha estacionada, visitar a capela do local, sentar nos bancos e conversar. Eu menos interessada na paisagem e mais focada no que ali se passava, me deparei com a cena de muitos turistas maravilhados com essa Lisboa que se vê do alto, ao mesmo tempo que uma senhora descansa em um banco onde está grafado o seguinte recado: “*Dear tourists, ask your waiter how much he (she) earns. Minimum wages in Portugal: 580 euros/mês.*” E ainda com um morador em situação de rua que se masturbava em um canto do miradouro, quase invisível, enquanto uma cidade fotografada e fotografável chamava mais atenção dos visitantes.

São as coexistências daquilo que é muito visível e do que é sutil que me interessam no espaço urbano. Mas confesso que minha maior curiosidade talvez esteja mesmo nas cidades invisíveis. Aquelas de Calvino (2003), mas também a dos afetos, das subjetividades, das resistências, das táticas, das histórias que muitas vezes desaparecem no tempo e no espaço. Concordando com Benjamin (2008), a narração da história é feita a partir de um olhar vencedor e por isso inúmeras memórias urbanas se perdem. Temos, portanto, muitas cidades invisíveis por explorar.

Tais questões me lembraram a relevância do caminhar e da prática etnográfica que nos permite ver de longe e de perto, de fora e de dentro como diz Magnani (2002). Andar para encontrar o outro, para ver microdinâmicas (Baptista e Nunes, 2010), para reconhecer microterritórios, apropriações materiais e simbólicas que, segundo Fortuna (2012), também funcionam como ingrediente estrutural identitário. Andar para desaprender a cidade global e significar os fragmentos urbanos (Fortuna, 2018). Andar para uma apreensão mais sensível da cidade, para despertar questões a serem investigadas que venham ao encontro do meu

interesse em repensar e buscar possíveis caminhos de atuação no planejamento urbano e no urbanismo, capazes de lidar com uma cidade mais aberta e plural (Sennett, 2018).

Descido descer dos miradouros e caminhar com destino a dois pontos emblemáticos da cidade: Belém e Parque das Nações que, segundo leituras prévias que havia feito, eram áreas que estavam inseridas em discussões identitárias daquela cidade. Começa o caminho sob *o céu de Lisboa*.⁶ Para encurtar o caso e aproveitando que me apropriei do título do filme do Wim Wenders, falarei apenas do percurso feito direção ao leste. Isso porque, assim como o estrangeiro personagem do filme, eu também queria encontrar Madre Deus,⁷ mesmo que com desvios ou pelo caminho mais longo.

Saio do miradouro Senhora do Monte e vou até o rio, caminhar pela margem, errar a oriente.⁸ Nesse percurso encontro galpões abandonados, outros ocupados e obras, tanto em edifícios quanto nas vias públicas. Quarteirões inteiros fechados, calçadas sendo remodeladas, nova estrutura viária implantada. Estou em Marvila e descubro que tudo aquilo faz parte de um grande projeto, chamado *Prata Living Concept*.⁹ Estão sendo construídas novas habitações, projetadas pelo arquiteto de projeção internacional Renzo Piano, e realizada uma nova urbanização que inclui o projeto do Parque Ribeirinho do Oriente¹⁰ que se estenderá até o Parque das Nações. Naquele trecho, a implantação do parque tem o empreendimento imobiliário como co-financiadores. Além do Prata Living Concept, encontramos próximo desse local alguns outros empreendimentos do mesmo seguimento promovido não só por investidores portugueses, mas também de outras nacionalidades, dentre elas, por exemplo, libaneses.¹¹

⁶ *O céu de Lisboa* é a tradução do título original do filme *Lisbon Story*, de Wim Wenders. Foi um filme encomendado a ele no âmbito de Lisboa Capital Europeia da Cultura em 1994. O realizador decide mostrar a cidade que se esconde por trás do estereótipo das imagens dos cartões postais de promoção da cidade.

⁷ No filme, o personagem alemão sonoplasta se encanta pela música do grupo Madre Deus. Eu também sou apreciadora dessa música e por isso resolvo ir até o bairro da cidade que deu nome ao grupo, situado na zona oriental da cidade. Também tinha interesse em encontrar o Teatro Ibérico (antigo convento) onde o grupo ensaiava no início de carreira.

⁸ Andar pela margem e errar a oriente pode ser lido aqui tanto literal quanto metaforicamente.

⁹ Embora o projeto desse empreendimento tenha começado no final da década de 90, somente em 2015, após muitas negociações com a Câmara de Lisboa as obras arrancaram. O projeto está inserido no plano de pormenor da Matinha e tem a Norfin como gestora desde 2013. Em janeiro de 2019, a Vic Properties adquiriu Unidades de Participação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (FIIF) Lisfundo.

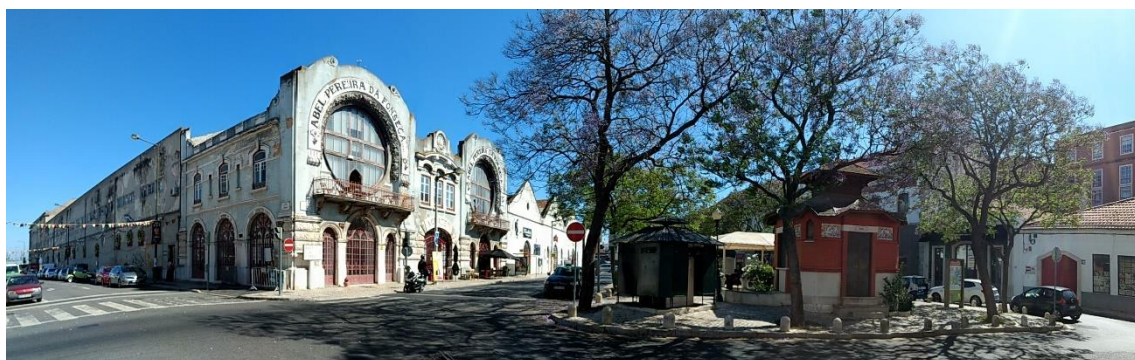
¹⁰ Projeto de Catarina Assis Pacheco e Filipa Cardoso de Menezes.

¹¹ Ver: <https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/imobiliario/detalhe/libaneses-investem-16-milhoes-em-marvila-e-https://www.prateato.pt/pt/>



**Imagem 5, 6, 7 e 8 - Marvila Ribeirinha – galpão abandonado e construção do Prata Living Concept.
Fonte: Arquivo pessoal.**

Resolvo andar quarteirões adentro e encontro a Fábrica Braço de Prata da qual me lembrei já ter ouvido histórias. Lá me deparo com uma livraria, com uma festa infantil e com um encontro de adultos. Está lá também o Nuno Nabais – que esteve à frente do processo de ocupação da ex-fábrica bélica e que mantém seu funcionamento com programação cultural desde 2007 – a tocar piano.



**Imagem 9 - Praça David Leandro da Silva em Marvila e instalações da antiga empresa Abel Pereira da Fonseca.
Fonte: Arquivo pessoal.**

Saio da fábrica e chego à praça onde estão antigos armazéns que ganharam outros usos: sediam eventos temporários como as festas de Santo António ou eventos de comida gourmet de um fim de semana qualquer. Ao lado, está uma escola de parkur, uma loja de tatuagens, outra de velharias, de mobiliário vintage, novos restaurantes. Mais à frente, próximo ao palácio Mitra, uma fábrica de cerveja e galerias de arte.¹² Esses usos revelam um pouco sobre as dinâmicas recentes que parecem se instalar nessa zona e que vão de encontro ao que li posteriormente em uma entrevista com o Presidente da NORFIN.¹³ Segundo ele, Marvila está muito na moda e tal empreendimento poderia contribuir para levar pessoas para lá, já que é uma zona onde não há uma vida consolidada.

Entretanto, ao lado desses novos serviços estão um clube e uma associação que me fazem desconfiar dessa fala sobre a falta de vida local. Um clube inaugurado em 1946 e uma associação que trata de esclerose não parecem ser equipamentos de um lugar sem vida. Penso que deveriam haver habitantes locais que poderiam, inclusive, ser mais envelhecidos. Suposições que ganham força depois de alguns encontros nas ruas com pessoas mais idosas. Sigo no caminhar.



Imagem 10 e 11 - Clube Oriental de Lisboa e Sociedade Portuguesa da esclerose Múltipla em Marvila.
Fonte: Arquivo pessoal.

Fico curiosa e indago quem serão as pessoas que saber-me-ão contar sobre o presente e os passados que se revelaram pelos vestígios e decadências que encontrei nos caminhos. Vestígios nas ruas, azinhagas, edifícios, casas pátio. Descubro posteriormente que estas foram construídas para receber operários das fábricas que existiram ali.

Deparo ainda com rastros de ruralidade que se manifestam nos campos cultivados e onde *ainda há pastores*.¹⁴

¹² A partir de 2009, houve um crescente interesse por parte de galerias de arte para se instalarem em Marvila. Dentre elas a do Vhils, artista que fez o rosto da Marielle Franco no Miradouro de Monsanto, citado anteriormente no texto.

¹³ Ver: <http://www.diarioimobiliario.pt/Entrevistas/Prata-Living-Concept-um-marco-na-historia-da-NORFIN>.

¹⁴ *Ainda há pastores?* é um documentário de Jorge Pelicano do ano 2006 que mostra a vida de de um pastor da Serra da Estrela.



Imagem 12, 13 e 14 - Pastor e seu rebanho, área de cultivo em Marvila.
Fonte: Arquivo pessoal.

Ando mais um pouco e encontro uma venda local onde trabalha há anos uma senhora que migrou do campo em outros tempos. Chego à Sociedade Musical e vejo um tanque comunitário. Escuto que foi um lugar relevante de sociabilidade. Dentre algumas das atividades que ali acontecem, está o ensaio da marcha, muito importante para os habitantes locais (Sousa, 2015). Ao buscar informações sobre aquele lugar, fico a saber do passado das nobres quintas de Marvila, antes de seu período industrial. Também descubro que o edifício ao lado já abrigou centenas de famílias que viviam amontoadas em um período que a freguesia atraiu muitos moradores pela oferta de emprego. O que fez com que muitos bairros de lata surgissem na região. Nas décadas de 60 e 70 começaram a ser substituídos, através de políticas públicas, por bairros sociais que marcam atualmente a paisagem local.¹⁵ Tais bairros receberam não só a população relocada dos bairros de lata, como também muitos imigrantes que vieram para Portugal depois da descolonização. Marvila está hoje entre as três freguesias que mais recebeu Palops.¹⁶

Entretanto, essa não é a única marca local. Há uma resignificação urbana desses bairros com os grafites feitos recentemente durante o “Muro-Festival de Arte Urbana”.¹⁷ Hoje já são muitas as pessoas de outras regiões atraídas para o local com objetivo de ver as pinturas.¹⁸



Imagem 14 e 15 - Bairro Social e Biblioteca de Marvila – área do antigo bairro Chinês.
Fonte: Arquivo pessoal.

¹⁵ Ainda se encontram algumas habitações precárias na região, embora sejam poucas.

¹⁶ Plano Municipal para integração de imigrante de Lisboa (2015-2017), disponível em <https://www.acm.gov.pt/documents/10181/290240/PMII+Lisboa/f668c37d-402c-4352-88fa-7dc65934c434>.

¹⁷ Ver: <http://www.cm-lisboa.pt/noticias/detalhe/article/marvila-no-mapa-global-do-graffiti-e-arte-urbana>.

¹⁸ Esse assunto merece ser melhor debatido e estudado. O recorrente uso das pinturas em empenas nos bairros sociais tem criado algum estigma, segundo relato de algumas pessoas. Há pouca interação entre os moradores e os visitantes que por lá passam e há alguns habitantes locais dizem se sentir como animais de um “zoológico” que são observados por quem passa.

A Biblioteca de Marvila e a feira do relógio que acontece aos domingos há mais de 40 anos, também trazem pessoas de diversas outras partes da cidade a Marvila. Entretanto, nem todo local de sociabilidade e cultura está ativo e em boas condições. A escola secundária Afonso Domingues, antiga Escola de desenho Industrial onde estudou Saramago,¹⁹ está desativada desde 2010. Após inúmeros roubos e falta de manutenção encontra-se hoje em estado decadente. Quando fechou, o intuito era ceder o terreno para construção da linha TGV que nunca se implantou. Fiquei a imaginar como essa linha poderia mudar a integração urbana daquele lugar, uma vez que iria ligar Chelas ao Barreiro. Mas também penso que poderia gerar outra fratura no território, como aquela resultante da presença da linha de comboio existente que separa a Marvila de baixo ribeirinha e a Marvila de cima, caracterizada pelos bairros sociais.

Nesse caminhar, descubro muitas camadas marvilenses. Uma que consigo perceber, outras que minha cegueira cognitiva e pouca vivência local talvez ainda não permitam. Todavia, me atento a cegueira branca, como aquela contada por Saramago (1995), que se espalha pelos modelos de planejamentos e especulações que não querem ver a vida consolidada dos quase 40.000 habitantes²⁰ que ali estão.

Nesse caminhar, descubro um lugar instigante para olhar, caminhar, viver e conviver. Um lugar que me desperta curiosidade e vontade de conhecer seus microterritórios, suas afetividades, suas microdinâmicas. Um lugar cheio de vestígios e memórias que podem disputar espaço hoje com as novas dinâmicas que estão a chegar. É assim que escolho meu local de trabalho: essa freguesia onde coexistem diferentes tempos, pessoas, histórias.

Coloco então as seguintes questões: O que foi, o que é, o que pretende ser Marvila? Tendo em vista que a freguesia ensaia uma regeneração, podemos pensar em outras formas de regeneração que respeitem a diversidade urbana e microdinâmicas metropolitanas como uma possibilidade? Será possível resistir ao padrão urbanístico neoliberal? Até que ponto? Podem as cidades regenerar-se sem perder a alma dos lugares (Zukin,2010)?

Começa aqui minha investigação de doutoramento. Apostando na ideia de que as transformações urbanas que respeitam a memória²¹ e os espaços vividos, em contraponto à linha neoliberal que tenta converter espaços em mercadoria (tão presente em Lisboa), podem orientar mais eticamente as cidades para os problemas da vida urbana, considerando sua diversidade formal e social. Para tal, tentarei avaliar territorialidades (relações espaciais e sociais locais) que distinguem o espaço, bem como memórias, representações, imaginários, resistências à imposição do modelo global.

Explorar as tonalidades dos limiares ali presentes, tanto em seu sentido negativo de desapossamento, de ausência de direitos, de invisibilidade estrutural e física, mas também em seu sentido positivo, carregada de potencial, de devir, de possibilidades de reconfigurações, faz de Marvila um terreno fértil para a discussão que proponho. Alguns projetos de cunho mais artístico, como *Lisboa Capital do Nada* (Extra]muros[2002) ou os vídeos do projeto *Memórias de Bairro*, revelam alguns desses aspectos e potenciais. Demonstram que talvez seja possível incorporar outras narrativas na construção do futuro daquele lugar.

¹⁹ Saramago estudou na escola enquanto ela funcionava em Xabregas, nas traseiras do Convento da Madre Deus. Em 1948 a escola se muda para o local atual, onde funcionou até 2010.

²⁰ De acordo com o censo de 2011 realizados pelo INE, Marvila tem 38.102 residentes. Marvila é, portanto, muito mais do que a zona ribeirinha onde se diz não haver habitantes.

²¹ Será importante fazer uma reflexão mais profunda sobre memórias (individuais, coletivas, voluntárias, involuntárias, saturada) e esquecimentos de Marvila. O que se deseja lembrar ou esquecer (Huyssen, 2014) e como isso se relaciona com o espaço?

Ao olhar e caminhar para oriente, me orientei ainda que desorientadamente, e aos poucos venho construindo esse caminho investigativo. Com erros e errâncias. Os recortes e delimitações vem sendo definidos ao longo do processo, ao longo dos encontros, das caminhadas. As coordenadas apareceram a princípio menos como dispositivos de controle e mais para indicar desejos que estão abertos ao acaso, aos desvios e as reorientações. Fica aqui uma aposta. Uma aposta no encontro com possibilidades invisíveis, múltiplas e heterogêneas. Na orientação, desorientação e reorientação desse caminhar urbano e urbanístico que venho tentando construir.

Referências bibliográficas

Baptista, L.; Nunes, J. (2010), “Lisboa invisível. Reflexões sobre o trabalho de desocultação das microdinâmicas metropolitanas”, in Dornelas, António; Guerreiro, Maria; Oliveira, Luísa; Veloso, Luísa (org), *Portugal Invisível*. Lisboa: Mundos Sociais, pp. 53-74.

Benjamin, W. (2006), *Passagens*. Belo Horizonte: editora UFMG.

Benjamin, W. (2008) [1985], *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense.

Berger, J. (2016) [1972], *Modos de ver*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

Calvino, Í. (2003) [1972], *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras.

Careri, F. (2017), *Caminhar e parar*. São Paulo: Gustavo Gili.

Coverley, M. (2006), *Psychogeography*. Harpenden: Pocket Essencials.

De Certeau, M. (1994) [1990], *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. [15ed]. Petropolis: Vozes.

Extra]muros[(2002), *Lisboa capital no nada. Marvila 2001, Criar, debater, intervir no espaço público*. Lisboa: Extra]muros[associação cultural para a cidade.

Fonseca, R. (1994), “O caso F.A.,” in *Contos reunidos*. São Paulo: Ed. Cia. das Letras.

Fortuna, C. (2012), “(Micro)territorialidades: metáforas dissidentes do social”, *Terra Plural*, 6, 2, 199-214.

Fortuna, C. (2018), “Caminhar urbano e vivências imprevistas”, *Revista Brasileira de Sociologia*, 6, 13, 136-154. Acesso a 16/09/2108, disponível em <http://www.sbsociologia.com.br/revista/index.php/RBS/article/view/262/201>.

Gehl, J. (2014) [2010], *Cidade para as pessoas*. São Paulo: Perspectiva.

Gleber, A. (1999), *The art of taking a walk: Flânerie, literature, and film in Weimar culture*. New Jersey: Princeton University Press.

Huyssen, A. (2014), *Culturas do Passado-Presente*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora.

- Jacques, P. (2012), *Elogio aos errantes*. Salvador: EDUFBA.
- Lefebvre, H. (1991) [1968], *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Atica.
- Lefebvre, H. (2013) [1974], *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing.
- Magnani, G. (2002), “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17, 49, 11-29.
- Pais, J. M. (2002), *Sociologia da vida quotidiana*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Pelicano, J. (realizador) (2015), *Pára-me de repente o pensamento* [DVD]. Lisboa: Alambique Filmes.
- Pelicano, J. (realizador) (2006), *Ainda há pastores?* [DVD]. Santo Antão do Tojal: Costa do Castelo Filmes.
- Santos, B. (2011), *Portugal, ensaio contra a autoflagelação*. Coimbra: Almedina.
- Saramago, J. (1995), *Ensaio sobre a cegueira*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Sennett, R. (2018), *Construir e habitar: ética para uma cidade aberta*. Rio de Janeiro: Record.
- Sousa, P. (2015), *Marvila no mês de junho: territórios, sociabilidades e identidade em um bairro de Lisboa*. (Dissertação de mestrado). Lisboa: ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.
- Speck, J. (2012), *Walkable city. How downtown can save America, one step at a time*. New York: North Point Press.
- Wenders, W. (realizador) (1994), *Lisbon Story* [DVD]. Alemanha, Portugal: Madragoa Filmes, Road Movies Filmproduktion, Wim Wenders Stiftung.
- Zukin, S. (2010), *Naked city: The death and life of authentic urban places*. Oxford: Oxford University Press.

A rua como território turístico: Algumas considerações

João Luís J. Fernandes, Departamento de Geografia e Turismo, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e CEIS20/CEGOT
jfernandes@fl.uc.pt

Resumo: A rua é um espaço geográfico que envolve múltiplas territorialidades produzidas e vividas por uma constelação de atores que varia consoante os contextos. Nalgumas circunstâncias espaciais e temporais, a rua é apropriada para o turismo e pelos turistas. Nestes casos, a rua tanto pode ser uma via de passagem, como um lugar de paragem, um território de consumos supérfluos pouco individualizados ou uma oportunidade de envolvimento criativo seja com um património classificado como de excelência, seja com um quotidiano mais banal de interação entre residentes e não residentes, agora também valorizado por muitas procuras turísticas.

Palavras-Chave: rua, turista, territorialidades, apropriação espacial, ritmos, temporalidades.

Analisar a rua é um exercício entre caminhos que interseta múltiplas abordagens, sobretudo se se considerar a sua potencial apropriação turística.

Enquanto território de fluxos, trocas e relações multidimensionais, a rua pode produzir o lugar. Lê-se em Fernando Namora, na abertura de *O Trigo e o Joio*, que a “vila é uma rua” (Namora, 1982: 21), um espaço de intermediações onde se caminha, se fazem paragens e se (con)vive. Em Millás (2014), a rua é vida, crescimento e partida para outras espacialidades.

Numa leitura geométrica, a rua será a distância entre dois pontos. Para um olhar mais amplo, poderá ser a transição entre uma área de conforto e segurança e o desconhecido, a passagem intermédia entre a casa e o exterior, numa mobilidade entre limites difusos e indefinidos que estende o espaço vivido e alarga os mapas mentais (Frémont, 1980; Bhabha, 2018).

Numa perspetiva patrimonial, a rua pode ser elemento de uma paisagem superlativa e de excelência, como poderá fazer parte do conjunto mais banal e de ritmos quotidianos, a paisagem de sujeitos comuns e vivências diárias que também merece classificação e proteção. Assim o assumiu a Unesco em 2012, numa mudança paradigmática intitulada *The New Landscape Vision: from the Monument to the People* (Unesco, 2012).

Para Steiner (2007), a ideia de Europa está filiada na rua. Este espaço público não é um simples canal funcionalista de passagem, mas um território de significados, como a toponímia, que assinalam memórias e filiações.

Esta rua é um espaço dinâmico que mudou, tal como mudaram as vivências em resultado do desencontro entre a *urbe*, a *polis* e a *civitas* (Domingues, 2008, 2009 e 2011). A rua transformou-se porque a cidade também se alterou, numa geometria variável de descontinuidades entre a fruição do construído, o exercício político e a vivência cívica nestas novas sociedades urbanas.

Este espaço urbano em transformação criou, com o turista, uma relação direta. Em primeiro lugar, porque é das cidades que saem os maiores fluxos. Em segundo, porque é para esta mesma cidade que convergem múltiplas procuras turísticas.

A relação entre a cidade, a rua e o turista faz-se em diferentes planos. Desde logo, nestes lugares é possível identificar o caminho que se celebrizou, a avenida que se destaca e atrai, as artérias ícone, as ruas que são celebridades, que têm uma imagem forte e reforçam a atratividade desses territórios turísticos urbanos. Os *Campos Elíseos*, em Paris; as *Ramblas*, em Barcelona; *La Gran Via*, em Madrid ou a *Rua Vaci*, em Budapeste; a *Lombard Street*, em São Francisco; o *Caminito*, em Buenos Aires ou a *Oxford Street*, em Londres, completam e dão relevo aos lugares, numa lista que poderia passar pela *Las Vegas Strip*, uma das seções da *Las Vegas Boulevard*, que concentra algumas das atrações desta cidade do Nevada (EUA).

Esta listagem, sempre incompleta, inclui ruas de diferentes escalas, com diversos estatutos e formas heterogéneas, extensões espaciais também variáveis, da *Hollywood Boulevard* (em Los Angeles) à mais estreita e curta *Rua das Beatas* (em Elvas). Em diferentes circunstâncias, estas artérias acrescentam conteúdo aos guias turísticos, uns com uma projeção mundial, outros com uma área de influência mais localizada.

A muitas destas ruas são dedicadas páginas *web*, que organizam seriações digitais de ruas exóticas e obrigatórias para o viajante. A estas são dedicados comentários e partilhas de experiências, classificações, referências e sugestões.

Estas ruas ganham relevância porque são objeto e conteúdo de representações, da fotografia à pintura, passando pelo cinema, reforçando uma identidade iconográfica que reforça atrativos turísticos, como acontece com as ruas de São Francisco ou de Manhattan, nos EUA.

Estas ruas iconográficas são produzidas por encontros dinâmicos entre a realidade geográfica e as suas representações por indústrias criativas e culturais com poder de projeção (Avraham e Ketter, 2008). É deste cruzamento que ganha relevância simbólica e turística uma via como a *Abbey Road*, em Londres, capa, em 1969, de um álbum musical.

A obra criativa pode também produzir rua, como a procurada *Diagon Alley* que, do imaginário literário, migra para o cinema e deste para um território turístico – os estúdios da Warner Bros., nos arredores de Londres, onde se filmaram parte das obras de Harry Potter. Nestes como noutros exemplos confirma-se o poder de territorialização das representações que, numa *pop culture* que se tem globalizado, se devolvem ao espaço, celebrizando lugares e enfatizando a atratividade dos territórios.

Esta cartografia de ruas que atraem fluxos turísticos é um campo de diversidade, que vai da rua espontânea de mercados populares onde se comercializam produtos agrícolas e artesanato, a ruas marcadas pelo comércio de luxo e por produtos de cosmética, alta costura e joalheria, como a parisiense *Rue Royale* ou a *Via dei Condotti*, em Roma, onde se encontram marcas de excelência para frações superiores do mercado turístico e dos consumidores locais.

Para Kevin Lynch (1999), estas vias, mas também os limites, as áreas contínuas identificadas por alguma homogenidade, os cruzamentos, os lugares de encontro, as praças, mas também os ícones e as *landmarks*, são elementos fundamentais para a vivência da cidade e para os mapas mentais de quem ali projeta o seu território, como é o caso dos turistas que percorrem a paisagem urbana.

Na classificação de Lynch (1999), tudo se pode misturar. A rua será um caminho, mas pode ser um ponto de encontro e é um território de sociabilidades. Será porventura um limite e, já o referimos, pode ser uma *landmark*, um geossímbolo mais ou menos contestado, como a *O'Connell Street*, de Dublin, onde se plasmam os símbolos da independência da República da Irlanda, se produz Estado e se reforça a identidade nacional. Nesta rua de cerca de 500 metros, a antiga *Sackville Street* (no tempo da dominação inglesa), ao turista mais atento está reservada uma experiência política e uma viagem pela História recente do país (Whelan, 2001).

Contudo, a relação do turista com a cidade e da rua com o turismo pode passar por outras experiências. A rua pode ser uma inexistência para o turista urbano. Nos modelos turísticos de territorialidades topológicas e descontínuas assentes na visita aos nós de uma estrutura reticulada, a rua é um mero local de passagem, uma distância que se percorre sem paragem nem observação. A rua é, neste ponto de vista de supressão do espaço, apenas o tempo que intermedeia entre a saída de um atrativo, um museu ou uma catedral, e a entrada num outro vértice turístico superlativo.

Mais que integrados num espaço urbano contínuo, estes pontos são ilhas isoladas projetadas numa página em branco. Esta compressão espacial do território turístico é comum nas visitas guiadas aceleradas e concentradas em ícones urbanos de excelência.

Nesta distância sem espaço, o turista é orientado pelo guia turístico e pelo veículo que transporta o grupo, mas pode também ser conduzido pelo GPS, para o qual esta distância é um espaço representado por segmentos de reta e traços coloridos de uma Geografia digital que dirige a deslocação. Esta é a rua da indiferença, do movimento e da velocidade, a rua da desatenção onde, leia-se em Gonçalo M. Tavares (2014), é inútil colar cartazes que não serão lidos.

Mas a interação do turista com a rua pode ser diferente. Esta rua pode ser um caminho que se frui posicionado a alguns metros do solo. Neste caminhar sem pisar a terra, o turista entra num túnel de caminhos previamente definidos por uma empresa turística. No topo de um autocarro panorâmico, quase sempre envolvido num ambiente sonoro informativo, ao turista é apresentada uma versão compacta dos valores turísticos urbanos. Nesta rota, é possível entrar e sair, descer ao nível do solo ou permanecer numa espécie de miradouro móvel que lhe proporciona um contacto visual rápido e distanciado e uma vaga impressão de convivência com a cidade.

Observar o lugar num ecrã, à distância, não substitui a vivência direta. Agora, neste filme em andamento, não se pisa o solo nem se sentem os olhares dos transeuntes, mas perceciona-se a paisagem a partir de cima, segurando o desdobrável colorido que acompanha o bilhete de acesso a este transporte. Muitas vezes suspenso nas mãos do turista, este mapa permanece aberto ao longo da viagem, num esforço quase sempre inglório de associar a cartografia às formas que se vão vendo.

Noutros contextos, José Luís Peixoto (2019) descreve-nos uma passagem por Joanesburgo. Neste caso, o turista vê a rua a partir de uma fortaleza em andamento, com janelas fechadas, para observar e não ser visto, numa experiência turística entre muros que não permite o contacto com um exterior que se considera inseguro.

Noutras circunstâncias, para o turista mais deambulante, menos dependente dos mapas imperativos (Monmonier, 2006) produzidos por guias, instituições turísticas e aplicações digitais, a rua é uma *walkscape*, um trajeto lento, uma experiência estética e multissensorial na qual o pisar do solo e o ângulo de visão abrem perspetivas e ampliam a atenção (Careri, 2013; Kagge, 2018).

Neste *flâneur*, os edifícios não se veem do alto de um miradouro mas sim na base, ao nível da porta de entrada. Nestes percursos, sentem-se as rugosidades do pavimento. A cidade que se estende no solo é uma tela, como a calçada portuguesa, que pode ser pisada, tocada e interpretada.

Esta rua na qual se vagueia, por vezes a um ritmo repetitivo, caminhando num sentido e noutro, pode ser uma fronteira entre espaços geográficos, entre o mar e o areal, por um lado, e o solo mais seguro e a massa do construído, por outro. Nestas marginais, enquadradas por palmeiras que nos remetem para o anatópico imaginário tropical, a rua é uma passadeira noturna de turistas de praia, sol e mar que aqui fazem um interregno, entre o dia que passou e o outro que, dali a algumas horas, recomeçará o ciclo.

Neste sentido, esta rua-marginal é um território de espera (Musset, 2015) onde se passeia, compra, consome, socializa e se alarga a experiência turística por espacialidades e temporalidades fora do dia solar.

A rua na qual o turista se movimenta pode ser, ela própria, uma via aquática, como acontece com os canais de cidades como Amesterdão, Veneza, Bruges ou Aveiro, eixos de movimento e experiências turísticas que são marcadores de identidade nestes espaços urbanos.

Contudo, a rua de solo seguro e de apropriação mais lenta será a escala ideal para a descoberta do património relevante, uma oportunidade para a comunicação de mensagens mais densas.

Mas esta rua turística é também um espaço de espetáculos, interpretações cénicas e artísticas, um palco que saiu dos espaços fechados e se abriu à via pública. Esta deriva acompanha a democratização performativa em áreas como a música, o teatro ou as artes circenses, que vai densificando esta rua turística transfigurada num território de expressão criativa de profissionais e amadores.

Neste espetáculo efémero de criatividade entram as ruas coloridas e floridas das *Festas do Povo*, de Campo Maior, mas também a cobertura de chapéus-de-chuva numa artéria de Águeda, por isso mesmo destacada por algumas publicações digitais.¹

Estas vias podem, como a Avenida da Liberdade (em Lisboa) que expõe as marchas populares, ser um palco de mobilidade inversa: o observador para, o espetáculo movimentar-se. Nestes casos, como na celebração do *St. Patrick* nas ruas de Nova Iorque ou nas marchas militares na *O'Connell Street*, o turista não deambula, mas fixa-se para observar a *parade*.

Nestes territórios turísticos onde transitam práticas de representação, celebração política ou expressão identitária local, pode incluir-se a rua-sambódromo, eixo central de um dos mais celebrizados atrativos turísticos do Brasil – o carnaval do Rio de Janeiro.

No entanto, nas cidades hedonistas do lazer e do consumo, a rua onde o turista faz percursos mais lentos é também o território do ecrã global e omnipresente (Lipovetsky e Serroy, 2010). Mostrando-se no espaço público, os expositores digitais captam a atenção dos turistas e dos transeuntes em geral, divulgam informações e fazem apelos ao consumo. Esta exaltação dos sentidos impõe ritmos de mudança instantâneos, ciclos curtos de informação policromada que se renova, nas paisagens noturnas e nas diurnas, criando ícones espaciais e nós de confluência como a *Times Square* (Nova Iorque) ou *Picadilly Circus* (Londres), exemplos hiperbólicos desta paisagem-ecrã.

Esta é também a rua das fachadas envidraçadas que diluem o limite entre a via pública e o interior do espaço privado. Também aqui, pelos olhares que atravessam estas fronteiras entre o dentro e o fora, se solicita a paragem e o consumo em cafés, restaurantes e outros espaços comerciais.

Esta rua de apelo tecnológico e estético invade o espaço coletivo, cria áreas avançadas de esplanadas que terão um efeito de barreira e sugerem uma paragem. Aqui, com ambientes de cadeiras almofadadas, sofás e temperaturas amenizadas, quantas vezes desafiando os regulamentos de apropriação do território público, encena-se o aconchego da vida doméstica.

Nesta sobreposição competitiva de mensagens que cativam a atenção, muitos circulam numa espécie de território privado que se confina nos ecrãs dos *smartphones* individuais e numa atomização sonora promovida pelos *headphones* pessoais que colocam o transeunte, turista ou não, num mundo *self* que coexiste mas não se confunde com o exterior.

¹ Como se pode conferir em <https://www.voltaaomundo.pt/2019/05/30/ruas-mais-incriveis-do-mundo-ranking-e-ha-uma-portuguesa-b/>.

Mas esta é também uma rua ilusória, um território de desigualdades, pois nem todos podem entrar, nem todos cumprem os códigos de conduta ou dispõem do capital suficiente para atravessar esse limite que parece convidar mas que afinal é seletivo e semipermeável. Em muitas destas ruas, sobretudo as que concentram marcas e restaurantes de elite, o turista comum passa e experiencia a presença na via, porventura regista a sua presença nalguma rede social, mas não participa, de facto, no universo mais restrito do consumo exclusivista.

Esta é a rua do *consumactor*, o consumidor-ator com uma *mindscape* que mistura observação, movimento e eventual consumo (Cachinho, 2006). Nesta rua de exaltação dos sentidos é difícil orientar a atenção para a descoberta de valores patrimoniais dissimulados por uma cacofonia de mensagens hedonistas com mais poder de sedução.

Enquanto intermediadoras das novas territorialidades urbanas, as tecnologias digitais tanto podem enclausurar o sujeito num mundo *self* privativo, como poderão dispersar a atenção por uma miríade de mensagens sobrepostas, como poderão ainda direcionar o caminhante para pontos de relevância dissimulados entre a confusão de elementos que se inscrevem na paisagem. Práticas como o *geocaching*, que transitam entre o analógico e o digital, entre o mundo das páginas *web* e o solo que se pisa, têm esse potencial pedagógico de (re)descoberta e interpretação do património (Fernandes, 2013).

A rua hipervisual que esconde o património mais relevante também vive ciclos de mudança. No Natal urbano que se vai celebrando nas ruas da Europa, encena-se o imaginário da Lapónia rural, da neve e das renas, com anatopias que se territorializam em ambientes climáticos estranhos a esses símbolos de evocação. Sobretudo no período noturno, esta é uma rua tecnológica de passeadeiras vermelhas, sons, cores e intermitências. De certo modo, também aqui se encena o conforto do lar doméstico, diluindo a fronteira entre o público e o privado e estimulando o consumo em turistas e não turistas.

Fazendo lembrar o contraste entre os mundos luminoso e opaco de Milton Santos (1997 e 1999), esta rua hierarquiza a cidade entre as artérias iluminadas e os caminhos mais obscurecidos. Sendo resultado de processos de difusão cultural, a partir dos EUA, por veículos como o cinema, a televisão e as indústrias culturais em geral, estas paisagens territorializam a dinâmica de dispersão geográfica do capital sugerida por David Harvey (2011).

Nalguns casos, o início da celebração é um momento de honra, como acontece com a inauguração da *Oxford Street* iluminada. Um turismo de natal em crescimento, na Europa e noutras regiões do mundo, passa em muito por estas encenações urbanas (Fernandes, 2011).

Estas *christmascapes* de celebração e consumo testemunham a importância dos ritmos temporais e do diacronismo na relação entre a rua e o turismo. Nesta Geografia do tempo, as vivências noturnas são diferentes. Em muitos casos, atraem novas práticas turísticas subterrâneas, legais nalguns casos, ilegais noutros, como o turismo sexual nas ruas de Amesterdão, Banguecoque ou Fortaleza (Ryan e Hall, 2001).

A rua é também apropriada pelo turismo quando esta é encenada em *resorts*, centros comerciais, nos parques temáticos ou nas reservas naturais. Esta geografia turística de simulacros (Baudrillard, 1991) traduz-se na anatópica *Rock Street* que acompanha o globalizado *Rock in Rio*. Nestas heterotopias de espacialidades e temporalidades de exceção, a rua orienta a experiência turística, a exposição das marcas, as deambulações hedonistas ou, no caso dos safaris em territórios como a Massai Mara National Reserve (no Quênia), a atração por uma ilusória aventura exótica.

Contudo, a fruição turística da rua é um mundo de diversidade fragmentado entre a procura da rua encenada e a da rua que se vive no quotidiano de lugares onde coexistem outros atores, turistas e não turistas, residentes e não residentes. Estas experiências da rua dividem os diferentes tipos de turistas e as diversas categorias de turismo. O novo turista,

mais lento e exigente, procura algo difuso por vezes associado à ideia de autenticidade (Poon, 1994). O turista criativo (Richards e Wilson, 2007) faz da rua um objeto de inspiração.

Assim pode acontecer com o turismo fotográfico ou com a comunidade dos *urban sketchers* (conferir, por exemplo, em <http://urbansketchers-portugal.blogspot.com/>), que procuram não a rua superlativa, mas a rua do quotidiano, depois representada, desenhada e inscrita nos cadernos de viagem.

Em muitos casos, esses desenhos coloridos ou monocores poderão devolver-se à paisagem. Esse retorno à rua pode acontecer pela ilustração de guias turísticos (que, nalgumas edições, abdicam da fotografia), mas pode materializar-se por projetos inovadores. Assim aconteceu em Elvas.

Na sequência de um encontro de *urban sktechers* na cidade, os desenhos foram reproduzidos e permanecem expostos nas ruas do centro histórico, escondendo fachadas, portas e montras de espaços comerciais abandonados, agora recuperados como telas de exposição artística, de certo modo valorizando a rua como uma galeria de arte no espaço público. Em Elvas, com painéis de desenhos que tapam portas e janelas de espaços comerciais devolutos, esconde-se a degradação e faz-se da rua uma tela de exibição do quotidiano e dos monumentos da cidade.

Em suma, são muitos os cruzamentos entre a rua e as territorialidades turísticas. Esse encontro espacial e temporal será sempre uma experiência de (des)encontros e comunicação – a que se pode estabelecer entre o turista e as comunidades locais, quantas vezes já inexistentes ou em decomposição; a que se promove entre os fluxos turísticos e os apelos que captam a atenção e estimulam o consumo; e, por fim, a que procura filiar o turista a um património mais denso e exigente.

Referências bibliográficas

Avraham, E.; Ketter, E. (2008), *Media strategies for marketing places in crisis*. Amsterdam: Butterworth-Heinemann.

Baudrillard, J. (1991), *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio d'Água.

Bhabha, H. K. (2018), “O Mundo e a Casa”, in L. Sol e A. T. Ascensão (ed.), *A Casa e o Mundo*. Lisboa: LATA Edições, pp. 67-79.

Cachinho, H. (2006), “Consumactor: da condição do indivíduo na cidade pós-moderna”, *Finisterra*, XLI, 81, 33-56.

Careri, F. (2013). *Walkscapes. El andar como práctica estética*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

Domingues, Á. (2008), “Urbanização Extensiva - uma nova escala de planeamento”, *CITTA 1st Annual Conference on Planning Research*. Porto.

Domingues, Á. (2009), *Rua da Estrada*. Porto: Dafne Editora.

- Domingues, Á. (2011), “Da cidade ao urbano”, in Nuno Portas, Álvaro Domingues e João Cabral, *Políticas Urbanas II – Transformações, regulação e projectos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 19-67.
- Fernandes, J. (2011), “A paisagem urbana simbólica enquanto território efémero de celebração e marketing territorial – o caso particular das Christmascapes”, in *VIII Congresso da Geografia Portuguesa – Repensar a Geografia para Novos Desafios*. Lisboa: APG
- Fernandes, J. (2013), “Geocaching, novas práticas espaciais e potencial modelação da imagem dos lugares”, *Espaço & Geografia*, 16, 1, 279-305.
- Frémont, A. (1980), *A Região, Espaço Vivido*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Harvey, D. (2011), *O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo*. Lisboa: Bizâncio.
- Kagge, E. (2018), *A arte de caminhar*. Lisboa: Quetzal.
- Lipovetsky, G.; Serroy, J. (2010), *O ecrã global*. Lisboa: Edições 70.
- Lynch, K. (1999), *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70.
- Millás, J. J. (2014), *O Mundo*. Lisboa: Planeta.
- Monmonier, M. (2006), *From Squaw Tit to Whorehouse Meadow: How Maps Name, Claim, and Inflammate*. Chicago: University of Chicago Press.
- Musset, A. (2015), “De los lugares de espera a los territorios de la espera. ¿Una nueva dimensión de la geografía social?”, *Documents d’Anàlisi Geogràfica*, 61/2, 305-324.
- Namora, F. (1982), *O Trigo e o Joio*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- Peixoto, J. L. (2019), “Janelas Fechadas”, in *Revista Volta ao Mundo*, edição de abril.
- Poon, A. (1994), “The ‘New Tourism’ Revolution”, *Tourism Management*, 15, 2, 91-92.
- Richards, G.; Wilson, J. (ed.) (2007), *Tourism, Creativity and Development*. London: Routledge.
- Ryan, C.; Hall, C. M. (2001), *Sex Tourism. Marginal People and Liminalities*. London: Routledge.
- Santos, M. (1997), *Técnica, Espaço e Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional*. São Paulo: HUCITEC.
- Santos, M. (1999), *A Natureza do Espaço. Espaço e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: HUCITEC.
- Steiner, G. (2007), *A ideia de Europa*. Lisboa: Gradiva.
- Tavares, G. M. (2014), *Uma menina está perdida no seu século à procura do pai*. Lisboa: Porto Editora.

Unesco (2012), *The International Protection of Landscapes*. Florence: Unesco.

Zambujal, M. (1983), *Histórias do fim da rua*. Lisboa: Bertrand.

Whelan, Y. (2001), “Symbolising the State— the iconography of O’Connell Street and environs after Independence (1922)”, *Irish Geography*, 34(2), 2001, 135-156.

A festa vai para a rua! Cidade, cultura, festivais e cosmopolitismo urbano

Paulo Nunes, Professor Universidade Federal de Itajubá, Doutorando em Sociologia, Cidades e Culturas Urbanas - Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais e da Universidade de Coimbra.

paulonunes.unifei@gmail.com

Resumo: O exercício de analisar distintos períodos temporais e encontrar neles marcos associados à relação entre rua, espaço público e festivais urbanos, o texto visa compreender algumas das dinâmicas atuais que envolvem cidade e cultura. Mais especificamente, busca discutir a resignificação do espaço público na promoção do cosmopolitismo urbano por meio dos festivais culturais. A celebração construída “no olho da rua” é hoje fator de integração para diferentes povos e comunidades, uma vez que ela recupera e amplia o sentido político do festival como forma de controle social.

Palavras-Chave: cidade, atividades culturais, festa, controle social, história cultural.

Como constructos sociais em transformação constante, e com sentidos e significados distintos, consoante os seus emissores e os seus recetores (Fortuna, 1998), os festivais carregam consigo cargas diferentes de significados a depender das realidades com as quais estão vinculados. Diferentes contextos podem demandar papéis específicos, e o exercício de percorrê-los pode nos ajudar a encontrar evidências que ajudam a compreender as dinâmicas do presente. No exercício de analisar distintos períodos temporais e encontrar neles marcos associados à relação entre rua, espaço público e festivais urbanos, serão apresentadas, a seguir, ideias que buscarão perceber como estas diferentes nuances ao longo da história podem corroborar decisivamente para a compreensão das dinâmicas mais atuais entre cidade e cultura. Mais especificamente, buscarei discutir a resignificação da rua na promoção da ideia de cosmopolitismo urbano por meio dos festivais culturais.

Exemplos significativos de celebração pública, tais eventos guardam relação de proximidade com a cidade e têm nela um papel importante, já, há muito tempo. Nesse sentido, é possível referenciar as celebrações dionisíacas praticadas em Atenas, desde o ano de 534 ac. (Merkel, 2014), ou os inúmeros festivais pré-cristãos, ligados ao paganismo e à tradição espiritual, que tiveram lugar na Europa pré-medieval. Por pressuporem apresentações abertas, tais eventos requisitavam, invariavelmente, uma aglomeração razoável de pessoas e, por essa razão, as ruas, praças, jardins, largos, pátios e demais espaços de uso coletivo justificavam sua ocorrência e sazonalidade em intervalos regulares, servindo como locais de encontro para a expressão cultural de pessoas em locais determinados (*ibidem*).

A qualidade de “tempo fora do tempo” que permeia o imaginário dos festivais já foi discutida por diferentes autores. Bakhtin (1968) destacou o aspecto carnavalesco a eles associado, por oferecerem uma libertação temporária das restrições e regulamentos do tempo ordinário, resistindo a automatização do cotidiano ordinário da vida moderna (Lefebvre, 1991). Elias e Dunning ([1983] 1992), por sua vez, sugerem que nesse estado as pessoas são, momentaneamente, autorizadas a inverter as normas sociais através da brincadeira coletiva,

da frivolidade, da exuberância e da fuga da rotina, em busca de um estado de excitação. Já Abrahams (1982) liga os tempos dos festivais aos tempos rituais, porque ambos compartilham um senso diferente de espaço e tempo do mundo cotidiano, oferecendo um contraste com a vida cotidiana. Em diálogo com os autores anteriores, Turner (1982) destacou os vínculos das sinergias entre ritual, jogo e celebração pública presente nos festivais.

Durante o apogeu dos centros urbanos como importantes lugares de trocas comerciais, as celebrações de rua construídas como fator de integração para diferentes povos e comunidades irá recuperar e ampliar o sentido político do festival como ferramenta de regulação e controle social. Auxiliando na composição deste cenário, o clássico texto *O Outono da Idade Média* de Johan Huizinga (2010) descreve a rua da cidade pré-industrial como local colorido, repleto de espetáculos, vivido e experimentado através de procissões, execuções públicas e sermões vistosos por pregadores itinerantes. Embrões de um modelo de celebração que viria a ser, mais tarde, ressignificado e preenchido por novas disciplinas artísticas, “os festivais pagãos atingiram seu ápice no período medieval, quando crenças e atividades culturais europeias nativas foram integradas de forma cristianizada”¹ (Merkel, 2014: 35). Não era raro, por exemplo, uma cidade tornar-se um destino comentado entre diferentes países pela consagração de rotas de peregrinação específicas, ou por importantes festividades litúrgicas combinadas com o oferecimento de agendas festivas e atividades culturais variadas.

Essas diferentes nuances de sentido ritual criadas em torno dos festivais nas ruas e espaços públicos abertos foram, posteriormente, decisivas para o florescimento desses eventos como importantes vitrines na criação das novas redes de comércio entre as cidades, principalmente, naquelas abertas às novas rotas comerciais internacionais (Le Goff, 1999). A reincorporação das celebrações de temática agrícola teve um papel fundamental nesse processo, uma vez que o desenvolvimento de festivais, durante esse período, refletiu o surgimento e o domínio da teoria econômica do mercantilismo, à medida que as feiras e mercados fixavam-se para promover o comércio de uma determinada região (Merkel, 2014). Um misto de festas religiosas e pagãs, feiras agrícolas, exibição de músicos amadores, artistas e apresentações culturais laicas podiam ser comumente observadas, nas ruas e no cotidiano de cidades centrais no cruzamento de rotas mercantis com a Europa, naquela época, como era o caso de Constantinopla, Hamburgo, Genebra, Paris, Veneza e Amsterdão.

Além de seu aspeto estético-performático e de servirem como lugares de catarse libidinal, as demonstrações culturais públicas exerceram, ali, uma importante função diplomática para as principais cidades tidas como pontos de referência para as zonas comerciais intercontinentais. Territórios de cruzamento para diferentes culturas e civilizações, esses locais de passagem contavam com as festividades para fomentar o intercâmbio entre os povos. Ao servirem como palco para a expressão de culturas híbridas, mostravam-se, também, como lugares propícios para a tolerância, para o diálogo entre diferentes expressões culturais e, por conseguinte, para a atuação desses locais como canais de criação e consolidação de novos mercados. Tal princípio será reinventado inúmeras vezes, ao longo da história, corroborando para relações futuras que passariam a ser estabelecidas entre cidade, eventos culturais, cosmopolitismo e mercado étnico.

Realizando um salto histórico, Autissier (2008) descreve o interstício entre 1960 e 1980 como um período de importante afirmação das culturas minoritárias por meio dos festivais de

¹ Tradução livre do autor. No original “*Pagan festivals reached their heights in the Middle Ages, during which time native European religious beliefs and cultural activities were integrated into a Christianized form*” (Merkel, 2014: 35).

música, quando a atração de turistas passa a ser mais significativa. Karpinska (2009) elucida, ainda, uma série de características interessantes que nos ajudam a entender melhor a relação entre festival e cidade, associada ao tema do cosmopolitismo e do discurso multiétnico, trabalhando para a criação de uma paisagem de memória da “unidade na diversidade” (Birdsall e Drozdzewski, 2017). Segundo Karpinska (2009), conteúdos contemporâneos significativos destes tipos de evento, tais como “tolerância, aceitação das diferenças, sensibilidade social, abertura a outras culturas são úteis e necessárias, pois integram pessoas de forma perfeita”² (*Ibidem*: 1).

Essa fórmula aberta permitiu uma apresentação expressiva da coexistência de diversas culturas partilhando de um mesmo território. Quando olhamos para os festivais urbanos contemporâneos, tais características integradoras podem ser observadas não apenas no desenho de sua programação, mas também na forma como a listagem de espaços é montada para sediar eventos culturais: a mesma intenção de integração serve, também, de amálgama para a ativação e preenchimento de novos espaços urbanos. Essa onipresença de atividades e eventos, muitas das vezes tem tomado a rua e outros lugares imprevistos, dando sentido, de cooperação, interdisciplinaridade e harmonia ao conceito contemporâneo de festival.

Nessa direção, para lá de sua atuação como processo ritual e elemento agregador de uma sacralidade comunitária (Durkheim, 2003), o festival dota a rua de um senso cosmopolita e tem-se constituído, desde há muito tempo, como fator fundamental para a atração de novos negócios par a cidade, dentro de uma economia-mundo, baseada na desterritorialização cultural (Fortuna, 2013) e na construção de novas identidades culturais urbanas, em época de globalização (Costa, 2002). Assim, a celebração construída *no olho da rua* como fator de integração para diferentes povos e comunidades recupera e amplia o sentido político do festival como forma de regulação e controle social.

Levar a representação de grupos marginalizados ao centro, para manter o centro afastado da margem (O’Connor e Wynne, 2017): o paradoxo contemporâneo aqui instaurado pode ser peça-chave para entendermos, hoje, de que modo as forças que operam na estabilização dos conflitos urbanos vêm sendo reguladas pela institucionalização da cultura, em proximidade com os projetos de requalificação urbana e controle de diferentes grupos sociais e étnicos. Funcionando como uma espécie de diáspora invertida, o retorno às ruas por meio dos festivais tem sido cada vez mais recorrente, e diferentes exemplos, ao redor do mundo, mostram que os eventos culturais têm desempenhado um importante papel nesse processo. Esta dinâmica pode ser encontrada em uma infinidade de cidades e, hoje em dia, não é raro nos depararmos com festivais que associam, de forma direta, sua programação a classes minoritárias, grupos de periferia, população migrantes e grupos de refugiados, por exemplo. Essa retórica tem gerado investimentos significativos em eventos culturais de diferentes nuances, particularmente, em comunidades mais divididas e problemáticas.

A iniciativa *Saberes e Sabores Culturais*, levada a cabo pelo Festival Todos em Lisboa, desde 2015, é um exemplo significativo para esta discussão, dentre tantos outros que poderiam ser citados. Com o objetivo de promover a interculturalidade pelo paladar, durante a semana do festival, tal projeto disponibiliza em barracas de rua produtos de diversas regiões do mundo, cujas culturas estejam representadas em Lisboa (Festival Todos, 2015). Neste caso, a ativação do público está referenciada com aspectos sensoriais (o paladar), com as micropolíticas de “aproximação cultural” e com o privilégio quase exótico e, ao mesmo

² Tradução livre do autor. No original “*Tolerance, acceptance of differences, social sensibility, openness towards other cultures: such ideas are always trendy, useful and needed; they perfectly integrate and activate people*” (Birdsall e Drozdzewski, 2017: 1).

tempo, cotidiano de estabelecer contato com a cultura do outro. A campanha publicitária utilizada em Portugal serve para ilustrar e/ou representar os inúmeros exemplos contemporâneos que têm estampando ações de divulgação de iniciativas culturais, em cidades de todo o mundo.

Mesmo em contextos e escalas diferentes, estes e outros discursos se alinham à retórica da diversidade étnica, da multiculturalidade e do sincretismo estético, conjugando diferentes fazeres culturais. Tais eventos precisam cumprir com seu papel de celebrar culturas híbridas, heterogêneas e, socialmente, efervescentes - daí, a grande variedade de concertos e estilos artísticos presentes na composição de sua programação. Essas características nos levam a pensar que, por meio dos eventos culturais, a rua tem contribuído para a coesão e bem-estar de diferentes grupos que partilham de um mesmo lugar de convivência e, ao mesmo tempo, revelam nuances de controle social e estratégias de apaziguamento e resolução de conflitos no espaço urbano.

Referências bibliográficas

Abrahams, R. D. (1982), “The Language of Festivals: Celebrating the Economy”, in Turner, V. W. (ed.), *Celebration: Studies in Festivity and Ritual*. Washington: Smithsonian Institution Press, pp. 161-177.

Autissier, A. M. (2008), *L'Europe des festivals. De Zagreb à Édimbourg, points de vue croisés*. Paris: Éditions de L'Attribut.

Bakhtin, M. (1968), *Rabelais and His World*. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology.

Birdsall, C.; Drozdowski, D. (2017), “Capturing commemoration: Using mobile recordings within memory research”, *Mobile Media e Communication*, 6 (2), 1-19.

Costa, P. M. A. F. S. (2002), *As actividades da cultura e a competitividade territorial: o caso da Área Metropolitana de Lisboa*. Tese de Doutoramento. Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Economia e Gestão.

Durkheim, E. (2003) [1912], *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. São Paulo: Martins Fontes.

Elias, N.; Dunning, E. (1992) [1983], *Memória e Sociedade a Busca da Excitação*. Lisboa: Difel.

Festival Todos (2015), “TODOS - saberes e sabores culturais”, *Website oficial Festival Todos*, consultado a 22 de fevereiro de 2018, disponível em <https://festivaltodos.wordpress.com/todos-saberes-e-sabores-culturais/>.

Fortuna, C. (1998), “Imagens da cidade. Sonoridade e ambientes sociais urbanos”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 51, 21- 41.

Fortuna, C. (2013), *Identidades, Percursos, Paisagens Culturais: Estudos Sociológicos de cultura urbana* (reedição em formato e-book). Coimbra: Imprensa da Universidade.

Huizinga, J., (2010) [1919], *O outono da Idade Média*. São Paulo: Cosac Naify.

Karpinska, K. M. (2009), Festivalization of the City: Contemporary examples. *Urban People - Lidé Mésta*. 11(2). Consultado a 30 de outubro de 2017, disponível em <http://www.lidemesta.cz/archiv/cisla/11-2009-2/festivalization-of-the-city.-contemporary-examples.html>.

Le Goff, J. (1999), *Por amor das cidades*. Lisboa: Editorial Teorema.

Lefebvre, H. (1991), *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Atica Editora.

Merkel, U. (2014), *Power, politics and International Events. Socio-Cultural analyses of festivals and spectacles*. London and New York: Routledge.

O'Connor, J.; Wynne, D. (2017), *From the Margins to the Centre. Cultural Production and Consumption in the Post-Industrial City*. Londres: Taylor and Francis.

Turner, V. (1982), *Celebration: Studies in Festivity and Ritual*. Washington: Smithsonian Institution Press.

Entre paredes: A estética da rua

Ana Raquel Matos,¹ Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
amatos@ces.uc.pt

Resumo: O presente texto dá conta de um trabalho, de carácter exploratório, que incide na análise de um processo comunicativo específico que tem ocorrido, com mais intensidade nas duas últimas décadas, na zona da Alta Universitária da cidade de Coimbra. Analisa-se, nesse processo, as mensagens que são inscritas a tinta nas paredes. Privilegia-se o espaço da Alta Universitária porque é aí que o fenómeno das inscrições se tem vindo a manifestar de forma mais intensa, tornando-o num dos espaços mais polifónicos da cidade, mais participado, mas também um espaço de contestação.

Palavras-chave: inscrições nas paredes, Alta Universitária de Coimbra, património, contestação.

Introdução

Não estranhamos, hoje, as inscrições de tinta com que se desenham palavras nas paredes do espaço público. Palavras alicerçadas em projetos mais ou menos criativos e que surgem em grande parte das paredes e artefactos urbanos. Essas palavras, traços, riscos, assinaturas e frases de ordem, por vezes misturadas com elementos figurativos, têm vindo a entranhar-se no quotidiano urbano, existindo na cidade, para a cidade (e, em alguns casos, contra a cidade).

Este texto, de carácter exploratório, dá conta de um processo comunicativo específico que ocorre, com mais intensidade nas duas últimas décadas, num contexto urbano de Coimbra: a zona da Alta Universitária. Este processo comunicativo adota as paredes como canal de transmissão de mensagens feitas de inscrição a tinta. Privilegia-se o espaço da Alta Universitária porque é aí que o fenómeno se tem vindo a manifestar com incontornável e crescente abundância, tornando-o num dos espaços mais polifónicos da cidade, mais participado, num espaço de contestação.

À semelhança de outros centros urbanos, onde o centro da cidade é hoje epicentro do fenómeno das inscrições nas paredes (Spinelli, 2007: 215), também a Alta Universitária de Coimbra se afirma como lugar privilegiado para o efeito. O fenómeno tende a dispersar-se ao longo da malha urbana à medida que caminhamos no sentido da periferia, e embora com intensidade incomparável, novos focos de inscrições vão surgindo a relembrar a sua importância para as camadas juvenis atuantes na cidade, com grande evidência, por exemplo, na zona envolvente da Escola Secundária José Falcão ou junto à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Coimbra enquanto cidade universitária mantém, assim, uma tradição de contestação estudantil (Cardina, 2008), apesar de ser distinta a sua vitalidade na atualidade, sendo esta

¹ O trabalho da autora tem o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, ao abrigo da Norma Transitória DL 57/2016/CP1341/CT0018.

uma característica que não pode, neste contexto, deixar de ser reconhecida como parte da história da cidade e, também, da democracia portuguesa. Atento às mudanças visuais das inscrições que são deixadas neste espaço, este texto considera estruturante do fenómeno que aqui se analisa as principais mudanças sociais, culturais, ideológicas que este espaço tem comportado, condicionando o tipo de mensagens inscritas que nele vão sendo registadas a um ritmo quase diário. Neste sentido, torna-se evidente a diversidade linguística das inscrições, a agenda transnacional que comportam, muitas delas desencadeadas pela chegada massiva, nas últimas décadas, de estudantes de nacionalidades diversas que vêm estudar na Universidade de Coimbra (UC) e viver em Coimbra.

Importa ainda mencionar, que apesar da pluralidade e quantidade de mensagens que aqui encontramos, quase nunca o seu registo é duradouro, designadamente porque a UC assume como prática corrente, em prol do que se considera ir ao encontro de uma política de preservação/manutenção do património histórico, a limpeza das inscrições, cobrindo-as de tinta branca. A intensidade deste esforço de higienização, assim como o aumento das inscrições, coincide no tempo com a aprovação, pela Unesco, da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, em junho de 2013, como Património Mundial da Humanidade.²

Este espaço de interação visual onde são depositadas as inscrições tem ganho crescente visibilidade e algum interesse analítico, ainda que manifestamente insuficiente, pelo potencial visual e discursivo que possui, pela cacofonia que condensa, mas também pela diversidade de atores que parece mobilizar, assim como de mensagens e de estratégias de inscrição no lugar. Muitas dessas paredes são a parte exterior do lugar onde se escreve este texto e estão ao alcance visual de todos/as que por aqui circulam, o que faz do espaço da UC, como nos lembra Ricardo Campos (2014) a propósito de outros territórios, uma “incomensurável plateia”.

Propõe-se neste texto encarar a diversidade de inscrições que, ao longo do tempo, aqui têm sido inscritas, permitindo perceber as transformações dos lugares, dando conta da intensidade do fenómeno, alertando para a pertinência analítica que reclama, mas também a forma como esta estratégia de comunicação visual se enquadra num processo de oposição entre distintos atores.

O ponto de partida desta análise adota como estratégia metodológica o mapeamento das inscrições enquanto objeto analítico, mapeamento que se constitui ele próprio enquanto método, já que permite caminhar e mapear, através de fotografias tiradas às inscrições, os vários diálogos estabelecidos no espaço público da Alta Universitária. Adota-se o olhar da observadora-caminhante que tem vindo a registar esta forma de comunicar, explorando-a a partir da sua experiência incorporada. É, portanto, valorizado o seu ponto de vista através dos ângulos fotográficos que regista. Não obstante, esta estratégia metodológica é capaz, também, de denunciar a finitude da perceção da caminhante que, neste texto, abre um horizonte a várias outras perceções a partir dos mapas que elabora e partilha (O’Rourke, 2013: xviii).

Grande parte das imagens que compõem este texto são, assim, retiradas de um acervo alimentado pela autora desde 2010, ou seja, um banco de imagens que tenta funcionar como estratégia base do mapeamento cronológico das inscrições no lugar analítico deste trabalho, elaborado a partir das suas incursões quase diárias no espaço que envolve a Universidade de Coimbra. Não será pretensão afirmar que estas imagens contam, assim, parte da história deste lugar.

² No mesmo período aumentam também neste espaço, mas alargando-se a outros anéis urbanos da cidade de Coimbra, as inscrições motivadas pela crise financeira, numa clara manifestação de vontade de contestação das medidas de austeridade implementadas.

Coimbra: património, tradição e contestação

Em determinadas sociedades, a comunicação visual através de inscrições acaba por integrar as múltiplas formas de comunicação pública existentes num lugar, em conformidade com os usos e formas aí valorizadas. Produzidos e utilizados em sociedades socialmente estratificadas, os diferentes modos de comunicação na cidade não têm assumido igual distribuição pelos vários grupos sociais. Basta pensarmos, por exemplo, nas desigualdades subjacentes ao acesso à alfabetização e nos seus efeitos emancipatórios. Além disso, atentemos ainda na importância da tipografia (impressão gráfica) e, mais tarde, da rádio e da televisão nas lutas de determinados grupos pela representação social e política. Desta forma, o acesso a um determinado modo de comunicar (por escrito, oralmente, através de sons, etc.), ou à sua combinação, relaciona-se também com a luta pelo direito de representação, ou seja, a luta por ter voz (Solovova *et al.*, 2016).

Não sendo objetivo deste texto recensear as múltiplas formas de expressão que tiveram, e têm, como suporte as paredes dos espaços públicos, torna-se incontornável a referência às pinturas simbólicas do antigo Egito, aos escritos de contestação encontrados nas paredes de Pompeia. Sendo um marco secular neste contexto analítico, também o muralismo, enquanto movimento artístico do século XX, com o México como referência no período pós-revolucionário das décadas de 1920 e 1930 – e indissociável de nomes como Diego de Rivera, José Clemente Orozco e David Siqueiros – é exemplo dessa luta por voz no espaço público. Posteriormente, e apesar das diferenças que contextualizam estes processos, é ainda possível encontrar pontos de convergência entre o muralismo e as pinturas dos murais que marcaram as revoluções na América Latina e na Europa, assim como com diversas formas de contestação social nas décadas mais recentes. Também na Europa, a inscrições no betão das paredes, embora recurso prévio ao movimento de contestação da década de 1960, em particular com a crise académica em França, integram este processo de comunicação mais contestatária.

A história das inscrições nas paredes, porém, não prescinde ainda da referência à dimensão visual intimamente associada à cultura hip hop, uma forma de expressão sociocultural surgida na década de 1970 nos subúrbios negros e latinos de Nova Iorque (White, 2014: 6) que, além de delimitar espaços, se constituía como espaço de afirmação identitário, sobretudo, de quem vivia nas margens do sistema social (Lazzarin, 2007). Nesse processo de dimensão identitária, o modo visual das assinaturas que radica nessa época tem vindo a transformar-se no sentido de uma complexa sobreposição de letras radicalmente estilizadas, com uma enorme diversidade de cores a que geralmente se somam ilustrações diversas. Outro aspeto distintivo do graffiti é o seu carácter marginal, ou seja, a sua inscrição, geralmente, em propriedade alheia, o que contribui para que o ato de graffitar ainda seja considerado um ato de vandalismo, sujeito a criminalização (Solovova *et al.*, 2016).

Em virtude de uma deriva estética resultante da preferência por outros elementos e temas, certas formas de “pintura” nas paredes têm vindo a emancipar-se da cultura hip hop e adquirindo estatuto e reconhecimento como arte urbana ou *street art* (Mcauliffe, 2012). Há ainda, neste contexto, uma premissa que distingue estas formas de expressão/comunicação das restantes: a manifestação visual, como as inscrições de que trata este texto, encontra-se em maior contacto com o público, quando comparada com outras manifestações tradicionais ou mais convencionais de arte (pintura, cinema, fotografia), exatamente porque ocorrem em zonas de grande visibilidade no espaço urbano, no qual deixam marcadas representações do mundo contemporâneo (Campos, 2008: 4; Hamann *et al.*, 2013: 47; Schacter, 2013).

Em Portugal, foi com a Revolução de Abril de 1974 que a inscrição como artefacto privilegiado de comunicação no espaço público ganhou projeção e dinamismo, ancorada

numa nova produção discursiva, concretizando uma oportunidade para exercer em pleno direito de liberdade de expressão (Camilo, 2004: 37-42).

Coimbra consegue, neste contexto, figurar como lugar de destaque. Ou seja, pensar questões como a liberdade de expressão em Portugal remetem para o período de contestação estudantil e a crise académica de 1969, no qual a Universidade de Coimbra foi palco privilegiado de luta, incluindo a luta pela liberdade de expressão. Lugares como as Escadas Monumentais, hoje parte do Património Mundial da Humanidade, não deixaram de ser palco privilegiado de luta, uma peça fundamental, portanto, desse património histórico de contestação.



Fig. 1 e 2. Contestação estudantil em Coimbra durante a “Crise Académica de 1969”.
Fonte: Jornal Universitário de Coimbra “A Cabra”, edição 196.

De facto, em momentos de maior convulsão social, além dos corpos e das vozes em protesto, as palavras escritas tornam-se um recurso expressivo/comunicativo de grande significado, sobretudo pela permanência que conseguem adquirir. A Revolução de Abril de 1974, de facto, veio legitimar esta abertura à palavra falada como direito de expressão, mas também à palavra escrita de que trata este texto. Com Abril, as paredes da rua depressa se tornaram suporte comunicacional por excelência, uma comunicação agora alimentada a palavras faladas e escritas livremente, assumindo as ruas portuguesas uma relevância que ainda não conheciam (Freitas, 2013). Emerge deste contexto o mural como veículo da generalidade dos partidos políticos, o qual instrumentalizaram enquanto recurso comunicativo e propagandístico que ainda hoje é válido, embora menos frequente já que a tinta acabou substituída por outros artefactos de propaganda, como o cartaz, entre outros novos dispositivos, dando conta de uma situação que emerge em sintonia com a renovação da estrutura e das modalidades de funcionamento do próprio campo político (Camilo, 2004). Em Coimbra não foi diferente, e as mesmas escadas monumentais, espaço de contestação emblemático das manifestações de 1969, foram durante as décadas que se seguiram a Abril, suporte de propaganda política, sobretudo por parte do Partido Comunista Português.³

³ Em maio de 2011, este espaço esteve envolto em polémica, após militantes do Partido Comunista terem sido confrontados com estudantes, durante a campanha para as legislativas, sobre a ilegalidade das pinturas que faziam, durante o dia, e tal como sucedia há cerca de 39 anos. As acusações formais, julgadas em Tribunal, acabaram ilibadas, considerado o desconhecimento, por parte desses militantes, do Despacho publicado um mês antes da polémica, aquando do procedimento da candidatura da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia a património Mundial da UNESCO e que o protegia deste tipo de intervenção.



Fig. 3. Exemplo de propaganda política do Partido Comunista Português nas Escadas Monumentais
Fonte: <http://cducampomaior.blogspot.com/2013/05/tribunal-de-coimbra-absolve-militantes.html>.

Apesar da polémica gerada em 2011, aquando da renovação da pintura das escadas pelo Partido Comunista Português, a qual acabou julgada e absolvida nas instâncias jurídicas, os estudantes que engendraram protestos e acusações contra o que apelidaram de vandalismo continuam, até hoje, a usar o mesmo espaço para afirmarem as suas próprias reivindicações, incluindo o mesmo recurso a palavras feitas de tinta.

Passando o último degrau das Escadas Monumentais, porém, abre-se um novo mundo à comunicação visual, onde a Alta Universitária nos brinda com múltiplas mensagens, frases e palavras soltas que tentam estimular os sentidos e o pensamento crítico, mas que acabam estimulando também a indignação que o ato de inscrever provoca pelo dano que causa no património enquanto bem classificado pela Unesco, no bem material que integra o espaço público que, sendo de todos, acaba manipulado por alguns (Visconti *et al.*, 2010).



Fig. 4 - Faculdade e Farmácia (2012)
Fonte: Foto da autora.



Fig. 5 - Couraça dos Apóstolos, ao fundo das escadas da Sé Nova (2016)
Fonte: Foto da autora

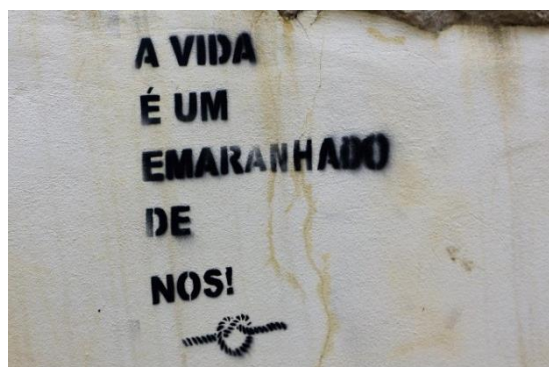


Fig. 6 - Couraça de Lisboa (2017)
Fonte: Foto da autora.

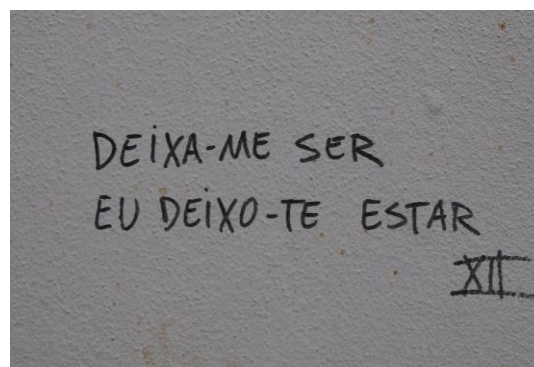


Fig. 7 - Rua Borges Carneiro (2013)
Fonte: Foto da autora

Muitos desses espaços, tal como hoje os conhecemos, ou do que recordamos a partir do mapeamento cronológico, remetem para formas imagéticas que se afiguram mais espontâneas, até traços que enquadram identidades de grupos distintos, inscritos com propósitos que desconhecemos, uns mais existenciais, outros mais poéticos, mas fazendo prevalecer neste espaço, sem margem para dúvida, afirmações/frases de contestação. Tais mensagens tentam reter a atenção de quem passa e grande parte destas inscrições parece constituir-se estratégia de afirmação da participação desses grupos, indivíduos, na sociedade em que vivem, sobretudo grupos mais jovens que, além de afirmarem a sua presença nas paredes, deixam aí registados sentimentos pessoais ou próprios dos seus grupos de pertença (Pais, 1993; Feixa, 2006; Campos, 2008).



Fig. 8 - Rua Borges Carneiro.
Fonte: foto da autora.

Muitas das inscrições que encontramos na Alta de Coimbra resultam, assim, numa chamada de atenção para uma situação específica sobre qual os autores das palavras denunciam querer intervir. Exemplo nesse sentido foi a polémica em torno da possibilidade de transformação da UC em Fundação, e que contou com forte oposição estudantil (Figura 14), entre muitos outros exemplos a que aqui não podemos dar destaque.

Inscrições deste tipo convidam, assim, ao envolvimento com uma causa ou com um movimento, argumentando no sentido da cooptação de aliados para problemas locais, nacionais, transnacionais. Muitas inscrições são, aliás, registos claros de um apelo à mobilização por causas concretas de movimentos sociais específicos: feminista, antirracista, ambientalista, religioso, anti-consumista, entre muitos outros que se encontram espalhadas no

espaço que envolve a UC. E se a maior parte destas inscrições contesta uma situação concreta, outras afirmam possibilidades de emancipação, enquanto outras ainda remetem para simples vocábulos, expressões soltas, que mais não refletem que o simples propósito de alguém que passa e tem necessidade de dizer “estou aqui, existo” (Campos, 2007).



Fig. 9 - Muro do Jardim Botânico de Coimbra (2015)
Fonte: Foto da autora.



Fig. 10 - Lateral do Museu Machado de Castro (2011)
Fonte: Foto da autora.



Fig. 11 - Departamento de Antropologia da UC (2018)
Fonte: Foto da autora.

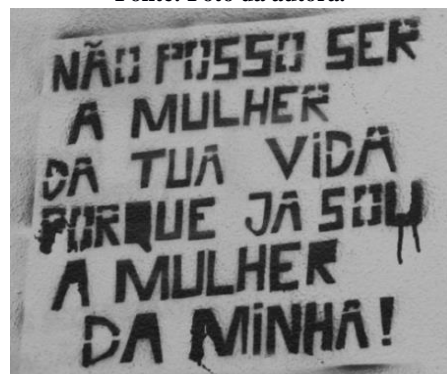


Fig. 12 - Fachada Norte do Colégio das Artes (2013)
Fonte: Foto da autora.



Fig. 13 - Muro do Jardim Botânico de Coimbra (2018)
Fonte: Foto da autora.



Fig. 14 - Muro do Jardim Botânico de Coimbra (2018)
Fonte: Foto da autora.

O registo cronológico das inscrições (Figuras 15, 16 e 17) integra ainda a história dos lugares em torno da Universidade de Coimbra. O mapeamento das inscrições lembra a possibilidade de rasgos de criatividade do sujeito urbano como aquela que, durante décadas, sobreviveu na Alameda Dr. Júlio Henriques. Quem não recorda o desabafo “Gepeto faz para mim essa mulher” (Figura 17), uma lembrança posteriormente apagada pelas obras de

reabilitação a que se seguiram novos registos feitos de manifestações simbólicas, muitas de significados difusos.



Fig. 15 - Alameda Dr. Júlio Henriques, ao lado do Jardim Botânico
Fonte: Olhares, fotografias online (Nelson Gomes).

Da criatividade ao registo do inteligível é um passo. Assim, marca hoje este lugar um traçado semelhante ao que corresponde à pichação (Figura 17), num claro sentido depreciativo que enquadra rabiscos ilegíveis e monocromáticos, ou seja, simples assinaturas deixadas por jovens e adultos em que só eles nelas se (inter)reconhecem, dispostas no mesmo lugar que ainda lembra Gepeto e a sua arte divina de criar gente.



Fig. 16 e 17 - Alameda Dr. Júlio Henriques (2017 e 2019, respetivamente)
Fonte: Fotos da autora.

Algumas das inscrições que constam no espaço da Universidade de Coimbra acabam dispostas intencionalmente em função de coordenadas espaciais exatas, denunciando o propósito firme de interferir no ritmo de Coimbra enquanto cidade Universitária e na leitura que cada um/a de nós faz do aspeto dos lugares por onde circulamos. Coimbra é, portanto, um centro de conhecimento, património da humanidade, mas é também, neste contexto, um espaço de confronto, de conflitos, de manifesta oposição entre atores: uns que acusam pelas palavras; outros que se defendem – argumentando defender o espaço – apagando-as.



Fig. 18 - Rua de S. João, Faculdade de Letras (maio de 2015). Fonte: Foto da autora.



Fig. 19 - Rua de S. João, Faculdade de Letras (setembro de 2015). Fonte: Foto da autora.



Fig. 20 - Rua de S. João, Faculdade de Letras (abril de 2016). Fonte: Foto da autora



Fig. 21 - Rua de S. João, Faculdade de Letras (maio de 2017). Fonte: Foto da autora.

Acompanhar o registo das inscrições ao longo do tempo, confirma não só a sua vitalidade, como tem permitido perceber a intenção de resistir por parte de quem inscreve reiteradamente os mesmos conteúdos no mesmo lugar. Assim, lugares como a Rua de São João, entre a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Letras, tornaram-se, de facto, lugares de resistência, uma resistência feita em camadas: palavras sobre tinta branca e assim sucessivamente. As telas de tinta branca que a Universidade opta por usar no processo de higienização das inscrições acaba, assim, percecionada por quem inscreve como um ato de censura e não só não resolve o problema das inscrições – porque estimula novas palavras sobre telas em branco, convidativas a esse feito de resistir (Figuras 18 a 21) –, como acaba também por danificar o património que, à partida, parece querer preservar.



Fig. 22 - Rua de S. João, Faculdade de Letras (2018) Fonte: Foto da autora.



Fig. 23 - Rua de S. João, Faculdade de Letras (2018) Fonte: Foto da autora.

Breves notas conclusivas

A gestão do problema das inscrições que constantemente se renovam no espaço da Alta Universitária não dá sinais de contenção num espaço que integra a lista do património da humanidade. Para tal seria desejável mais diálogo, mais vigilância, mas sobretudo verdadeiras campanhas de sensibilização que envolvessem vários intervenientes neste processo.⁴

Perante um fenómeno em crescendo e um problema indisfarçável do ponto de vista da salvaguarda do património histórico, importa referir, talvez, que pouco interessa a cor da tinta que inscreve palavras de ordem, de protesto, de humor, quando até é certamente maior o dano causado pelos lençóis brancos com que se cobrem as palavras escritas em pedra centenária. Se subtrairmos, assim, a extensão de tinta colorida que inscreve palavras à extensão de tinta branca que geometricamente vai tentando encobri-las, não estaremos, ainda assim, em condições de imputar mais ou menos responsabilidades aos agentes performativos deste fenómeno.



Fig. 24 - Bairro Sousa Pinto, vista da Calçada Martins de Freitas
Fonte: Foto da autora.

Importaria, portanto, não rotular de vândalos todos/as aqueles/as que inscrevem palavras neste espaço (sem com isto querer desresponsabilizar por tudo o que é inscrito nas paredes em torno da Universidade de Coimbra), mas prestar mais atenção ao muito do que é inscrito, e sobretudo por que é escrito, tentando estimular possíveis formas de diálogo sobre o assunto, mas sobretudo sensibilizar para outras formas de protesto e de resistência, certos da resiliência, imaginação e criatividade dos repertórios de ação a que muitos movimentos sociais já nos habituaram, inclusive neste lugar.

É, possível, aos vários movimentos, coletivos e aos indivíduos que aqui atuam, não deixar cair a palavra. Não obstante, é entre palavras destas que se vem construindo a estética da rua, sobretudo entre estas paredes geradoras de emoções.

⁴ Neste contexto, apenas uma ação de sensibilização do Museu Machado de Castro, em parceria com a Universidade de Coimbra, “Cuidar para conservar - Alta de Coimbra, Património Mundial”, foi realizada no dia 18 de abril de 2017.

Referências bibliográficas

- Camilo, Eduardo J. M. (2004), *O cartaz partidário em Portugal (1974-1975)*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Campos, R. (2007), *Pintando a cidade. Uma abordagem antropológica ao graffiti urbano*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: Universidade Aberta.
- Campos, R. (2008), *Movimentos da imagem no Graffiti. Das ruas da cidade para os circuitos digitais. Atas do VI Congresso Português de Sociologia*. Consultado a 12 de janeiro de 2016, disponível em <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/98.pdf>.
- Campos, R. (2014), “A luta voltou ao muro”, *Análise Social*, 212, XIX (3), 2182-2999.
- Cardina, M. (2008), *A tradição da contestação*. Coimbra: Angelus Novus.
- Feixa, C. (2006), *De jóvenes, bandas y tribus*. Barcelona: Ariel.
- Freitas, H. de S. (2011), “A cidade como tela mediática – Setúbal, um estudo de caso”. *Atas do Congresso Nacional “Literacia, Media e Cidadania”*. Universidade do Minho. Braga: Universidade do Minho.
- Hamann, C.; Cardoso, J.; Tedesco, P.; Pizzinato, A. (2013), “Entre o público e o privado: discursos de mulheres em movimentos de grafite”, *Ex æquo*, 28, 45-58.
- Lazzarin, L. F. (2007), “Grafite e o Ensino da Arte”, *Revista Educação & Realidade*, 32(1), 59-74.
- Mcauliffem, C. (2012), “Graffiti or Street Art? Negotiating the Moral Geographies of the Creative City”, *Journal of Urban Affairs*, 34(2), 189-206.
- O’Rourke, K. (2013), *Walking and Mapping*. Cambridge: MIT Press.
- Pais, J. M. (1993), *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Schacter, R. (2013), *The world atlas of street art and graffiti*. Yale: Yale University Press.
- Solovova, O.; Matos, A. R.; Nolasco, C. (2016), “E se as paredes falassem? Análise discursiva de inscrições no espaço público urbano de Coimbra”, *Cescontexto - Ways of seeing, ways of making seen Visual representations in urban landscapes*, 15, 43-61.
- Spinelli, L. (2007), “Pichação e comunicação: um código sem regra”, *LOGOS: comunicação e conflitos urbanos*, 26, 111-121.
- Visconti, L. M.; Sherry, J. F.; Borghini, S. (2010), “Street Art, Sweet Art? Reclaiming the «Public» in public space”, *Journal of Consumer Research*, 37, 3, 511-529.
- White, A. (2014), “From primitive to integral: the evolution of graffiti art”, *Journal of Conscious Evolution*, 11, consultado a 9 de dezembro de 2015, Disponível em <http://cejournal.org/wp-content/uploads/2012/06/Graffiti.pdf>.

As sofias da Sofia: Mapeamento cultural e participação comunitária

Cláudia Pato de Carvalho, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
claudiacarvalho@ces.uc.pt

Resumo: Com este texto queremos partilhar algumas reflexões sobre a experiência de investigação-ação baseada numa intervenção na rua Sofia, em Coimbra (Portugal), uma rua da cidade que foi inscrita como Património Mundial da UNESCO em 2013. Esta intervenção é parte do projeto REDE ARTÉRIA (2018-2020), onde temos como objetivo explorar as possíveis conexões entre mapeamento cultural participado e a produção de conhecimento em ciências sociais. Neste texto descreve-se de que forma o trabalho de investigação que ocorreu nesta rua, nomeadamente a preparação de oficinas comunitárias e a sua implementação, incluiu uma exploração metodológica sobre os diferentes processos através dos quais metodologias das ciências sociais de carácter colaborativo podem incentivar processos de participação e de envolvimento comunitário. Em suma, de que forma as abordagens inovadoras e colaborativas podem trazer contributos fundamentais para a criação de conhecimento.

Palavras-chave: investigação-ação, Património Mundial da UNESCO, cocriação de conhecimento, participação cultural, mapeamento cultural.

O REDE ARTÉRIA e a cocriação de conhecimento

O projeto REDE ARTÉRIA é um projeto de investigação-ação, coordenado pela companhia de teatro profissional “O Teatrão” (Coimbra, PT) e academicamente pelo Centro de Estudos Sociais (Coimbra, PT). Um dos seus objetivos principais é criar uma rede de programação cultural de agentes de oito cidades da Região Centro de Portugal: Coimbra, Figueira da Foz, Ourém, Viseu, Guarda, Belmonte, Fundão e Tábua.

O REDE ARTÉRIA é atualmente financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) sob a supervisão técnica da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC). Esta rede procura estruturar a circulação da produção cultural na Região e incentivar uma maior profissionalização destes agentes através de uma prática inovadora de criação artística (ligando as autoridades locais, centros de investigação e agentes culturais locais), contribuindo para o enriquecimento e valorização das ofertas culturais na Região. O projeto operacionaliza a cocriação de conhecimento no campo cultural para incentivar a participação de um conjunto de parceiros e instituições locais na criação de projetos artísticos de intervenção. Também promove a circulação de recursos culturais e de implementação de estratégias colaborativas para a mobilização das comunidades.

Contextualização teórica

A investigação em ciências sociais pode ser entendida como um processo de intervenção-ação de carácter formativo (Coutinho et al, 2009; Noffke e Somekh, 2010), podendo originar processos de participação cultural ao nível comunitário. Essa abordagem coloca um conjunto de desafios e uma necessidade de entender de que forma o conhecimento pode ser reequacionado nas e com as instituições académicas. O que é aqui apresentado para discussão, ao nível teórico e prático, é de que forma a cocriação de conhecimento pode ser uma forma de articular novas estratégias, em que diferentes setores da sociedade (academia, setor cultural e sociedade civil) possam trabalhar juntos e de forma colaborativa. O conceito de cocriação foi analisado por vários autores que têm vindo a realizar trabalhos de investigação com organizações culturais, ativamente envolvidas em processos artísticos participativos (Walmsley, 2013; Brown *et al.*, 2011; Govier, 2009).

Existem várias definições em relação ao conceito de co-criação, o que atesta uma falta de consenso no que respeita ao próprio conceito e à sua operacionalização teórica. Brown *et al.* referem-se à situação em que os diferentes tipos de público contribuem de alguma forma para a experiência artística (Brown *et al.*, 2011). Mas os processos de co-criação muitas das vezes implicam jornadas longas com sucessivas ações colaborativas. A estas ações estão muitas vezes associadas práticas inovadoras (Ind *et al.*, 2012), que exigem opções arriscadas e com elevado grau de articulação de interesses e vontades políticas. Segundo estes estudos, são de relevar práticas como jornadas colaborativas e redefinição conjunta de metodologias inovadoras de trabalho conjunto, estratégias que têm vindo a contribuir para o desenvolvimento e consolidação destes temas no contexto das ciências sociais.

Grupos da sociedade civil e outras comunidades, instituições e atores sociais e culturais, cultural e socialmente diversos, não são comumente consultados ou envolvidos na criação de conhecimento e de novas formas de governação e participação que influenciem os processos de tomada de decisão. É neste contexto que aqui propomos uma perspetiva de produção de conhecimento mais responsável que agregue os diferentes setores sociais, direta ou indiretamente ligados a um determinado espaço urbano, facilitando a sua participação num esforço coletivo de mapeamento cultural participativo. No contexto da intervenção na Rua de Sofia, foi testado um conjunto de abordagens metodológicas para experimentar o significado contextual de um esforço de mapeamento cultural com vista a desenhar estratégias conjuntas de intervenção comunitária.

Segundo Steyaert e Beyes, é na política e na estética da inovação e da intervenção que existe um espaço para articular as ciências sociais e intervenção cultural (Steyaert e Beyes, 2011). Este é especificamente o caso da Rua Sofia. Espaços de interseção podem então ser estabelecidos a diferentes níveis (teóricos, práticos, interventivos) e as sobreposições acontecem como consequência direta da produção de conhecimento. A relação entre participação e abordagens que têm por base a atividade cultural acrescenta importância às possibilidades oferecidas por processos de investigação-ação, desenvolvidos em estreita articulação com a atividade artística. Nos últimos anos, tem sido dada cada vez mais importância à incorporação de metodologias artísticas em práticas de investigação-ação (Lykes, 2001; Fisher e Phelps, 2006). Em paralelo, um pouco por todo o mundo, foram feitas experiências para integrar a atividade artística na coordenação e comunicação de projetos desta natureza (Beyes e Steyaert, 2006; Brydon-Miller *et al.*, 2011).

Participação comunitária e intervenção artística: As sofias da Sofia e as práticas de mapeamento cultural colaborativo

Com este exemplo de intervenção na Rua da Sofia, em Coimbra, pretendemos partilhar e colocar em discussão uma metodologia específica adotada no contexto de intervenção do projeto REDE ARTÉRIA. Especificamente, a Rua da Sofia e o seu atual estado de degradação física, cultural e social foram os pontos de partida para o desenvolvimento de estratégias de envolvimento comunitário com vista à criação de projetos de intervenção cultural. Desta forma, temos como intenção contribuir para a investigação na área da participação cultural e mostrar de que forma a inovação metodológica participativa numa zona da cidade Património Mundial da UNESCO pode evidenciar estratégias de transformação urbana.

O caráter singular desta proposta metodológica reside no envolvimento de agentes comunitários (empresas, moradores, comércio local, Município, investigadores, alunos universitários e outros serviços e instituições locais) num processo de desenho colaborativo, cocriação e produção de pensamento reflexivo sobre o passado, o presente e o futuro da Rua da Sofia. Ao reunirmos diferentes constelações de agentes locais, que estão dispostos a trabalhar juntos para contribuir para a transformação da Rua Sofia, advogamos novos paradigmas de produção de conhecimento que intersejam ciências sociais e prática de intervenção em espaço urbano.

Neste artigo focamos a nossa atenção nas duas oficinas colaborativas que aconteceram no decorrer do processo de mapeamento cultural que ocorreu na Rua da Sofia entre março e setembro de 2016. O conceito subjacente ao desenho destas oficinas baseou-se na questão de como transformar social e culturalmente a Rua Sofia através do mapeamento cultural participativo. Com esse objetivo, a intenção foi explorar a sua relação com a prática artística e contribuir para a reformulação da relação imaterial das comunidades e agentes locais com os legados materiais e imateriais daquela Rua.

Depois de realizado um mapeamento porta a porta de moradores, serviços, comerciantes e outras instituições existentes na Rua, foram convocados todos os recursos (institucionais e individuais) identificados para a participação nestas duas oficinas. No seu decorrer organizámos todos os participantes em grupos de trabalho tendo em conta dois critérios fundamentais: área de atuação e categoria do REDE ARTÉRIA a que pertence (agente local, académico, representante municipal). A cada grupo foi atribuído um mapa com uma estrutura física da rua, onde todas as principais lojas, serviços, edifícios históricos e instituições foram devidamente identificados. A cada grupo de trabalho foi então pedido que identificasse (usando cores diferenciadas para o passado, presente e futuro) eventos, acontecimentos, personagens e histórias da/na Rua Sofia. Foi promovida uma discussão em grupo para apresentar o que fora representado no mapa e por que razão. De seguida, histórias e eventos foram partilhados entre os participantes. A identificação foi feita pela colocação de um post-it no mapa, descrevendo o que aconteceu e deixando clara a relação do evento/personagem/história com o espaço físico da rua. O importante foi a relação entre o acontecimento/história/personagem e o espaço da Rua, para que uma conexão direta pudesse ser estabelecida. Cada grupo também teve acesso a um *flipchart*, onde informações mais detalhadas poderiam ser adicionadas para esclarecer as escolhas feitas. Após uma hora de trabalho em grupo, um representante de cada grupo apresentou o mapa final a todos os participantes. Contribuições dos outros participantes foram integradas para completar os cinco mapas culturais da Rua da Sofia.



Imagem 1- Oficina 1
Foto: O Teatrão



Imagem 2- Oficina 2
Foto: O Teatrão



Imagem 3. Foto de diário de campo sobre mapeamento artístico

Uma análise aprofundada dos cinco mapas criados foi feita durante as oficinas e os dados foram organizadas para selecionar diferentes pontos temáticos de partida que poderiam informar os processos de intervenção cultural, social e política. Numa análise por categorias, identificámos cinco tipos de categorias associadas à Rua da Sofia e baseadas no exercício de mapeamento cultural imaterial feito pelos diferentes grupos comunitários:

- pontos de encontro,
- comércio tradicional,
- personagens da rua,
- acontecimentos e
- atividades/ações.

Cada uma destas categorias expressa uma perspetiva experiencial diferente da/na Rua, abrindo diferentes possibilidades de intervenção social, política e cultural. Este método possibilitou a criação de um espaço de partilha de conhecimento entre investigadores, representantes de municípios, agentes culturais, comerciantes locais, moradores e serviços locais. Atividades específicas, eventos, planos de intervenção e outras atividades relacionadas com políticas locais foram assim identificados tendo por base uma metodologia de índole colaborativa.

Reflexões finais e desafios futuros

A inscrição da Rua da Sofia como Património Mundial da UNESCO inspirou novos interesses e oportunidades para a cidade de Coimbra. No entanto, os habitantes e residentes locais (comerciantes, serviços e moradores) têm pouca ou nenhuma conexão com essa inscrição. A maioria nem reconhece a importância patrimonial efetiva dos edifícios e tão pouco conhece os recursos imateriais que a cidade esconde. Com este trabalho de intervenção, tentámos defender que um exercício de mapeamento cultural participativo pode ajudar a resolver esta contradição. Ao envolver diferentes setores da sociedade (comerciantes, moradores, serviços, municípios, agentes culturais, investigadores) na definição dos valores culturais e do significado cultural do local, esta Rua pode reconfigurar a sua importância, não apenas para os turistas, mas também, e principalmente, para a comunidade local em geral. Na realidade, um novo papel cultural e político pode vir a ser atribuído à Rua Sofia, questionando de que forma o mapeamento cultural participativo pode influenciar a relação entre atividade artística e espaço urbano. Uma transformação efetiva desse tipo de relação político-espacial entre os usuários locais e a rua pode vir a ocorrer como resultado direto das oficinas participativas e da intervenção artística na rua Sofia. Com esta abordagem, tentámos reformular o caráter da relação entre moradores, serviços, empresas e a Rua, colocando em primeiro plano a importância das suas conexões culturais imateriais.

O principal objetivo das oficinas foi juntar comerciantes locais, serviços, moradores, Município e agentes culturais para o reconhecimento da importância cultural do lugar, através da elaboração conjunta de mapas culturais da Rua. Os participantes desenharam em conjunto e cocriaram cinco mapas, que incluem o mapeamento das componentes materiais e imateriais da Rua Sofia. Este esforço de mapeamento identificou e organizou recursos locais que não seriam visíveis se o mapeamento fosse feito apenas por investigadores. Através da construção dos mapas, os participantes comprometeram-se com a coleta e interpretação de recursos imateriais (estórias, eventos, notícias, figuras), expressando as suas conexões espaciais com a própria rua e a forma como visionam as possibilidades de transformação do espaço urbano para o futuro.

Depois deste processo de mapeamento participativo, todo o material recolhido foi partilhado com a companhia de teatro Trincheira Teatro, responsável pelo espetáculo “Sofia, Meu Amor!”, que desde cedo foi configurado como um projeto de intervenção teatral. Por projeto de intervenção entenda-se um projeto cuja função seja, em primeira instância, o tratamento artístico de uma questão social afeta a determinada comunidade, com vista a estimular a discussão e o diálogo públicos sobre essa mesma questão.

Dado a abordagem metodológica das oficinas Rede Artéria, assim como todo o processo de mapeamento cultural e social da Rua da Sofia, foram criadas condições para que esta criação artística pudesse propiciar situações que permitissem a participação ativa da comunidade no tratamento artístico das questões sociais, o envolvimento de outras instituições de relevância local e a extensão do raio da intervenção por meio de multiplicação de atividades paralelas ao próprio espetáculo.

Recorrendo agora às origens do projeto REDE ARTÉRIA e à sua conceção original, este espetáculo enquadrou-se na Tipologia “Novos Tempos” da Rede Artéria do Teatrão:

A tipologia NOVOS TEMPOS caracteriza-se por conter projetos cujos epicentros são centros urbanos de matriz histórica e pequena escala, determinados pela importância do património edificado que contém. Para que as intervenções artísticas e a programação cultural aí projetadas tenham sucesso devem conseguir cruzar várias dimensões temporais, nomeadamente a possibilidade de encontro da memória local com a necessidade de injetar modernidade no património e de o assumir e viver no tempo presente. Para que tal

aconteça precisa ser revelada a vida nele escondida, a sua integração no quotidiano, a sua dimensão humana (Teatrão, 2017: 17).

Com este mapeamento cultural pretendemos dar conta de possíveis pontes entre mapeamento cultural participado, processos de criação artística e intervenção no espaço público, articulando diferentes abordagens à co-criação e produção de conhecimento.

Nota: O REDE ARTÉRIA (CENTRO-07-2114-FEDER-000022) é um projeto cofinanciado pelo Programa CENTRO 2020, Portugal 2020 e União Europeia, através dos Fundos Europeus Estruturais e do Investimento. O presente texto resulta do apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, ao abrigo da Norma Transitória DL57/2016/CP1341/CT0002.

Referências bibliográficas

Beyes, T.; Steyaert, C. (2006), “Justifying theatre in organizational analysis: A carnivalesque alternative?”, *Consumption, Markets & Culture*, 9 (2), 100-110.

Brown, A.S.; Novak-Leonard, J.L.; Gilbride, S. (2011), *Getting in on the act: How arts groups creating opportunities for active participation*. San Francisco, CA: The James Irvine Foundation.

Brydon-Miller, M.; Antal, A.; Friedman, V.; Wicks, P. (2011), “The changing landscape of arts and action research”, *Action Research*, 9, 1, 3-11.

Coutinho, C. P.; Sousa, A.; Dias, A.; Bessa, F.; Ferreira, M. J.; Vieira, S. (2009), “Investigação-acção: metodologia preferencial nas práticas educativas”, *Revista Psicologia, Educação e Cultura*, 13, 2, 355-379.

Fisher, K.; Phelps, R. (2006), “Recipe or Performing Art? Challenging Conventions for writing action research theses”, *Action Research*, 4(2), 143-164.

Govier, L. (2009), *Leaders in co-creation: Why and how museums could develop their co-creative practice with the public, building on ideas from the performing arts and other non-museum organizations*. Consultado a 28 de maio de 2019, disponível em <http://www2.le.ac.uk/departments/museumstudies/crmg/projects/leaders-in-co-creation>.

Ind, N.; Fuller, C.; Trevail, C. (2012), *Brand Together: How co-creation generates innovation and re-energizes brands*. London: Kogan Page.

Lykes, M. B. (2001), “Creative arts and photography in participatory action research in Guatemala”, in P. Reason e Bradbury (eds.). *Handbook of action research*. London: Sage, pp. 363-371.

Noffke, S.; Somekh, B. (2010), *Handbook of Educational Action Research*. London: Sage.

Steyaert, C.; Beyes, T. (2011), “The ontological politics of artistic interventions: Implications for performing arts research.” *Action Research*, 9 (11), 100-115.

Teatrão (2017), *Programa de Ação Rede ARTÉRIA*. Coimbra: O Teatrão.

Walmsley, B. (2013), “Co-creating theatre: authentic engagement or inter-legitimation?” *Cultural Trends*, 22 (2), 108-118.

Cidadania das pessoas com deficiência em Portugal: Obstáculos e desafios da rua¹

Fernando Fontes, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
fernandofontes@ces.uc.pt

Resumo: A perspetiva utilizada para entender a deficiência influencia determinadamente os direitos conferidos às pessoas com deficiência e consequentemente as suas vidas e condições objetivas de existência. As políticas sociais, nomeadamente as políticas de criação de acessibilidades e eliminação de barreiras físicas à participação das pessoas com deficiência na vida das respetivas comunidades, constituem um reflexo destes processos socioculturais mais amplos de construção da deficiência. Tendo por base a investigação desenvolvida no âmbito do projeto “DECIDE – Deficiência e autodeterminação: o desafio da "vida independente" em Portugal”, (PTDC/IVC-SOC/6484/2014 – POCI-01-0145-FEDER-016803), nesta apresentação/artigo apresentaremos uma reflexão sobre a efetivação da acessibilidade do espaço público enquanto direito de cidadania e condição essencial à inclusão das pessoas com deficiência na sociedade portuguesa.

Palavras-chave: deficiência, cidadania, acessibilidade, mobilidade, exclusão social.

Introdução

Alicerçada numa determinada cultura e ideologia, a forma como a deficiência é entendida pelas políticas sociais resulta de concepções socialmente aceites e reproduzidas (Oliver, 1990). Desta forma, a perspetiva utilizada para entender a deficiência influencia determinadamente os direitos conferidos às pessoas com deficiência e consequentemente as suas vidas e condições objetivas de existência. A história das pessoas com deficiência é, assim, reveladora dos direitos de cidadania e das oportunidades de vida que em cada momento histórico e espaço político-geográfico lhes são reconhecidas e possibilitadas. O denominador comum nesta história das pessoas com deficiência no mundo ocidental tem sido, no entanto, a redução da deficiência às anormalidades e incapacidades do corpo (Davis, 1995; Garland-Thomson, 1996, 1997; Winzer, 1997; Barnes, 1997, 2000; Stiker, 1999; Barnes, Mercer e Shakespeare, 2000), a construção dos corpos das pessoas com deficiência como ameaças à suposta normalidade social e a redução das suas vidas à piedade, à caridade e, com a afirmação da medicina enquanto ciência moderna, à intervenção médica. A história das pessoas com deficiência está, assim, preñe de exemplos de não reconhecimento das suas vidas, de não consideração das suas necessidades e aspirações, e de cerceamento das suas vidas por fenómenos de opressão, violência, menorização, vulnerabilização, exclusão, isto é,

¹ Este trabalho tem o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT/MEC) através de fundos nacionais e é cofinanciado pelo FEDER através do Programa Operacional Competitividade e Inovação COMPETE 2020 no âmbito do projeto - PTDC/IVC-SOC/6484/2014 - POCI-01-0145-FEDER-016803.

fenómenos de produção da sua invisibilização e da sua não-existência (Sticker, 1999). Em resultado, a deficiência tem sido individualizada, medicalizada e despolitizada.

As políticas sociais, enquanto produto dos consensos políticos e sociais possíveis ou impostos em cada momento histórico (Marshall, 1950), não foram, infelizmente, imunes a estes processos. São disso exemplo as políticas de criação de acessibilidades e eliminação de barreiras físicas à participação das pessoas com deficiência na vida das respetivas comunidades.

1. Cidadania socio-espacial: acessibilidade e mobilidade enquanto direitos de cidadania

Marshall (1950), no seu influente trabalho sobre a noção de cidadania, reportando-se maioritariamente ao caso inglês, apresentou-nos um conceito multidimensional e dinâmico. De acordo com esta visão estatista, a noção de cidadania deve ser entendida como um conjunto de direitos e deveres que unem as pessoas e o Estado. Marshall identifica três gerações de direitos, cuja criação corresponde a diferentes estádios de evolução da sociedade. Os direitos civis correspondem a um primeiro estádio de desenvolvimento e são também aqueles que alcançaram uma maior expansão e disseminação, compreendendo o direito de não ser discriminado em função da raça, religião e ideias políticas, o direito de liberdade de expressão e movimento, o direito a ser respeitado/a, entre outros. Os direitos políticos correspondem a um segundo estádio de evolução societal e já apresentam uma maior dificuldade de expansão e disseminação. Estes direitos abrangem o direito de participar da vida política, eleger e ser eleito/a para cargos políticos, de criar partidos e movimentos políticos. Finalmente, os direitos sociais, de implementação ainda mais tardia, menor universalidade e distribuição social e geográfica, correspondem ao direito a um nível mínimo de bem-estar social, bem-estar material (como o acesso a recursos económicos) e bem-estar não material (como a realização, a felicidade, a segurança, e a confiança no futuro) (Dean, 1996).

Várias críticas têm sido apontadas à proposta original de Marshall, onde se incluem: a não consideração da participação enquanto dimensão essencial na construção da cidadania (Delanty, 2000; Giddens, 1982), a não consideração das diferenças de poder existentes na sociedade (Beckett, 2006), a não atenção à diversidade cultural (Delanty, 2000; Roche, 2002), a não consideração de diferenças de género e orientação sexual (Richardson, 1998), a ancoragem da cidadania à ideia de estado-nação (Urry, 2000), a cidadania como processo progressivo e contínuo (Runciman, 1996), entre outras. A estas críticas, acrescento o seu alheamento face ao fenómeno de opressão das pessoas com deficiência e, conseqüentemente, face aos fatores decientizadores estruturais existentes em qualquer sociedade que excluem as pessoas com deficiência deste projeto de cidadania (Fontes, 2009, 2014). Não obstante a diversidade de fraquezas identificadas, o trabalho de Marshall tem a vantagem de apresentar o projeto de cidadania como um processo inacabado resultante de interesses sociais antagónicos, afetados por diferentes processos de constelação geográfica variável. É precisamente esta plasticidade, dinamismo e incompletude da noção de cidadania que tem permitido a incorporação de novos direitos de cidadania e a sua efetivação para grupos sociais à partida excluídos de tais direitos. Como acrescenta David Held (1989), a cidadania é o resultado da luta dos diferentes grupos, classes e movimentos para aumentarem a autonomia e o controlo sobre as suas vidas em face das diferentes formas de estratificação, hierarquia e opressão política existentes. As pessoas com deficiência estiveram durante grande parte da história da humanidade, em resultado de conceções sociais e culturais

dominantes que as minorizavam e invisibilizavam, arredadas deste processo. Em resultado, os seus direitos de cidadania foram, e continuam a ser em determinadas áreas, inexistentes, suspensos ou condicionais da boa vontade e caridade de quem exerce o poder de decisão.

O aumento do conflito social a partir dos anos 1960 e a maior participação individual na atividade do Estado (Turner, 1986), cuja face mais visível foi a emergência de novos movimentos sociais, permitiu precisamente uma expansão da noção de cidadania. Conforme refere Shane Phelan (2001), a noção de cidadania parece ter-se aberto em resultado da pressão dos múltiplos desejos de identificação com as promessas encapsuladas nesta ideia abstrata. Assistimos, assim, na grande maioria dos países ocidentais, à emergência de novos grupos reivindicando os seus direitos de cidadania. São disso exemplo o caso das mulheres, das pessoas LGBTQ, pacifistas, ecologistas, mas também das pessoas com deficiência. Em países como o Reino Unido e os Estados Unidos da América nos anos 1960 e em Portugal a partir dos anos 1970 (Driedger, 1989; Campbell e Oliver, 1996; Fontes, 2014), as pessoas com deficiência começam a organizar-se em grupos e organizações para denunciar a exclusão e a opressão de que eram vítimas por parte do Estado e da sociedade e para reivindicar os seus direitos de cidadania. A ação e reivindicação política das pessoas com deficiência veio, assim, dar visibilidade às diferentes formas de discriminação experienciadas nas diferentes áreas das suas vidas, desde a segregação exercida pelo sistema educativo, passando pelos serviços sociais e pelo mercado de trabalho até a segregação imposta pela inacessibilidade do ambiente físico, e o conseqüente cerceamento do exercício da grande maioria dos seus direitos de cidadania. A exclusão socio-espacial emerge, desta forma, como uma dimensão a considerar na análise do fenómeno de exclusão social, alertando para o défice de participação social das pessoas com deficiência em resultado da falta de acessibilidade dos espaços físicos, de informação e dos transportes, e as conseqüentes barreiras à mobilidade. Em resultado, a acessibilidade e a mobilidade emergem como componentes estruturantes dos direitos de cidadania e como condições essenciais à criação de sociedades mais inclusivas. Isto mesmo foi, desde cedo, reclamado pelos organismos de pessoas com deficiência, emergindo por exemplo como uma das sete necessidades básicas das pessoas com deficiência tal como definido pela *Derbyshire Coalition of Disabled People* em 1986 e que incluíam: informação, apoio por pares, habitação, ajudas técnicas, assistência pessoal, transportes e acessibilidades (DCODP, 1986; Davis e Mullender, 1993).

2. Direito à acessibilidade e à mobilidade por parte das pessoas com deficiência em Portugal

Se a assunção destes novos direitos de cidadania por parte da grande maioria dos Estados ocidentais foi um processo rápido, a sua efetivação foi e continua a ser um processo bastante mais lento, com momentos de avanço, estagnação e, mesmo, de retrocesso. O caso português é um exemplo paradigmático das dificuldades enfrentadas na efetivação deste direito essencial à participação social e ao exercício dos direitos de cidadania por parte das pessoas com deficiência. Em Portugal, a história da implementação do direito à acessibilidade e à mobilidade está permeada pelo desrespeito dos normativos legais, pela sua suspensão temporária, pela limitação da sua ação e pela sua revogação, fazendo com que a sua efetivação continue a ser uma miragem, com conseqüências gravosas diretas para as vidas das pessoas com deficiência.

O primeiro documento legal na área das acessibilidades em Portugal data de 1982, imediatamente após as comemorações do ‘Ano Internacional das Pessoas Deficientes’, com a publicação do Decreto-Lei n.º 43/82, de 8 de Fevereiro. Este documento introduziu mudanças

nas Regras Gerais para Construção Urbana, tornando obrigatória a eliminação de barreiras arquitetónicas nos novos edifícios. A ausência de vontade estatal para aplicar este documento legal e monitorizar a sua aplicação, tornaram este documento irrelevante. De facto, ainda no mesmo ano da sua publicação, foi decretado o adiamento da sua entrada em vigor por 1 ano (Decreto-Lei n.º 204/82, de 22 de Maio), período após o qual foi decretado o seu adiamento por mais 6 meses (Decreto-Lei n.º 185/83, de 09 de Maio), acabando mesmo por ser revogado em 1986 (Decreto-Lei n.º 172-H/86, de 30 de Junho) sob o argumento de que seria publicado um novo documento legal em sua substituição. Tal só veio a acontecer onze anos depois, em 1997, com a publicação do Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de Maio. Durante este interregno foram, apenas, publicados alguns documentos que não passaram de recomendações e declarações de intenções, sem qualquer impacto na eliminação nas barreiras físicas no espaço público e no edificado. São disso exemplos:

1) o despacho conjunto dos Ministros do Plano e da Administração do Território, das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e do Trabalho e Segurança Social, de 1 de Julho de 1986, que apresenta um conjunto de recomendações técnicas para promover a acessibilidade dos estabelecimentos que recebem público;

2) as Resoluções do Conselho de Ministros n.º 6/87, de 29 de Janeiro, e n.º 34/88, de 28 de Julho, que vieram definir e reafirmar novas normas técnicas para a eliminação das barreiras arquitetónicas no acesso às instalações dos serviços públicos e

3) a Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (Lei n.º 9/89, de 2 de Maio) que estabelece no artigo 24.º que: “1.

O regime legal em matéria de urbanismo e habitação deve ter como um dos seus objectivos facilitar às pessoas com deficiência o acesso à utilização do meio edificado, incluindo os espaços exteriores.”, reafirmando a necessidade de eliminação das barreiras arquitetónicas no número 2 deste mesmo artigo.

A publicação do Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de Maio, veio terminar este período de interregno marcado pela demonstração de boas intenções, de aplicação reduzida. Este novo decreto-lei apresentou-se, no entanto, muito mais restrito que o documento legal que o precedeu, limitando a sua aplicação a espaços e edifícios públicos, para além de conceder aos proprietários um período de sete anos para proceder à eliminação destas barreiras, período após o qual seriam, supostamente, aplicadas penalizações. A realidade parece ter sido, no entanto, outra, uma vez que, como foi denunciado por ativistas e organizações de pessoas com deficiência (Carretas, 2000, 2002, 2004; Associação, 2004a), este documento teve uma aplicação limitada, o que levou estas organizações à apresentação de queixas contra as instituições por incumprimento da legislação e ao incentivo das pessoas com deficiência a título individual à denúncia destas situações (Associação, 2004b). Dada a crescente pressão pública e possibilidade de apresentação de queixas face ao próprio Estado, em 2006 este documento legal foi substituído por um novo documento, o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, que revogou as disposições anteriores. O documento legal de 2006 mantém-se, até ao momento atual, estruturante na área das acessibilidades em Portugal, tendo apenas sofrido duas ligeiras alterações, em 2014 (Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de Setembro) e em 2017 (Decreto-Lei n.º 125/2017, de 4 de outubro), de redefinição de responsabilidades de fiscalização, mas sem que isso tenha alterado o essencial do disposto no documento original. Um dos elementos mais importantes do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, foi a definição de um prazo máximo de 10 anos para a criação de acessibilidades e remoção de barreiras arquitetónicas em todas as instalações, edifícios, estabelecimentos, equipamentos públicos e de utilização pública e via pública em Portugal.

A realidade parece, no entanto, continuar distante das declarações de intenções e assunção de responsabilidades por parte do Estado nestes documentos legais e convenções

internacionais ratificadas. Não obstante o esgotamento, em Fevereiro de 2017, do prazo para implementação do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, o impacto deste documento e a eficácia do estipulado parece ficar muito aquém das expectativas criadas e da realidade apregoada. Desta realidade parecem fazer eco as denúncias de incumprimento da legislação feitas pelas organizações de pessoas com deficiência (Ver por ex. Associação, 2007a, 2007b; Neves, 2019), os relatos das próprias pessoas com deficiência, mas também as numerosas denúncias de inacessibilidade física para pessoas com mobilidade reduzida de múltiplos serviços públicos, por parte da comunicação social (Ver por ex. Deco Proteste, 2017; Borges, 2017; Lusa, 2018).

Reflexões finais

O Estado Português tem vindo, assim, ao longo dos últimos quase quarenta anos, a apregoar e a decretar o direito à acessibilidade para pessoas com deficiência. Tal desiderato surge plasmado em diferentes documentos legais, como analisei aqui, mas também na adoção pelo Estado Português da ‘Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência’ (Resolução A/RES/61/106 de 13 de dezembro de 2006). As obrigações dos Estados partes a este nível, tal como estipulado pela Convenção, são muito claras:

Estados Partes tomam as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em condições de igualdade com os demais, ao ambiente físico, ao transporte, à informação e comunicações, incluindo as tecnologias e sistemas de informação e comunicação e a outras instalações e serviços abertos ou prestados ao público, tanto nas áreas urbanas como rurais. (Artigo 9.º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência)

A eficácia e o impacto destes documentos legais têm sido, todavia, limitados. O direito à acessibilidade continua a ser um direito de exceção, em que a eliminação de barreiras físicas e arquitetónicas e a criação de ambientes físicos inclusivos não constitui uma obrigação ou uma preocupação, mas apenas um resultado da benevolência e/ou sensibilidades individuais de quem planeia ou financia a obra. Por outro lado, o direito à mobilidade, enquanto resultante da criação de acessibilidades e eliminação de barreiras físicas e arquitetónicas, tem vindo a ser subvertido e entendido no seu sentido mais estrito, i.e., apenas como direito ao transporte. Em resultado disso, têm proliferado nas diferentes partes do país, serviços de transporte especiais para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, tais como serviços de táxi acessível e serviços de transporte em carrinha acessível, com necessidade de reserva antecipada e, em certos casos, custos acrescidos. O mesmo acontece com outros serviços de transporte nacional de passageiros, como é o caso da CP, que obrigam a uma solicitação do serviço de assistência através do ‘Serviço Integrado de Mobilidade’ (SIM) com pelo menos 12 horas de antecedência da hora de partida do comboio, através de um número telefónico de valor acrescentado, e não disponível em todas as estações do país, nem em todos os horários.

O direito à acessibilidade continua, assim, longe de ser uma realidade para as pessoas com deficiência em Portugal. As consequências destas limitações, barreiras e obstáculos na vida das pessoas com deficiência em Portugal são sobejamente conhecidas e têm ditado a quase total ausência das pessoas com deficiência do espaço público e da participação na vida pública em Portugal, numa clara limitação dos seus direitos de cidadania. As suas causas começam também a ser conhecidas. Se os constrangimentos financeiros surgem como a causa manifesta desta realidade, as suas causas latentes creio residirem em processos socioculturais mais amplos de construção da deficiência, da pessoa com deficiência e do seu papel e valor social. Urge, desta forma, desconstruir ideias preconcebidas com evidente impacto negativo

nas oportunidades de vida oferecidas às pessoas com deficiência em Portugal. É também imperativo que a sociedade portuguesa assuma os custos associados à criação de acessibilidades e remoção de barreiras físicas como um custo do processo de cidadania e um investimento na criação de uma sociedade mais inclusiva.

Referências bibliográficas

Associação (2004a), “Legislação continua por cumprir - Barreiras arquitectónicas impede acesso aos serviços públicos”, *Associação – Órgão Oficial da Associação Portuguesa de Deficientes*, 192, 4-5.

Associação (2004b), “Pelo Direito à acessibilidade e mobilidade -Temos a obrigação de fazer cumprir os direitos que nos assistem”, *Associação – Órgão Oficial da Associação Portuguesa de Deficientes*, 194, 2.

Associação (2007a), “Política Nacional de Reabilitação não existe”, *Associação – Órgão Oficial da Associação Portuguesa de Deficientes*, 229, 3.

Associação (2007b), “Semana Europeia da Mobilidade – Direitos iguais não são direitos especiais”, *Associação – Órgão Oficial da Associação Portuguesa de Deficientes*, 230, 4-5.

Barnes, C. (1997), “A Legacy of Oppression: a History of Disability in Western Culture”, in L. Barton and M. Oliver (Eds.), *Disability Studies: Past Present and Future*. Leeds: The Disability Press, pp. 3-24.

Barnes, C. (2000) [1991], *Disabled People in Britain and Discrimination – A Case for Anti-Discrimination Legislation* [3rd Edition]. London: Hurst & Company.

Barnes, C.; Mercer, G.; Shakespeare, T. (2000), *Exploring Disability – A Sociological Introduction*. Cambridge: Polity Press.

Beckett, A.E. (2006), *Citizenship and Vulnerability – Disability and Issues of social and Political Engagement*. Hampshire: Palgrave Macmillan.

Borges, S. (2017), “Candidato em cadeira de rodas não conseguiu entrar no tribunal de Vila Real”. *Jornal de Notícias* de 4 de Agosto. Consultado a 11 de julho de 2019, disponível em <https://www.jn.pt/local/noticias/vila-real/vila-real/interior/candidato-em-cadeira-de-rodas-nao-conseguiu-entrar-no-tribunal-de-vila-real-8684902.html>.

Campbell, J.; Oliver, M. (1996), *Disability Politics – Understanding our past, changing our future*. London: Routledge.

Carretas, F. (2000), “Opinião – Estão todos a dormir”, *Associação – Órgão Oficial da Associação Portuguesa de Deficientes*, 141, 7.

Carretas, F. (2002), “Opinião - Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de Maio, Fugas ao seu cumprimento de 1997 a 2001”, *Associação – Órgão Oficial da Associação Portuguesa de Deficientes*, 161, 7.

Carretas, F. (2004), “Opinião - Acessibilidades”, *Associação – Órgão Oficial da Associação Portuguesa de Deficientes*, 194, 7.

Davis, L.J. (1995), *Enforcing Normalcy: Disability, Deafness, and the Body*. London: Verso.

Davis, K.; Mullender, A. (1993), *Ten Turbulent Years: A Review of the Work of the Derbyshire Coalition of Disabled People*. Nottingham: University of Nottingham Centre for Social Action.

DCODP (1986), *The Seven Needs*. Derby: Derbyshire Coalition of Disabled People.

Dean, H. (1996), *Welfare, Law, and Citizenship*. London: Prentice Hall/Harvester Wheatsheaf.

Deco Proteste (2017), “Pessoas com mobilidade reduzida enfrentam barreiras”, Deco Proteste, de 26 Setembro. Consultado a 26 de junho de 2019, disponível em <https://www.deco.proteste.pt/familia-consumo/orcamento-familiar/noticias/pessoas-com-mobilidade-reduzida-enfrentam-barreiras>.

Delanty, G. (2000), *Citizenship in a global age: society, culture, politics*. Buckingham: Open University Press.

Driedger, D. (1989), *The Last Civil Rights Movement – Disabled Peoples’ International*. London: Hurst & Company.

Fontes, F. (2009), "Pessoas com deficiência e políticas sociais em Portugal: Da caridade à cidadania social", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 86, 73-93.

Fontes, F. (2014), "The Portuguese Disabled People's Movement: development, demands and outcomes", *Disability & Society*, 29, 9, 1398-1411.

Garland-Thomson, R. (org.) (1996), *Freakery: Cultural spectacles of the extraordinary body*. New York: New York University Press.

Garland-Thomson, R. (org.) (1997), *Extraordinary Bodies: Figuring physical disability in American culture and literature*. New York: Columbia University Press.

Giddens, A. (1982), *Profiles and Critiques and Social Theory*. London: Macmillan.

Held, D. (1989), *Political Theory and the Modern State: essays on state, power and democracy*. Cambridge: Polity Press.

Lusa (2018), “Obras no tribunal de Leiria "esquecem" acesso de deficientes a sala de audiências”, *Jornal Correio da Manhã*, de 25 de Outubro. Consultado a 11 de julho de 2019, disponível em <https://www.cmjornal.pt/sociedade/detalhe/obras-no-tribunal-de-leiria-esquecem-acesso-de-deficientes-a-sala-de-audiencias>.

Marshall, T. H. (1950), *Citizenship and Social Class, and Other Essays*. Cambridge: Cambridge University Press.

Phelan, S. (2001), *Sexual Strangers – gays, lesbians, and dilemmas of citizenship*. Philadelphia: Temple University Press.

Neves, S. (2019), “DEFICIÊNCIA - Associação Salvador vai processar o Estado por falta de acessibilidades nos tribunais”, *Jornal Público*, de 16 de Fevereiro. Consultado a 11 de julho de 2019, disponível em <https://www.publico.pt/2019/02/16/sociedade/noticia/associacao-salvador-vai-processar-estado-falta-acessibilidades-tribunais-portugueses-1862150>.

Richardson, D. (1998), ‘Sexuality and citizenship’, *Sociology*, 32, 83-100.

Roche, M. (2002), “Social Citizenship: Grounds of Social Change”, in E.F. Isin and B.S. Turner (orgs.), *Handbook of Citizenship Studies*. London: Sage Publications, pp. 69-86.

Runciman, G. (1996), “Why social inequalities are generated by social rights”, in M. Bulmer and A. Rees (orgs.), *Citizenship Today*. London: UCL Press, pp. 49-64.

Stiker, H.J. (1999), *A History of Disability*. Michigan: The University of Michigan Press.

Turner, B.S. (1986). *Citizenship and Capitalism: The Debate over Reformism*. London: Allen & Unwin.

Urry, J. (2000), *Sociology beyond societies: mobilities for the twenty-first century*. London: Routledge

Winzer, M.A. (1997), “Disability and Society Before the Eighteenth Century”, in L. J. Davis (org.), *The Disability Studies Reader*. New York: Routledge, pp. 75-109.

Alta e quem? O património invisível da Sofia

Luísa Trindade, Centro de Estudos Sociais e Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
trindade.luisa@gmail.com

Resumo: Inscrita na lista do Património Mundial da Unesco desde 2013, a Rua da Sofia, em Coimbra, é para a esmagadora maioria dos que a percorrem um património invisível. O que é uma contradição nos termos: não só porque Sofia significa conhecimento mas porque património exige reconhecimento.

Palavras-chave: Rua da Sofia, Coimbra, património urbanístico, invisibilidade, interpretação.

A questão do património urbanístico, nas suas múltiplas vertentes de identificação, conservação, interpretação e fruição coloca-se com particular acuidade nas sociedades atuais face a fenómenos como a pressão do turismo de massas, as tensões que tal gera nas comunidades locais ou as discussões que, de forma artificial e quase sempre sustentadas por sentimentos de nostalgia, polarizam argumentos como o bem-estar de uns e a sustentabilidade de outros.

Se o turismo é incontornável e não pode ser abordado como uma atividade incómoda e a evitar – em contexto nacional tem sido, desde 2014, um dos sectores com crescimento mais acentuado¹ – também se torna urgente criar estratégias que, de forma equilibrada, permitam equacionar simultaneamente as necessidades dos que vivem e dos que visitam a cidade, concretamente nos seus núcleos mais antigos, também chamados de identidade. Debate a que se assiste em crescendo, movendo as forças vivas das cidades, sobretudo daquelas onde o fenómeno é mais evidente, como o Porto² ou Lisboa.

Em Coimbra, onde o crescimento é igualmente visível,³ torna-se particularmente difícil para todos nós – e refiro-me à comunidade académica e dentro dela concretamente aqueles que se dedicam às questões da arte e do património – ficar à margem do processo pela localização do núcleo original da Universidade de Coimbra no epicentro do fenómeno. Dificilmente o que vemos à nossa porta pode deixar-nos indiferentes.

E aqui importa fazer uma primeira ressalva: esta não é uma reflexão sobre o fenómeno turístico. O fluxo turístico é apenas o mote, e funcionará simplesmente como uma parcela dos muitos públicos ou utilizadores implicados, não sendo sequer a mais importante. Interessa-me

¹ A taxa de crescimento do sector do turismo foi de 7.8% em 2017 e, de acordo com as previsões do Banco de Portugal, deverá chegar aos 9,3% em 2021. *Banco de Portugal, Boletim Económico, Dezembro 2018*, p. 35. Segundo o relatório World Travel & Tourism Council (WTTC), em 2018, a taxa de crescimento portuguesa no sector foi das mais altas entre os países da União Europeia. Sobre o posicionamento de Portugal no ranking veja-se *Travel & Tourism: Economic Impact 2018. Portugal*, p. 9.

² “Porto 20 anos depois: Processo de turistificação de uma cidade Património Mundial”, organizado pelo ICOMOS Portugal, 25 de Novembro de 2016, Ateneu Comercial do Porto.

³ Dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, relativos a janeiro, em 15 de Março de 2018.

neste caso a matéria-prima em si mesma – o que consideramos património – e como é fruído, independentemente da origem, nacionalidade, proximidade ou frequência de quem o faz.

A reflexão partiu de uma constatação óbvia: o movimento pendular entre o coração da Universidade, na Alta, e a Baixa, Quebra-Costas acima, Quebra-Costas abaixo. São largas centenas de visitantes cujo ritmo nem mesmo os meses de inverno conseguem interromper. Uma deriva com poucas ramificações e quase sempre de âmbito curto: o Museu Machado de Castro, claro, o largo da Sé Nova, já em menor grau. Ao chegar à Baixa, o fluxo espraia-se. Mas o que envereda pela direção norte quase nunca ultrapassa a Praça 8 de Maio, invertendo aí o seu sentido.



Fig. 1- Direção maioritária do fluxo turístico: da Alta (Universidade) à Baixa, invertendo o sentido na Praça 8 de Maio, frente ao Mosteiro de Santa Cruz, ou seja, deixando de fora do circuito a Rua da Sofia.

Independentemente de todo um conjunto de questões que possa levantar-se em torno do papel dos promotores turísticos nos percursos e escolhas, da acessibilidade dos meios de transporte colectivos, do tempo médio de estada em Coimbra ou da ausência de informação em rede, entre muitos outros, uma questão surge com particular evidência: a ausência total desse circuito turístico – e progressivamente turistificado – de uma importante parcela da cidade com imenso potencial, uma parcela a que, de forma estritamente operativa, chamaremos *espaço crúzio*, de que a igreja é apenas um dos muitos pontos de interesse.

A tentativa de compreender a extensão e as causas dessa ausência torna-se mais clara se recorrermos ao exercício de percorrer o espaço na pele de um visitante isolado, sem guia, descartando todo o conhecimento prévio e simulando um primeiro contacto. E é espantoso o que (não) se vê.

Vale a pena refazermos o exercício em conjunto.

Vimos como o visitante, nacional ou estrangeiro, acede facilmente à Igreja de Santa Cruz (Praça 8 de Maio). É comum a visita ao interior do templo, ainda que elementos tão relevantes quanto o púlpito de Chanterene, as pinturas de Grão Vasco existentes na sacristia, o claustro manuelino ou o cadeiral de Olivier de Gand passem facilmente despercebidos, alguns mesmo totalmente ignorados. Mesmo que no seu conjunto formem um dos mais qualificados núcleos de arte quinhentista em Portugal. Com esta volta rápida, o "espaço crúzio" está visto! De facto, a dimensão do mosteiro está hoje reduzida ao espaço da igreja e claustro. De volta ao exterior, nada remete para essa ampla dimensão espacial que o cenóbio em tempos teve, muito menos para as dimensões cultural, social e política que a instituição deteve na cidade e no reino no decorrer de séculos.



Fig. 2 - Fotografias do antigo "complexo crúzio", de finais do século XIX e inícios do século XX, num momento em que estava já repartido e reocupado por diversas instituições e serviços, na sequência da extinção das ordens religiosas.

E não seria difícil convocá-las, somando num todo as partes hoje dispersas. O Café de Santa Cruz, antiga igreja paroquial de S. João, cuja evolução se conhece bem, o desaparecimento da portaria com um percurso igualmente registado, o refeitório dos crúzios, hoje convertido em Sala da Cidade, os edifícios que, a norte, acolheram e serviram em tempos a comunidade, caso da hospedaria ou da botica. Do lado contrário, testemunhando a sofisticação que o humanismo atingiu em Santa Cruz, surge o Jardim da Manga. Para além de hoje descontextualizado pelas transformações ocorridas já no século XX, e cuja memória poderia ser facilmente ativada, note-se como a ausência de qualquer explicação por sumária que seja, o relega para um profundo esquecimento, remetido a fonte do restaurante, na realidade o único elemento a que nesse espaço se faz publicidade. Isto apesar de se situar literalmente à porta da Direção Regional de Cultura do Centro, organismo máximo na gestão do património na cidade.

Poderíamos subir a avenida somando outros polos igualmente relevantes no universo crúzio, como o Jardim da Sereia, antigo jogo da pela dos cónegos regrantes. Prefiro, todavia, focar aquela que é talvez a ausência mais marcante: a Rua da Sofia.



Fig. 3 - "Mappa thopografico da cidade de Coimbra com a divizão das antigas freguezias", século XVIII, Instituto Geográfico Português, Inv. n.º CA 391. À esquerda, a amarelo, vê-se como a Sofia constituiu a primeira expansão da malha urbana, ainda concentrada na colina e na plataforma entre esta e o rio.

Rasgada a partir de 1537 na esfera do mosteiro de Santa Cruz e no âmbito da transferência definitiva do Estudo Geral para a cidade de Coimbra, recebe a denominação de Santa Sofia, conhecimento ou sabedoria em grego, já que nela se programava a instalação dos Estudos e de um conjunto de colégios destinados a albergar os estudantes, leigos e religiosos, vindos de todo o reino. O lado oposto seria ocupado por um conjunto de casas, de três pisos e formalmente idênticas, a serem ocupadas prioritariamente por professores, mas também por estudantes e funcionários.

Independentemente de tudo o que depois ocorreu - o crescimento exponencial de alunos, a subida da universidade para a Alta e a atração que a nova localização exerceu sobre os colégios, a abertura da rua a outras iniciativas, a entrada do convento de S. Domingos ou a construção da igreja de Santa Justa, a extinção das ordens religiosas e a revolução que tal significou para a maior parte dos edifícios – importa reter como, no decorrer da segunda metade de quinhentos, 7 colégios foram levantados.⁴

Um conjunto de vincado rigor geométrico compositivo, com base num módulo quadrado ocupando cada um dos cinco colégios cinco módulos de frente (Rossa, 2006: 20). É, pois, o seu programa original, o modelo formal e urbanístico e a identidade programática da rua, ainda que nunca totalmente concretizada, que não se lê.

⁴ Os colégios do Carmo, da Graça, de São Pedro, de São Tomás, de São Bernardo, de São Boaventura e o Colégio das Artes.

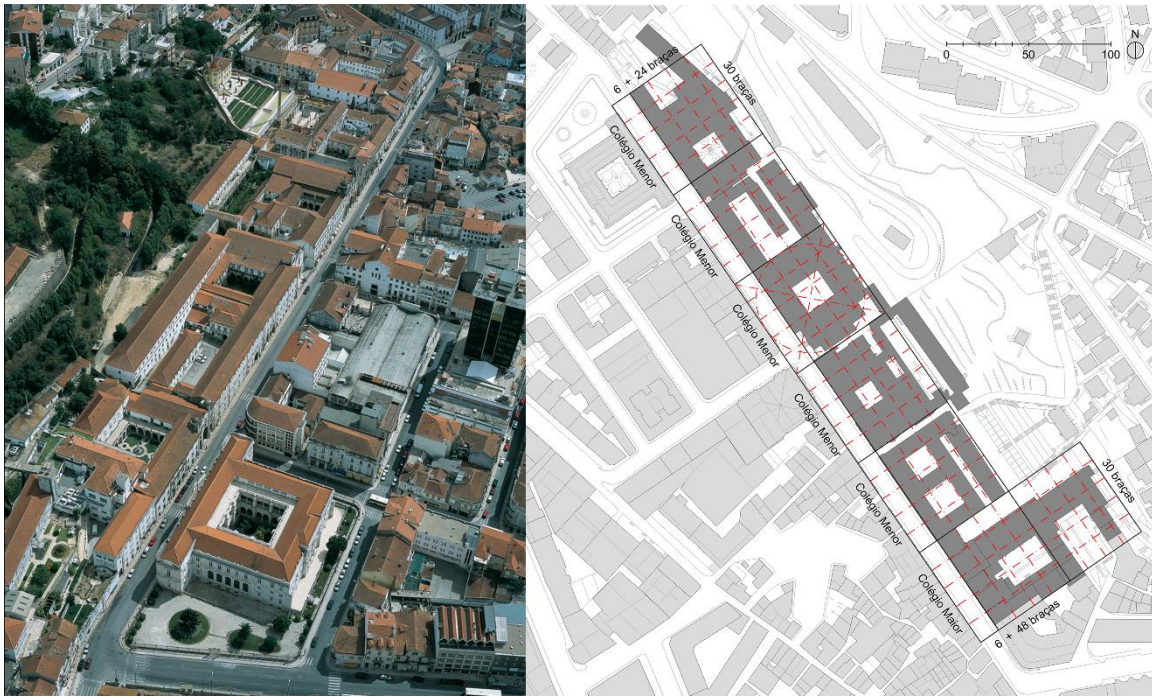


Fig. 4 - Rua da Sofia (fotografia aérea de Filipe Jorge, *Coimbra Vista do Céu*, Argumentum, 2003), e diagrama do esquema compositivo e programático sobreposto ao levantamento atual (Rossa, 2006).

Pese embora a sua classificação como imóvel de interesse público ou a sua mais recente inscrição na lista de Património Mundial da Unesco⁵, a Rua da Sofia é invisível.

Para quem? Para parte considerável de quem aí reside ou trabalha, para a esmagadora maioria dos habitantes da cidade, para a totalidade dos turistas.

Na realidade, embora identificada pelo discurso oficial/autorizado como conjunto de inequívoco valor patrimonial, ela apenas existe enquanto tal para uma pequena minoria, onde se inscrevem os académicos, os gestores e agentes das instituições patrimoniais, uma mão cheia de pessoas pertencentes à comunidade que a habita ou que nela trabalha, por regra os mais velhos.

⁵ Universidade de Coimbra, *Alta e Sofia, Património Mundial*, consultado a 28 de maio de 2019, disponível em <http://worldheritage.uc.pt/>.

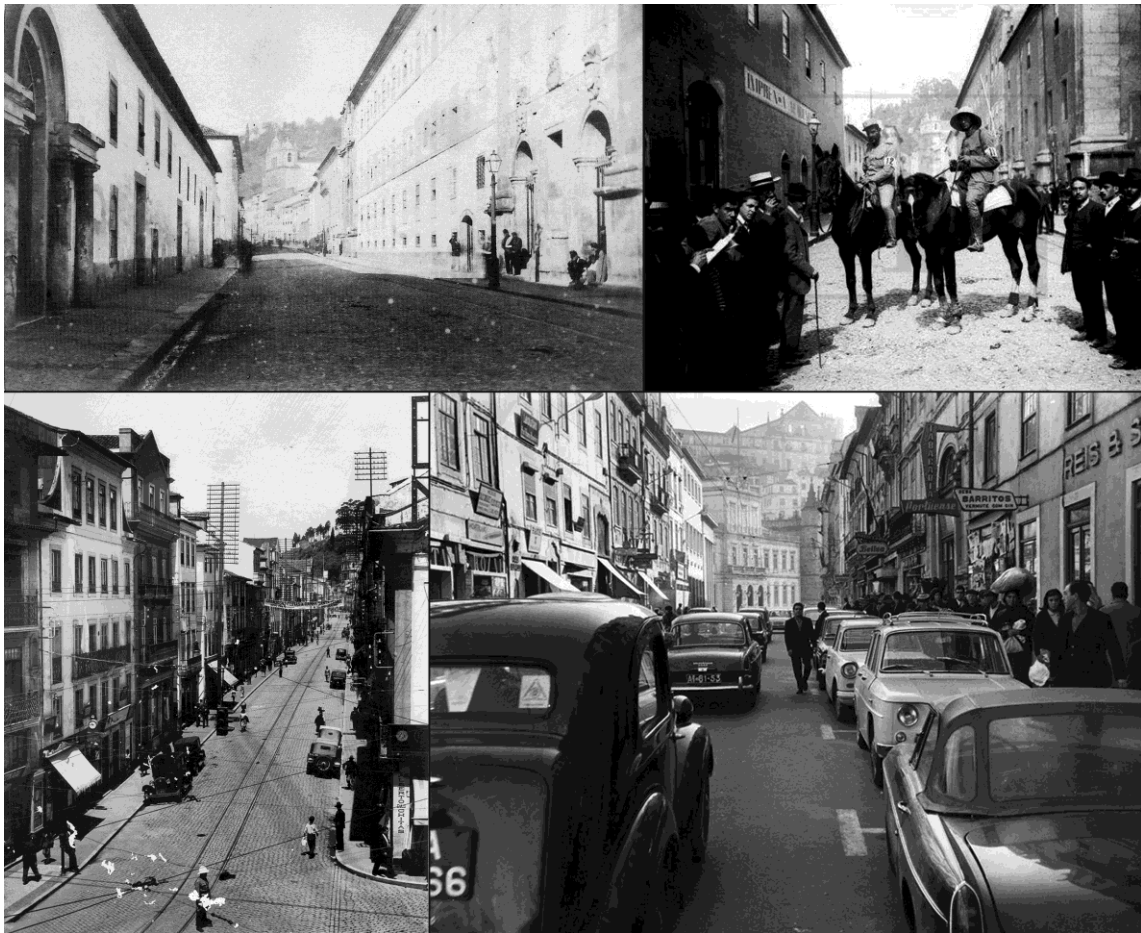


Fig. 5 - Fotografias da Rua da Sofia de finais do século XIX a meados do século XX, mostrando alguns dos estabelecimentos que em diferentes épocas marcaram a vivência da Rua, caso da Imprensa Académica, do Alberto das Chitas, na esquina onde hoje se encontra a Caixa Geral de Depósitos, ou do Reis e Simões.

Para todos os restantes, portugueses ou estrangeiros, conimbricenses ou não, a Rua da Sofia é isso mesmo: uma rua *tout court*, bordejada por edifícios anónimos. Paradoxalmente, o facto de ser larga e retilínea, afasta-a do universo imediatamente reconhecível da "Coimbra histórica" mais típica, do dedalo de ruas seculares da Baixinha ou da Alta. Para todos estes a Rua da Sofia não é, de facto, património.

E, na verdade, não tem de ser: na sua estrita materialidade "*there's no such thing as heritage!*" como provocadoramente escreveram Waterton e Smith (2009: 10-27). Património não é uma "qualidade" inerente ao objeto mas uma condição que lhe reconhecemos, um significado que lhe atribuímos.

Se tal não acontece na Rua da Sofia é em grande parte pela sua falta de visibilidade. A perda das funções originais a partir de 1834, a refuncionalização e a vocação comercial dos edifícios sobretudo ao nível do rés-do-chão com as subsequentes montras, *lettering* publicitário e toldos ou a substituição de vários edifícios no decorrer de todo o século XX, tornam particularmente difícil apreender qualquer significado que este conjunto possa ter. Como rua, sistema ou programa. Há nela objetos de referência, claro. Quem percorre a rua descobre pelo menos três das suas igrejas. Conseguirá, com alguma sorte, entrar em duas, uma pelo menos, a da Graça, de forma garantida.

Mas a leitura que suscitam é em todo o caso reduzida sobretudo tendo em linha de conta o seu enorme potencial. As igrejas da Graça e do Carmo podem ser visitadas – e são-no

efetivamente – enquanto peças arquitectónicas isoladas. A função de templo, o tipo de igreja salão e a sua contextualização num determinado tempo artístico, a dependência a uma ordem religiosa concreta, por exemplo, são elementos de fácil apreensão, pelo menos no patamar inicial a que acede o público mais alargado. Mas tal não passa de uma visão centrada no objecto singular.

Já o seu elevado número, a proximidade física e cronológica, os atravessamentos, a contiguidade a edifícios de grande porte dotados de portais, cercas e claustros, de portarias e átrios, de dormitórios, de selas individuais ou salas de estudo com correspondência na métrica e ritmo das janelas ou as galerias usadas no decorrer das atividades pedagógicas, são elementos invisíveis ou opacos que, por isso mesmo, passam despercebidos à quase totalidade dos visitantes.

A visita ao espaço comprova como estamos, na realidade, no grau zero. Grau zero da preservação, grau zero da comunicação e conseqüentemente grau zero da possibilidade de fruição. Só no aspeto da identificação – o reconhecimento da Rua da Sofia como património – e da sua interpretação – apreender o seu significado – estamos muitos patamares acima ainda que tal seja, como vimos já, demasiado circunscrito.⁶

Como um todo significativo a rua da Sofia foi esquecida. O que não é necessariamente invulgar: o esquecimento é a ordem natural das coisas sendo a memória a exceção, como bem assinalou Aleida Assmann (2010: 97-108). Mas a Rua da Sofia não é património esquecido. A questão tem de ser colocada de outra forma: a rua da Sofia "não é património" porque foi esquecida. Todos sabemos que o património é aquilo que cirurgicamente escolhemos recordar. Aspetos concretos do passado, cuja memória ativamos no presente, por razões que apenas ao presente dizem respeito. Recuperados, tornam-se memória pública e partilhada, e em alguns casos – os mais significativos – sofrem um processo de canonização pela importância extrema que a sociedade lhes atribui. Assim resgatados, reintegram um circuito que lhes prolonga a vida, protegendo-os e promovendo-os. Ora é esse porventura o grande paradoxo da Rua da Sofia. A Rua da Sofia está entre o "no longer" e o "not yet" desse processo. Não estando totalmente esquecida - há uma minoria qualificada que a reconhece – não chega todavia a ser lembrada. A Rua da Sofia está literalmente na fronteira entre o esquecimento e a memoração.

E é aqui que nós – e refiro-me a todos quantos têm no património o seu objecto de estudo e atuação – temos um papel a cumprir: o da ativação da memória.



Fig. 6 - Rua da Sofia: Colégio da Graça, igreja do Colégio de S. Pedro e Colégio do Espírito Santo.

⁶ São vários os estudos que incidem sobre a Rua da Sofia com destaque para três dissertações de doutoramento realizadas na Universidade de Coimbra: Rossa (2001); Craveiro (2002); Lobo (2010). De consulta obrigatória é também a revista *Monumentos*, 25, publicada em 2006 e igualmente com a participação dos referidos autores, bem como Lobo (2006) e Craveiro (2011).

Fora de um grupo restrito, na rua da Sofia a memória do passado não foi ainda ativada. Que quer isto dizer? Ela não é valorizada pelo transeunte comum como um bem significativa, não é relembada no presente enquanto Sofia original, uma rua de colégios universitários surgida no contexto da instalação definitiva da Universidade em Coimbra. A materialidade Sofia existe apenas no presente, uma outra Sofia, claro, onde os traços do passado são isso mesmo, passado sem valor, coisas velhas que progressivamente desaparecem ou porque se perdem involuntariamente ou porque se descartam assumidamente.

Não é meu objetivo colocar a tónica no estado de conservação dos edifícios, na reabilitação física. Desse ponto de vista aliás algum investimento vem sendo feito.⁷ Mas não tenhamos dúvidas: jamais terá sucesso se a outros níveis nada for feito. A reabilitação da Sofia terá de ser um fenómeno integrado onde os diferentes sectores interajam. A recuperação dos edifícios será estimulada pelo seu potencial económico, por sua vez dependente da reinstalação de comércio (e não me refiro ao monocultivo turístico), de funções várias e habitação, cuja procura está sujeita à oferta de serviços e à qualidade de vida oferecida... Mas, na prática, nenhum desses aspetos depende do nosso *Know-how*.

Nesta segunda parte, tentarei, por isso, focar o único aspeto para o qual sinto que posso de alguma forma contribuir: a identificação, interpretação e divulgação do bem. E que constitui um passo fundamental para o resgatar da invisibilidade a que está votado, promovendo, a um tempo, o conhecimento e o afeto que lhe assegurarão a tão desejada sobrevivência sustentada.

Vimos já que o bem está estudado – identificado, decodificado, assinalado – por uns quantos. Trata-se agora de estender essa realidade à sociedade em geral, assumindo de forma clara e desassombrada a responsabilidade que tal papel implica na construção de um discurso patrimonial oficial, legitimado e por isso dominante.⁸ Se tal é incontornável, resta-nos fazê-lo na consciência da pluralidade de discursos, da complexidade e declinação possível de conceitos como património, memória, identidade, representação ou comunidade, conceitos que são tudo menos monolíticos. Usá-los claro, porque são a nossa matéria-prima, mas sujeitando essa ação a uma apertada e constante vigilância epistemológica.

De volta à rua, comecemos pelo aspeto mais imediato: a comunicação. Nada, na Rua da Sofia, foi feito neste sentido à semelhança do que já se vai fazendo noutros locais da cidade. A sinalética restringe-se a uma placa onde, de forma seca, se anuncia a existência de três igrejas. Ao longo da via encontramos outros indicadores pontuais: ao convento de S. Domingos, à igreja da Graça e à igreja do Carmo, ainda que o teor da informação selecionada para constar do suporte tenha, na verdade, um efeito contraproducente.

Nada existe, por simples que seja, que remeta para a sua vida passada. Nada, sobretudo, que cumpra uma função essencial: a de assinalar a existência do conjunto como é feito em tantas situações congêneres. Porque essa é uma condição essencial quando se trata de património urbanístico, aqui entendido enquanto uma fração de cidade que pela sua natureza – múltipla e diversa, de espaços públicos e privados, de cheios e vazios, inevitavelmente indissociáveis quando não mesmo imbrincados – apenas faz sentido quando lida de forma integrada. Uma leitura articulada dos tempos, espaços e atores que lhe deram origem, mas também daqueles que em contínuo o transformam.

Na realidade, a natureza de qualquer património urbanístico coloca uma multiplicidade de problemas que não são necessariamente comuns a outros objetos artísticos.

⁷ De que o recente processo de requalificação do Colégio da Graça é o melhor (e quase único) exemplo.

⁸ O "Authorised Heritage Discourse" (AHD) (Waterton e Smith, 2010: 12).

De escala, em primeiro lugar, pela dificuldade em abarcar o todo. Um conjunto urbano não se encerra numa vitrina, não se coloca sobre um plinto, a não ser no caso de plantas, maquetas ou fotografias, registos abstractos a que recorreremos justamente para colmatar essa impossibilidade de perceber o todo. Não o conseguimos ver num único relance, rodeá-lo e captá-lo nas suas diversas faces, não conseguimos, em última análise, abarcá-lo ou contê-lo, como fazemos a tantos outros objetos. Pelo contrário: é ele que nos abarca e contém. A relação que o corpo humano estabelece com o objecto urbanístico distancia-se profundamente da que experienciamos com tantos outros objetos artísticos. Está muito mais próxima da que desenvolvemos com a arquitetura mas exponencia-a, claro.



Fig. 7 - A escala urbana e as dificuldades de percepção da cidade enquanto objeto de estudo (à esquerda, fotografia de maqueta de Los Angeles, 1941, Coleção Tom Zimmerman; à direita, fotografia de Nicholas Sack, *Lost in the City*. London: Hoxton Mini Press, 2015).

Uma outra dificuldade decorre das questões de propriedade: ora privada e dependente de cada um, ora pública e a cargo das diversas instituições administrativas. No seu conjunto, a cidade é simultaneamente de todos e de ninguém em concreto. Ao contrário de um quadro ou escultura cuja guarda é entregue a um museu. Aspeto que, por sua vez, se reflete nas questões da conservação e no carácter difuso dessa responsabilidade, sem um curador evidente, na aceção do termo, de curar, tratar.

Acresce que no património urbanístico essa ação de cuidar é tanto mais complexa quanto não podemos resgatar o objeto aos usos da contemporaneidade. Não é possível, com efeito, protegê-lo numa redoma, isolá-lo com um cordão, proibir o toque ou os flashes, menos ainda a ação de desgaste dos factores naturais, como fazemos no caso de pequenos objetos, pinturas e esculturas. O que é, por outro lado, uma imensa vantagem, porque não somos necessariamente confrontados com uma das grandes contradições da patrimonialização: a de "retirar do uso o que deveria fazer parte do curso normal da vida quotidiana", exibindo o que "é assim classificado como passado fossilizado", em todo o seu anacronismo e artificialidade (Guerreiro, 2016).

E na verdade, se tal acontece, não é apenas por uma questão de natureza ou escala. É também porque o património urbanístico é duplamente um passado ativo:

- um passado ativo, ou melhor, ativado em termos de valor patrimonial, um objeto a que reconhecemos importância, que revestimos de novos significados, portador de memórias e agregador de identidades e que, por isso, elevamos a um estatuto diferente, dignificado e idealmente protegido;

- mas também um passado ativo no sentido literal da expressão, do que não passou ainda à reforma e se mantém em atividade, usado no presente, como presente, porventura até sem qualquer associação imediata ao seu passado.

Uma natureza dupla que torna mais complexa a percepção. E se isso pode acontecer é porque na cidade, ao contrário do que se tornou comum dizer, o património não surge apenas ou essencialmente como palimpsesto, apagado e reescrito, ou numa sucessão estratigráfica em que as ocupações mais recentes se sobrepõem sistematicamente às mais remotas. Ele evolui e acumula-se configurando uma trama análoga a um hipertexto,⁹ em que edifícios ou outras quaisquer estruturas, aqui e ali, como palavras a azul num texto *on line*, nos remetem para outros tempos e realidades. E assim, se para uns o património urbanístico pode ser testemunho do passado, para outros, em maior ou menor grau, é matéria do presente, sujeito a toda a pressão e transitoriedade do urbano. Por isso, onde eu vejo passado, memórias que quero a todo o custo resgatar à ação destrutiva dos homens e do tempo, selecionando-os, conferindo-lhes um estatuto especial e por essa via prolongar-lhes a vida, outros vêm apenas objetos velhos, cuja substituição é inexorável, até mesmo desejada.

A escolha não dependerá nunca exclusivamente de nós. Mas nós podemos, pelo menos, tornar essa escolha informada.

Para tal, e igualmente como parte da solução para o problema da invisibilidade da Rua da Sofia, parece-me fundamental equacionar a criação de um centro de interpretação na própria rua, um centro nodal que, reunindo toda a informação disponível, descodifique as partes e comunique o todo. Para que o conhecimento – e a Sofia – não se restrinja a uma elite.

Referências bibliográficas

Assmann Aleida (2010), "Canon and archive", in ERLI, Astrid; NÜNNING, Ansgar (ed.), *A companion to cultural memory studies*. Berlin/New York: Walter de Gruyter, pp. 97-108.

Corboz, A. (2001), *Le territoire comme palimpseste et autres essais*. Paris: Les Éditions de l'Imprimeur.

Craveiro, M. L. (2011), *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*. Coimbra: Direção Regional de Cultura do Centro.

Craveiro, M. L. (2002), *Renascimento em Coimbra: modelos e programas arquitetónicos*. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. (Policopiada).

Guerreiro, A. (2016), "O Património e os Media", *Revista Punkto*, [caderno#04] *Souvenirs de Porto\A cidade e o turismo*.

⁹ Criado por Ted Nelson (1937-) na década de 1960, o conceito de hipertexto contrapõe-se à linearidade de um texto tradicional, onde se desenvolve (apenas) uma narrativa contínua e sequencial. Ao contrário, e superando essa limitação, o hipertexto caracteriza-se por ter uma estrutura ramificada, proporcionando, através de *jump links*, várias outras narrativas paralelas. As duas metáforas, da cidade como palimpsesto e hipertexto, são cunhadas por Andrés Corboz, a primeira em 1983, a segunda, 10 anos depois, em 1993. Sobre a aplicação do conceito veja-se o texto de Marot na apresentação de Corboz (2001: 13-14) e Rossa (2015: 108).

Lobo, R. (2010), *A Universidade na cidade: urbanismo e arquitectura universitários na Península Ibérica da Idade Média e da Primeira Idade Moderna*. Tese de Doutoramento em Arquitectura, apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (Policopiada).

Lobo, R. (2006), *Santa Cruz e a Rua da Sofia: arquitectura e urbanismo do século XVI*. Coimbra: EDARQ.

Monumentos, 25, Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2006.

Rossa, W. (2006), "A Sofia: 1º episódio da reinstalação moderna da Universidade Portuguesa". *Monumentos*, 25. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, pp. 16-23.

Rossa, W. (2001), *DiverCidade: Urbanografia do Espaço de Coimbra até ao Estabelecimento Definitivo da Universidade*. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências e tecnologia da Universidade de Coimbra (Policopiada).

Rossa, W. (2015), *Fomos condenados à cidade. Uma década de estudos sobre património urbanístico*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Waterton, E.; Smith, L. (2010), "The recognition and misrecognition of community heritage", *International Journal of Heritage Studies*, 16: 1, 4-15.

Waterton, E.; Smith, L. (2009), "There is no such thing as heritage", in Waterton, Emma; Smith, Laurajane (eds.), *Taking Archaeology out of Heritage*. Newcastle on Tyne, UK: Cambridge Scholars Publishing, pp. 10-27.



Centro de Estudos Sociais
Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

A Cescontexto é uma publicação online de eventos científicos realizados pelo Centro de Estudos Sociais (CES) ou em que o CES foi parceiro.

CES

Colégio de S. Jerónimo
Apartado 3087
3001-401 Coimbra, Portugal
T. +351 239 855 570
F. +351 239 855 589
www.ces.uc.pt
ces@ces.uc.pt

CES - Lisboa

Picoas Plaza
Rua do Viriato, 13
Lj 117/118
1050-227 Lisboa, Portugal
T. +351 216 012 848
F. +351 216 012 847
www.ces.uc.pt/ces-lisboa
ceslx@ces.uc.pt

